




**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande do Norte



RELATÓRIO DE GESTÃO 2019





**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande do Norte

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

Aprovado pelo Consup,
Resolução nº 36, de 29/07/2020.

NATAL, MAIO DE 2020



**Wyllys Abel
Farkatt Tabosa**

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE

MENSAGEM DO REITOR

Fundamentado nos princípios da transparência e da eficiência, que regem a Administração Pública e norteiam as ações da Instituição, o Relatório de Gestão 2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) traz todo o fazer acadêmico-administrativo em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026 e alinhado às dimensões estratégicas institucionais: Gestão Estratégica; Comunicação e Eventos; Governança; Atividades Estudantis; Ensino; Extensão; Pesquisa e Inovação; Gestão de Pessoal; Gestão Administrativa; Engenharia e Infraestrutura; e Tecnologia da Informação.

Para “Prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte”, que é a missão do IFRN, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e “Consolidar-se como uma Instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico”, visão idealizada de futuro enquanto Instituição, é necessário seguir trilhando um caminho de acertos.

Tais acertos passam pela indissociável tríade que fundamenta o IFRN: Ensino, Pesquisa e Extensão, sem esquecer o viés que caracteriza o seu fazer como administração pública. A Instituição encerrou o ano de 2019 com 39.271 estudantes matriculados (desde cursos de Formação Inicial e Continuada – mantidos pela Pró-Reitoria de Extensão – a doutorado, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação). A integração de ações de Ensino às de Pesquisa e de Extensão permitiu elevar o índice de permanência e êxito em 25%, passando dos 56,8%, em 2016, a 72%, em 2019.

Na Pesquisa, o IFRN conseguiu manter uma média de 460 projetos por ano, sejam próprios, através dos 158 grupos registrados no CNPq, sejam realizados em parceria com as 16 instituições internacionais com as quais mantém acordos em três continentes. Além de outras ações, tais como: as incubadoras tecnológicas, o Centro de Tecnologia Mineral e o registro de patentes e *softwares*.

A Extensão somou quase R\$ 3,5 milhões em investimento, com mais de 950 mil pessoas atendidas nos seus 1.221 projetos ao longo dos últimos quatro anos. Foi também no período de 2016 a 2019 que a Instituição captou R\$ 19 milhões em fomento externo, o que pôde fortalecer a execução de tais projetos.

Em ações diretas, ou seja, aquelas específicas para o bem-estar físico e social dos estudantes e servidores, o investimento também surtiu o efeito planejado: em 2019, foi possível realizar 19 mil atendimentos por parte dos profissionais de saúde aos estudantes, por exemplo. Além disso, houve ampliação de convênios e parcerias, como com a Universidade do Minho (Portugal), acessível aos técnico-administrativos, inclusive com diversas dissertações e teses já apresentadas, elevando o nível de qualificação de servidores.

Estruturalmente, os *campi* e a Reitoria receberam melhorias e até novos espaços, como o complexo poliesportivo do *Campus* Natal-Cidade Alta, a biblioteca do *Campus* Natal-Zona Norte e o Centro de Tecnologia Mineral, localizado na cidade de Currais Novos. Tudo isso aliado à reforma nos refeitórios e à expansão do parque de captação de energia

fotovoltaica, líder potiguar em todas as categorias, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RN.

Esse êxito administrativo e acadêmico também reflete as ações de planejamento e desenvolvimento da Instituição. Em 2019, o Índice Integrado de Governança, relatório publicado pelo Tribunal de Contas da União, apontou o IFRN como o 2º da rede federal e 5º entre todas as instituições federais de ensino do país no quesito Governança e Gestão na Administração Pública Federal. Esse mesmo desenvolvimento institucional, para além das ações de cunho interno, permitiu que o IFRN integrasse o seleto rol de instituições a receber emendas parlamentares nos recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA). Até 2019, foram destinados quase R\$ 7 milhões; para 2020, são esperados mais de 16 milhões, já previstos na LOA.

Dentre as ações que trarão retorno e reconhecimento em futuro próximo, destacam-se a inauguração do *Campus* Avançado Jucurutu, prevista para dezembro de 2020, e o Farol de Desempenho, relevante ferramenta que vem despertando interesse de outras instituições. O Farol permite acompanhar, em tempo real, tanto as ações desenvolvidas em todas as dimensões que compõem a máquina administrativa da Instituição, quanto a execução de seu orçamento.

Assim, resta dizer que, mais que uma prestação de contas à sociedade, este Relatório de Gestão representa a consolidação do projeto de gestão desenvolvido no ciclo destes últimos quatro anos, referentes à gestão que assumi como Reitor.

O IFRN EM NÚMEROS

- Mais de **39 mil** alunos matriculados nas diferentes modalidades, com Permanência e Êxito escolar superior a **70%**.
- Função social garantida pelo atendimento de saúde a mais de **27 mil** estudantes e concessão de mais de **19 mil** benefícios assistenciais a estudantes em situação de vulnerabilidade.
- Mais de **1.000** alunos introduzidos no mundo do trabalho.
- **510** mulheres em situação de vulnerabilidade capacitadas pelo projeto Mulheres Mil.
- Captação de recursos públicos externos na ordem de **R\$ 520 mil** para os projetos de Extensão.
- Investimento de **R\$ 526 mil** no desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada à inovação tecnológica e voltados à transferência de tecnologias para a sociedade. **348** artigos e **40** projetos apresentados na 7ª Mostra Tecnológica do IFRN.
- **39** ideias desenvolvidas via hotéis de projetos e programas de incubação, com investimento de **R\$ 168 mil**.
- **30** obras publicadas em diversas áreas do conhecimento pela Editora do IFRN.
- **41** instituições de todo o Brasil adotaram o Suap – Sistema Unificado de Administração Pública – como sistema de gestão integrada.
- Patrimônio ampliado com investimentos na ordem de **R\$ 1,7 milhão** em estrutura de Tecnologia da Informação e **R\$ 14 milhões** para construção e manutenção predial.
- Geração própria de energia solar, com alcance de **27%** da energia elétrica total consumida, e economia superior a **R\$ 1,5 milhão**.

- Aprovação do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, com **20** objetivos estratégicos e **79** indicadores.
- **23** Comitês de Gerenciamento Estratégico implantados, para monitoramento e acompanhamento do desempenho institucional.
- Investimento superior a **R\$ 1,4 milhão** na capacitação, promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho de aproximadamente **1 mil** servidores.
- Mais de **42** prêmios nacionais e internacionais.

1º lugar no Prêmio Nacional de Estágio do Brasil.

Prêmio Educador **Nota 10** auferido pela professora Patrícia Barreto.

2º melhor Índice de Governança e Gestão (IGG) entre os Institutos Federais.

Presença no *ranking* internacional *UI GreenMetric* das instituições de ensino mais sustentáveis do mundo.



SUMÁRIO

1	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO	
	1.1 IDENTIFICAÇÃO DO IFRN	11
	1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
	1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	14
	1.4 MODELO DE NEGÓCIOS	17
2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	
	2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	20
	2.2 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	24
	2.3 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS	26
3	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	
	3.1 GESTÃO DE RISCOS	29
	3.2 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SIGNIFICATIVOS	30

4 RESULTADOS DA GESTÃO

4.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO ESTRATÉGICA	32
4.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO COMUNICAÇÃO E EVENTOS	41
4.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GOVERNANÇA	45
4.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ATIVIDADES ESTUDANTIS	48
4.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ENSINO	53
4.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO EXTENSÃO	61
4.7 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO PESQUISA E INOVAÇÃO	64
4.8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO DE PESSOAL	68
4.9 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO ADMINISTRATIVA	77
4.10 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA	81
4.11 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	85

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 DECLARAÇÕES DO PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO	88
5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	90
5.3 GESTÃO DE PESSOAS	96
5.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	106
5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	110
5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	114
5.7 GESTÃO DE CUSTOS	119
5.8 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	124

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR	127
6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	128
6.3 NOTAS EXPLICATIVAS	143

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES	159
7.2 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	160
7.3 INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2.267/2005-TCU	161

8 ANEXOS E APÊNDICES

A1 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO	166
A2 GLOSSÁRIO	166
A3 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	168



1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO



1.1 IDENTIFICAÇÃO DO IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com institucionalidade dada pelos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vincula-se ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica. Está presente em todo o estado do Rio Grande do Norte através de seus 22 *campi*, atendendo a 39.271 alunos.

A função social do IFRN é “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais”.

De organização pluricurricular e *multicampi*, o IFRN oferece um ensino público, laico, gratuito e de qualidade. Oferta, nesse sentido, cursos em sintonia com a função social que desempenha, visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Apresenta, para tanto, um currículo organizado a partir de quatro eixos – ciência, trabalho, cultura e tecnologia – que atuam, de modo simultâneo e intercomplementar, como princípios norteadores da prática educativa. O IFRN desenvolve a pesquisa e a extensão, na perspectiva de produção, socialização e difusão de conhecimentos. Estimula a produção cultural e realiza processos pedagógicos que levem à geração de trabalho e renda. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

MISSÃO E VISÃO

Para composição do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência de 8 anos, entre 2019 e 2026, foram identificadas a Missão, a Visão e os Valores pelos quais o IFRN se norteia. O novo PDI foi submetido à aprovação por seu órgão deliberativo máximo em abril de 2019, quando o IFRN estava apto a publicar esses elementos.

NOSSA MISSÃO

- Promover formação humana, científica e profissional aos descendentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte

NOSSA VISÃO

- Consolidar-se como uma instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico, até 2026

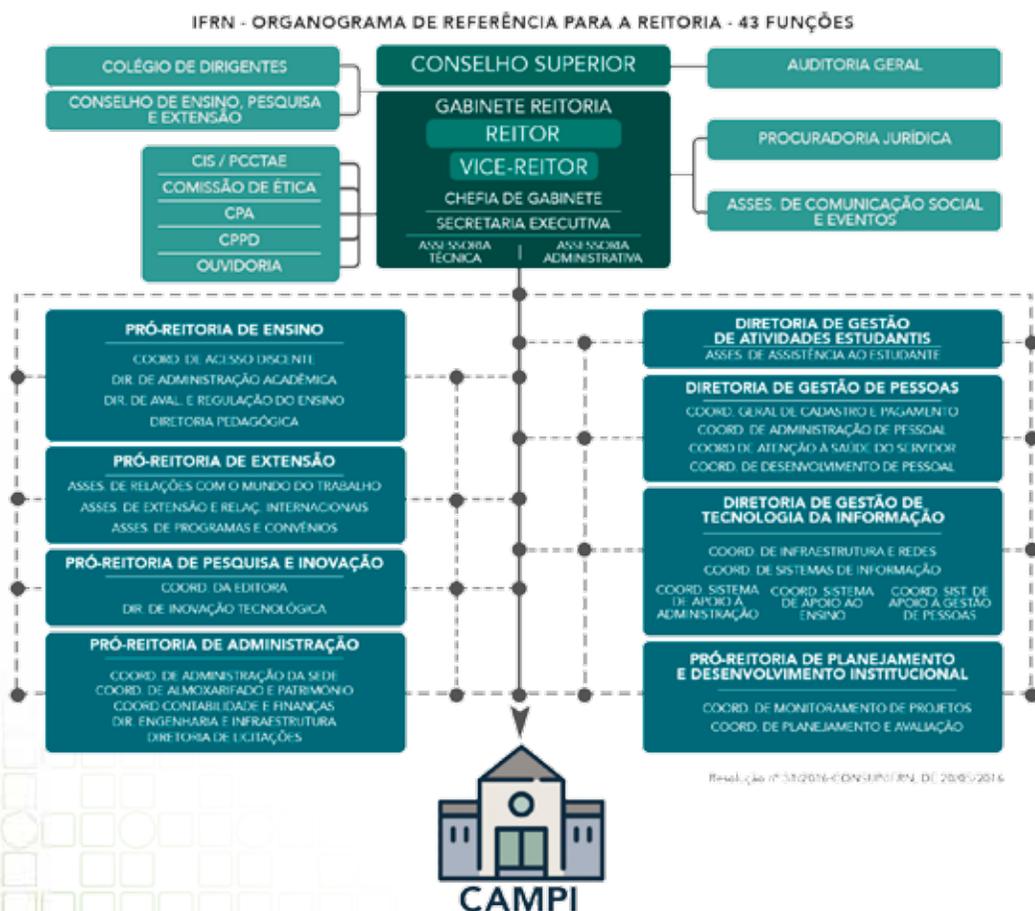
NOSSOS VALORES

- Comprometimento
- Cooperação
- Ética
- Responsabilidade socioambiental
- Equidade
- Diversidade

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tendo uma estrutura *multicampi* e pluricurricular, a organização do IFRN se estrutura entre Reitoria, dividida em áreas ou subunidades estratégicas, e ainda seus 22 *campi*. Assim, institucionalmente, a Reitoria funciona como órgão gestor central da estrutura do IFRN, responsável por administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades das unidades (os *campi*, os *campi* avançados e a própria Reitoria). Nesse sentido, há inter-relacionamento e interdependência entre as subunidades estratégicas na Reitoria e as respectivas vinculações funcionais nos *campi* e *campi* avançados.

A figura 1 apresenta a Reitoria e subunidades estratégicas do IFRN.



Os *campi* são:

Natal-Central;
Mossoró.

Campi oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT:

Apodi, Caicó, Canguaretama,
Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu,
João Câmara, Macau, Natal-Cidade Alta,
Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim,
Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante
e São Paulo do Potengi.

Campi avançados:

Lajes, Parelhas, Jucurutu e Natal-Zona Leste.

Fonte: <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2016/resolucao-no-31-2016/view> e <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2018>. Acesso em: 22 fev. 2019.

CORPO PRINCIPAL DE DIRIGENTES

O Corpo Principal de Dirigentes, juntamente com os Diretores-Gerais dos 22 *campi* do IFRN, compõem o Colégio de Dirigentes, que é uma das estruturas de governança do IFRN descritas na seção 2.2 deste relatório.



Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Função: REITOR
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 25 ANOS



Marcos Antônio de Oliveira

Função: PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 23 ANOS



Ticiania Patricia da Silveira Cunha Coutinho

Cargo: PRÓ-REITORA DE ENSINO
Função: PEDAGOGA
Tempo de Instituição: 11 ANOS



Régia Lúcia Lopes

Função: PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Cargo: PROFESSORA
Tempo de Instituição: 28 ANOS



Márcio Adriano de Azevedo

Função: PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 10 ANOS



Juscelino Cardoso de Medeiros

Função: PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Cargo: CONTADOR
Tempo de Instituição: 35 ANOS



Auridan Dantas de Araújo

Função: DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Cargo: ODONTÓLOGO
Tempo de Instituição: 33 ANOS



Odisséia Carla Pires Gaspareto

Função: DIRETORA DE GESTÃO DE ATIVIDADES ESTUDANTIS
Cargo: PROFESSORA
Tempo de Instituição: 13 ANOS



André Gustavo Duarte de Almeida

Função: DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 12 ANOS

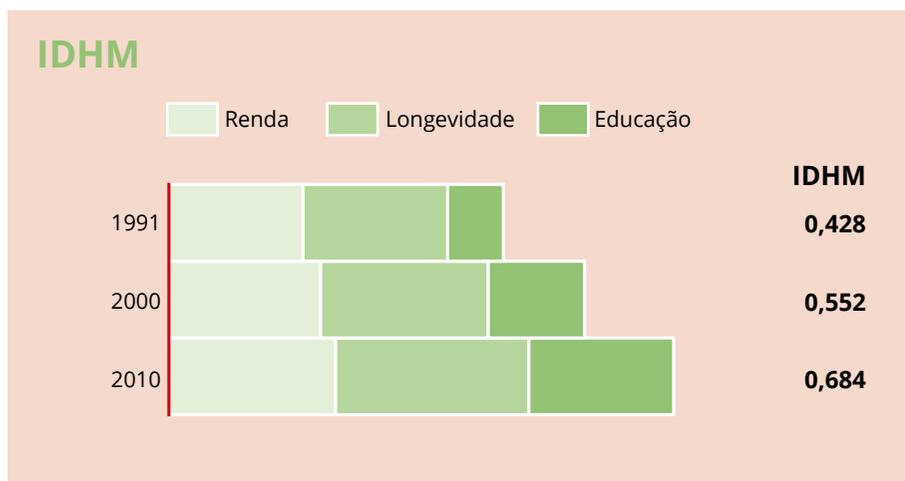
1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O IFRN atua no estado do Rio Grande do Norte, com 22 unidades de ensino implantadas em 19 municípios. Sua área de abrangência atinge ainda diversos municípios no entorno dessas unidades. No ano de 2019, foi iniciada a construção do *Campus* Avançado Jucurutu, a qual permanecerá em desenvolvimento em 2020. O mapa a seguir apresenta a distribuição geográfica das unidades.



Fonte: Relatório de Gestão 2019 dos *campi*, Módulo Gestão de Pessoas do SUAPDevGestão2019.

O cenário de atuação do IFRN pode ser reconhecido pelos principais indicadores sociais e econômicos divulgados para o estado. Quanto à caracterização do território de abrangência, o Índice de Desenvolvimento Humano encontra-se na faixa média (IDHM 0,684 em 2010), para uma população total de 3.168.027 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. A densidade demográfica é de 59,99 hab/km². Apesar do IDHM encontrar-se abaixo do índice nacional (0,727), desde 1991 o IDHM tem crescido em termos totais e nos seus componentes Renda, Longevidade e Educação, de acordo com o gráfico 1 a seguir.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

A dimensão que mais contribui para o IDHM no Rio Grande do Norte é Longevidade, com índice de 0,792, seguida de Renda, com índice de 0,678, e de Educação, com índice de 0,597.

O componente Renda mensurado em 2010 é formado por diversos indicadores, dentre eles o percentual de extremamente pobres (10,33%) e o percentual de pobres (23,79% da população), que superam os índices nacionais (6,62% e 15,20%, respectivamente). O Índice de Gini, medida de desigualdade de renda, encontra-se em queda desde 1991 (0,63), chegan-

do a 0,60 em 2010, igualando-se ao índice nacional. Quanto mais próximo de zero, menos desigual é a renda da população.

Para os índices relativos ao tema Longevidade, o estado apresentava, em 2010, a esperança de vida ao nascer de 72,52 anos e a mortalidade infantil de 19,70 óbitos/mil nascidos vivos, ambos índices em condição inferior aos índices nacionais (73,94 e 16,70, respectivamente). A taxa de fecundidade está em queda desde 1991, chegando a 2,0 filhos por mulher (1,9 no Brasil).

Para o tema trabalho, o estado encontra uma taxa de atividade na faixa populacional de 18 anos ou mais no patamar de 60,20%, abaixo do índice nacional (66,54%). A taxa de desocupação para a mesma faixa populacional é de 9,69%, superior ao índice nacional (7,29%).

Em relação ao contexto educacional, 79,44% da população de 6 a 17 anos do estado estava cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série, apresentando crescimento em relação às medições anteriores. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 12,50% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 5,17% e, em 1991, 2,70%. A expectativa de anos de estudo no Rio Grande do Norte é de 9,54 anos. Houve crescimento da parcela da população com estudo em nível fundamental completo, nível médio e superior, com redução das parcelas com fundamental incompleto e analfabetos. Apesar das melhorias apresentadas nesses 20 anos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que busca qualificar a educação recebida, ainda se encontra abaixo das metas estabelecidas para o estado. Para a categoria de estudantes da 8ª série/9º ano, o IDEB foi de 3,8 em 2017, valor igual ao de 2015.

Conclui-se, portanto, que a área de atuação do IFRN, constituída no território do estado do Rio Grande do Norte, é uma região que se encontra em processo de desenvolvimento, demonstrando evolução ao longo dos 20 anos de pesquisa para o Índice de Desenvolvimento Humano, para a maioria dos temas. Quando comparada ao contexto nacional, entretanto, ocorre a necessidade de superação de desafios, uma vez que as condições de saúde básica, trabalho e educação ainda se encontram abaixo da média, resultando no IDHM em faixa média.

IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

FORÇAS

- Formação profissional alinhada às necessidades de cada região do Estado;
- Política de assistência estudantil para permanência e êxito discente;
- Corpo docente e técnico administrativo altamente capacitado/qualificado;
- Infraestrutura física e de equipamentos de excelente qualidade;
- Políticas de promoção de qualidade de vida e atenção à saúde dos servidores;
- Integração entre os servidores para a realização das atividades; e
- Gestão democrática e participativa.

ORIGEM INTERNA

FRAQUEZAS

- Rotatividade de servidores entre as unidades relativamente elevada;
- Quadro de servidores reduzido, especialmente em unidades localizadas no interior do estado, em virtude de afastamentos por motivo de saúde, decisões judiciais e outros motivos;
- Evasão dos discentes nos cursos subsequentes e superiores;
- Falta de mapeamento dos processos;
- Necessidade de adequações de acessibilidade em infraestrutura física;
- Dificuldades operacionais para o acompanhamento do planejamento anual.

OPORTUNIDADES

- Parcerias com instituições públicas e privadas da região;
- Infraestrutura física utilizada para realização de projetos de ensino, pesquisa e inovação e extensão junto à comunidade externa;
- Elevada procura pelos cursos técnicos integrados;
- Ofertas de vagas para alunos com deficiências;
- Captação de recursos junto aos órgãos de fomento nas mais diversas áreas de atuação;
- Possibilidade de ampliação das ofertas em educação a distância;
- Credibilidade e reconhecimento junto à população.

ORIGEM EXTERNA

AMEAÇAS

- Limitação de recursos orçamentários para adequada manutenção de equipamentos e estrutura física;
- Insuficiência de recursos orçamentários de capital para renovação do parque tecnológico, ampliação e melhoria da infraestrutura física;
- Insuficiência de recursos para atendimento pleno das demandas de assistência estudantil;
- Ineficiência do transporte público oferecido aos estudantes;
- Mudança de políticas públicas voltadas para a educação profissional.

1.4 MODELO DE NEGÓCIOS - PRINCIPAIS PRODUTOS

PRODUTO 1 | FORMAÇÃO EM NÍVEL TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Principais insumos:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, bibliotecas etc;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo Técnico Administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.



Principais atividades:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Estágios curriculares;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Olimpíadas do conhecimento.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Cumprimento do percentual de ofertas previsto na lei de criação dos Institutos Federais.

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem no mundo do trabalho;
- Formação qualificada permitindo diferentes itinerários de atuação profissional e a verticalização para o ensino superior.

Externos:

- Oferta de profissionais qualificados para atuação no mundo do trabalho.

Negativos:

- Qualificação e formação de profissionais para atuarem na sociedade não representam qualquer impacto negativo.

PRODUTO 2 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Principais insumos:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, *softwares* de acessibilidade, bibliotecas etc;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo Técnico Administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.



Principais atividades:

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Estágios curriculares;
- Projetos de pesquisa e extensão;
- PIBID e Residência Pedagógica.



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Melhoria na capacitação dos docentes atuantes nas licenciaturas;
- Aumento na produção científica na parceira alunos e professores;
- Aumento do IGC (Índice Geral de Cursos).

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem nas escolas da educação básica da rede pública e privada;
- Contribuição na formação de professores licenciados para atuarem no interior do estado.

Externos:

- Melhoria na qualificação dos professores que atuam na rede pública e privada de ensino através de cursos específicos de aperfeiçoamento, especializações e formação continuada;
- Cursos de qualificação com ampla concorrência.

Negativos:

- Qualificação e formação de professores para atuarem na rede de ensino não representa qualquer impacto negativo.

PRODUTO 3 | **FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU****Principais insumos:**

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, *softwares* de acessibilidade, biblioteca etc;
- Corpo docente qualificado com pós-graduação *stricto sensu*;
- Corpo Técnico Administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo adequada.

**Principais atividades:**

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Projetos de pesquisa;
- Produção acadêmica.

**PRINCIPAIS IMPACTOS:****Internos:**

- Reserva de vagas para formação interna de servidores;
- Autorização da oferta de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional para o ano de 2019.

Externos:

- Publicação de vagas em Doutorado Acadêmico em Educação para a comunidade.

Positivos:

- Ampliação nas ofertas de vagas *lato* e *stricto sensu*.

Negativos:

- Qualificação e formação de cidadãos em nível de pós-graduação, não representa qualquer impacto negativo.

PRODUTO 4 | **FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA****Principais insumos:**

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca etc;
- Corpo docente qualificado;
- Corpo Técnico Administrativo qualificado;
- Estrutura de processo seletivo.

**Principais atividades:**

- Aulas teóricas;
- Aulas práticas;
- Aulas de campo e visitas técnicas;
- Práticas laboratoriais;
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão.

**PRINCIPAIS IMPACTOS:****Internos:**

- Reserva de vagas para formação interna de servidores;
- Alta rotatividade de estudantes.

Externos:

- Profissionais formados em curto espaço de tempo para atuarem no mundo do trabalho.

Positivos:

- Certificação célere de profissionais para atuarem no mundo do trabalho;
- Formação profissional e tecnológica de pessoas em situação de vulnerabilidade social através dos programas Mulheres Mil e ProEJA FIC.

Negativos:

- Formação restrita a conhecimentos específicos.

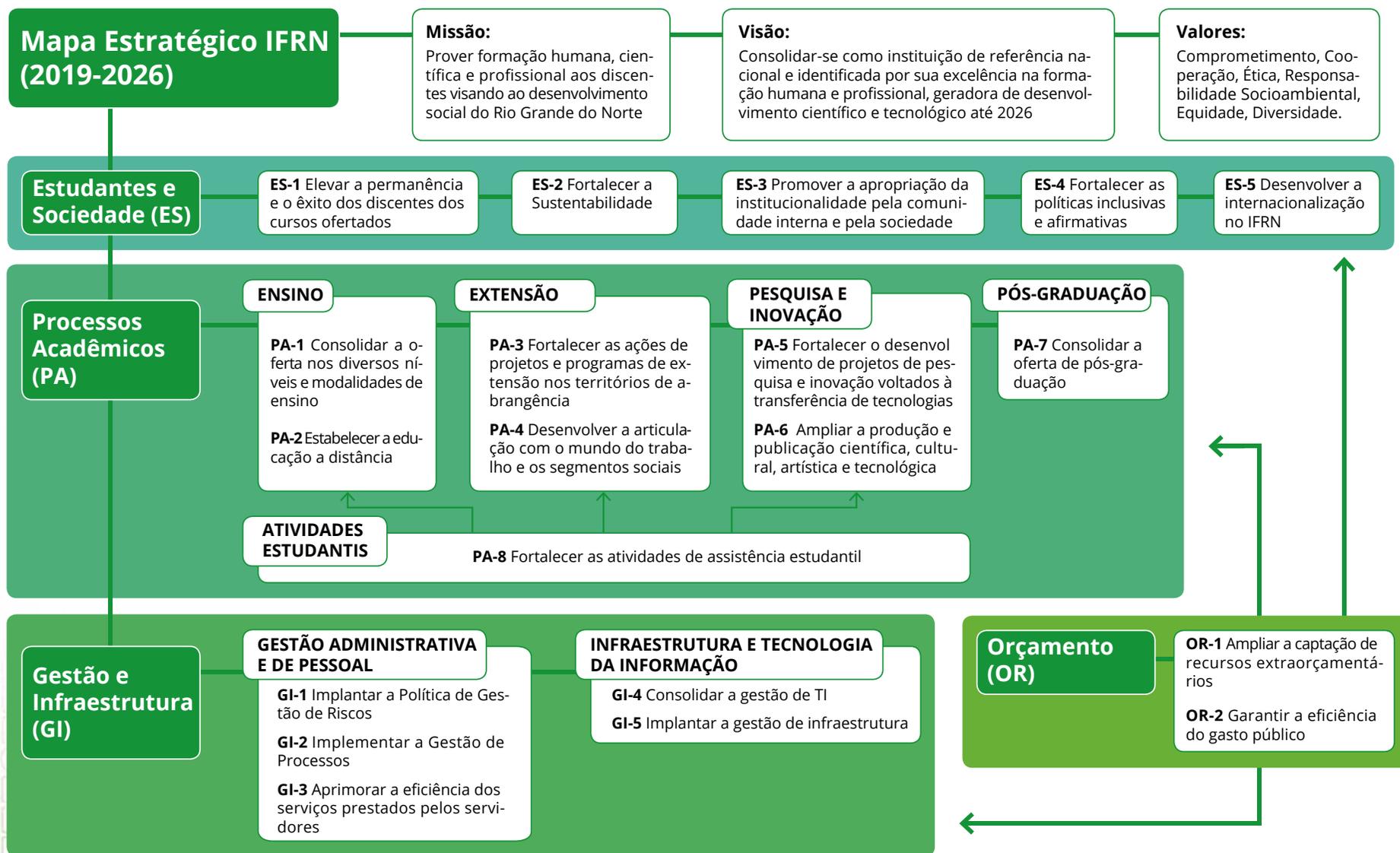
2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA



2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Representação visual da estratégia, o Mapa Estratégico do IFRN (2019-2026) descreve de forma dinâmica e objetiva, com a interação dos seus objetivos estratégicos, como o Instituto pretende criar valor à sociedade ao longo do tempo.



Quadro 1 – Objetivos estratégicos.

IMPLEMENTAÇÃO DAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

AS PRIORIDADES DA GESTÃO FORAM ESTABELECIDAS COM BASE EM CINCO MECANISMOS:

Interlocução com os gestores sistêmicos e os gestores dos *campi* no âmbito do Colégio de Dirigentes (Codir), para discussão e aprovação das ações prioritárias;

Realização de estudos sobre a situação orçamentária da Instituição, referenciado nas demandas prioritárias e na construção de cenários em face do contingenciamento orçamentário, com a consequente redução de disponibilidade de recursos financeiros;

Definição de parâmetros para contratação dos serviços terceirizados, de estagiários e gastos com gratificação de encargos de cursos e concursos;

Monitoramento da meta de redução do gasto com energia elétrica em todas as Unidades do Instituto; e

Registro das ações e atividades prioritárias do Plano de Ação anual no módulo de Planejamento do Suap.



AS AÇÕES PRIORITÁRIAS EM 2019 FORAM:

Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional com vigência no período 2019-2026;

Elevação do índice de permanência e êxito dos estudantes;

Gestão do gasto público com eficiência, transparência e sustentabilidade;

Ampliação do Programa Jovem Aprendiz, promovendo mais oportunidades de inserção de estudantes no mundo do trabalho;

Gestão da inovação, através da ampliação do número de projetos de pesquisa aplicada com potencial de geração de ativos de propriedade industrial, voltados a licenciamento ou transferência de tecnologia para a sociedade;

Ampliação do atendimento de estudantes com vulnerabilidade social, especialmente com o fornecimento de alimentação;

Aprova a Política de Desenvolvimento de Pessoas, elaborada pelo Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas;

Aperfeiçoamento do módulo Suap de gestão de processos eletrônicos, em atendimento ao disposto no Decreto nº 8.539/2015, promovendo economia, celeridade, transparência e eficiência; e

Campanha de divulgação dos filmes institucionais dos *campi* do IFRN.

NOVO PDI 2019 - 2026

No dia 26 de abril de 2019 foi aprovado pelo Conselho Superior o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026 do IFRN, marcado pela inovação em 2 aspectos:

- Construído sob a metodologia *Balanced Scorecard*;
- Vigência de 8 anos, conforme Portaria-MEC 1.197/2018.

Seguindo as metodologias atuais de gestão estratégica, e buscando prover mais um elemento de profissionalização da gestão pública, adotou-se a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) para estruturação do novo PDI. O BSC é uma ferramenta que promove a tradução da missão e da visão institucionais em um conjunto de medidas de desempenho, promovendo a gestão estratégica. No IFRN, a adoção da ferramenta partiu do estudo de outros modelos de planejamento estratégico desenvolvidos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, levando ao reconhecimento e declaração da missão, visão e valores institucionais, a saber:

NOSSA MISSÃO

- Promover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte

NOSSA VISÃO

- Consolidar-se como uma instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico, até 2026

NOSSOS VALORES

- Comprometimento
- Cooperação
- Ética
- Responsabilidade socioambiental
- Equidade
- Diversidade

Conforme apresentado no mapa estratégico da seção 2.1, a partir da missão, visão e valores foram definidas as perspectivas e objetivos estratégicos, com suas respectivas relações de causa e efeito, e os painéis de desempenho, com a constituição dos indicadores e suas respectivas metas.

A partir do momento em que o PDI 2019-2026 foi aprovado pelo Conselho Superior, o que se deu em pleno curso do exercício 2019, sua implementação vem sendo realizada em etapas, considerando as necessidades de adaptação à nova metodologia e desenvolvimento das ferramentas informatizadas no Suap, com equipe própria. As seguintes etapas e ações fazem parte da implementação:

ETAPAS	PRINCIPAIS AÇÕES
Acompanhamento de indicadores do painel de desempenho do PDI	Desenvolvimento do Farol de Desempenho no Suap (fevereiro/2019 a fevereiro/2020); Oficina-formação para alimentação (agosto e setembro/2019).
Planejamento anual (Plano de Atividades) baseado em projetos estratégicos definidos no PDI	Oficina de capacitação para uso da ferramenta CANVAS para projetos estratégicos (outubro/2019); Tutoria para elaboração dos projetos estratégicos (novembro/2019); Desenvolvimento do módulo de planejamento estratégico (dezembro/2018 a março/2020).
Acompanhamento físico-financeiro dos projetos estratégicos do PDI	Definição do escopo e principais definições para desenvolvimento do sistema (a partir de dezembro/2018).

As ações estão sendo coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento Estratégico Central (CGE Central), em articulação com os CGE Locais, atuantes nos campi. Tal configuração denota o momento de transição entre os Planos 2014-2018 e 2019-2026.

Em razão dessa transição, o capítulo 4 deste relatório, dedicado aos resultados da gestão do IFRN, apresenta uma compatibilização de estruturas dos Planos, sendo o planejamento anual baseado no PDI 2014-2018 (por ser o PDI vigente à época de sua elaboração), e o acompanhamento dos resultados via indicadores de desempenho baseado no novo PDI 2019-2026 (os resultados apurados ao final do exercício). A compatibilização, enquanto excepcional necessidade do exercício 2019, foi possível graças à associação entre as áreas responsáveis pelos Macroprocessos (PDI 2014-2018) e as áreas responsáveis pelos indicadores de desempenho do novo Plano. Houve, ainda, complementação de indicadores para Macroprocessos sem representação no PDI 2019-2026, com base na Autoavaliação Institucional, cujo instrumento se dedica a avaliar a satisfação da comunidade interna com as mais diversas áreas da instituição.

Por fim, estando definida a situação de transição entre os PDIs, com a respectiva compatibilização de estruturas adotada para apresentação dos resultados da gestão, passa-se ao capítulo 2.2, que descreve as estruturas de governança presentes e atuantes no IFRN durante o ano de 2019.

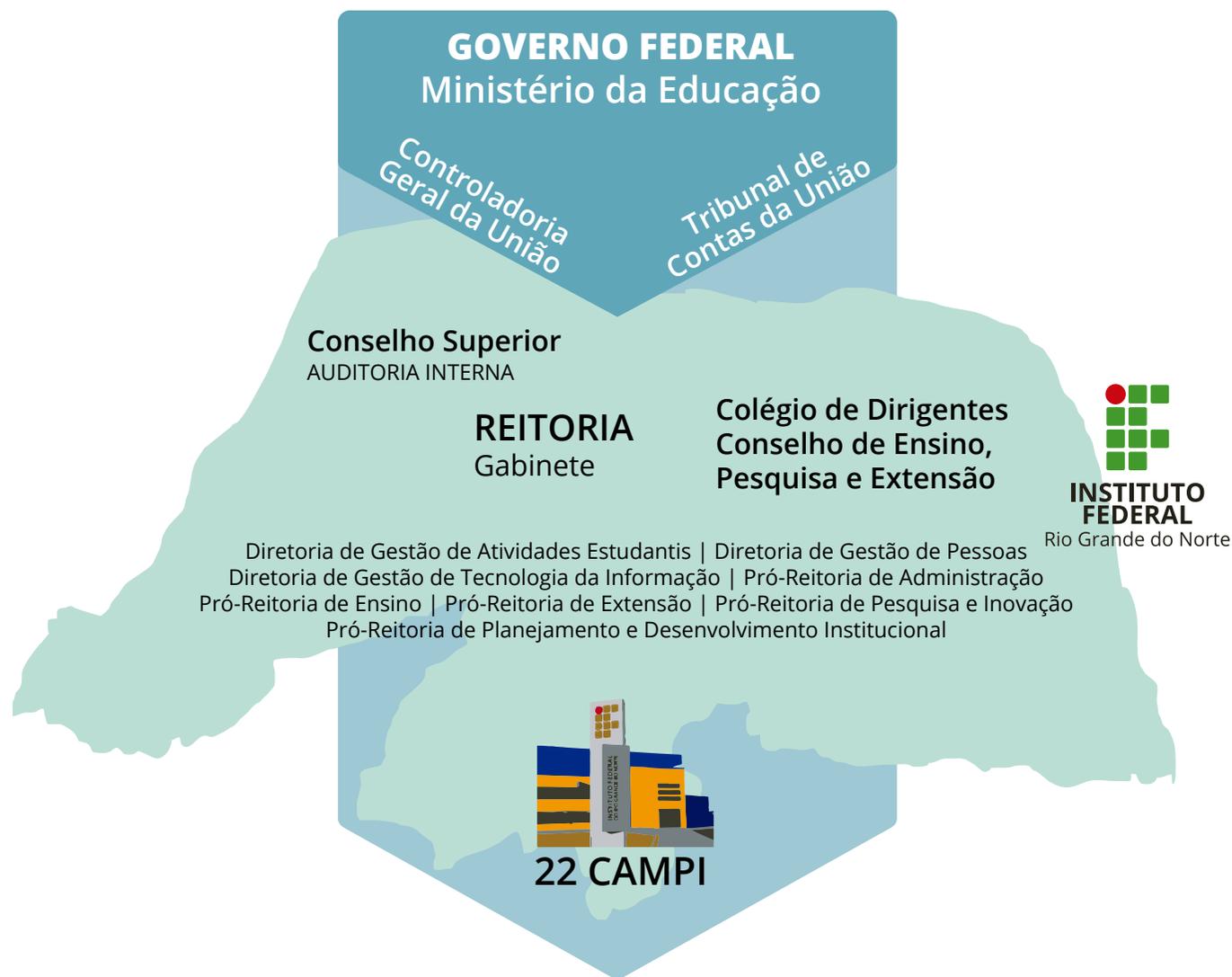


2.2 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

MODELO DE GOVERNANÇA

A vocação regional do Instituto Federal viabiliza-se pela superintendência da Reitoria a um conjunto de 22 *campi* interdependentes. Cada *campus*, constituído como uma organização escolar, com sua própria estrutura administrativa hierárquica e de colegiados, é o responsável pelo atendimento, no respectivo território de localização, do cumprimento das múltiplas atribuições, finalidades e objetivos legalmente previstos para o IFRN, de atuação educacional como centro de excelência nas áreas das tecnologias e das ciências, com abrangência que vai de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade, até cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de desenvolvimento de pesquisa e inovação e de atividades de extensão. Essa atuação conduz à percepção social equivocada de que o Instituto Federal é uma organização universitária, uma vez que esta funciona como instituição pública de concepção centralizada. A Figura 2 é uma representação da estrutura de governança do IFRN.

Figura 2 - Estruturação macro organizacional de governança do IFRN.



Fonte: Adaptado de FERNANDES, Francisco C. M. *Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte*. Braga: Universidade do Minho, 2015.

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, integra uma rede nacional de Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Lei nº 11.892/2008 estabeleceu para o Instituto Federal um sistema de governança ímpar entre as instituições governamentais do país, baseado em conceitos emergentes de organização composta de organizações¹, expresso por intermédio de uma estruturação *multicampi*, em que cada *campus* possui autonomia educacional, administrativa e financeira, numa concepção sistêmica de rede.

A governança estratégica do IFRN é representada e exercida pelos seguintes órgãos colegiados:

Conselho Superior (Consup) – de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes de docentes, de servidores técnico-administrativos, dos estudantes, de egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes;

Colégio de Dirigentes (Codir) – colegiado de caráter consultivo, composto pelos Pró-Reitores, Diretores das Diretorias de Gestão Sistêmicas da Reitoria e pelos Diretores de cada um dos *campi* que integram a Instituição;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) – de funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, constituído pelos Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão, por representantes de coordenadores de curso, da equipe técnico-pedagógica, de docentes, de servidores técnico-administrativos, de discentes, e da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento à pesquisa e/ou à extensão.

Os 3 (três) órgãos colegiados referenciados são presididos pelo Reitor, realizam suas atividades por meio de reuniões periódicas. A periodicidade das reuniões ordinárias é mensal para o Colégio de Dirigentes, a cada dois meses para o Conselho Superior, e trimestral para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. As competências de cada instância dos órgãos colegiados encontram-se publicadas no Estatuto do IFRN, disponível no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/estatuto>.



¹ De acordo com FERNANDES, Francisco C. M. *Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte*. Braga: Universidade do Minho, 2015.

2.3 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS



PRINCIPAIS RESULTADOS DO SERVIÇO e-SIC

1 - QUANTIDADE DE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

- Quantidade de Pedidos:**

190 (100% respondidos)

- Média mensal de pedidos:**

15,83

- Características dos pedidos de acesso à informação**

Total de perguntas:

452 (perguntas por pedido: 2,38)

Total de solicitantes:

165

Solicitantes com um único pedido:

146

- Temas das solicitações (TOP 5)**

CATEGORIA E ASSUNTO	QUANT.	PEDIDOS
Trabalho - Profissões e ocupações	111	58,42%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	19	10,00%
Economia e Finanças - Administração financeira	14	7,37%
Ciência, Informação e Comunicação - Ciência e Tecnologia	6	3,16%
Educação - Gestão escolar	5	2,63%

2 - RESPOSTA AOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

• Prorrogações:

29 (15,65% dos pedidos)

• Razão das negativas de acesso:

DESCRIÇÃO	QUANT.	PEDIDOS
Pedido genérico	4	2,11 %
Pedido incompreensível	1	0,53 %
Dados pessoais	1	0,53 %
Pedido desproporcional ou desarrazoado	1	0,53 %
TOTAL:	7	3,70 %

3 - PERFIL DOS SOLICITANTES

• Pessoa física:

3,03 %



• Gênero masculino:

50 %



• Pessoa jurídica:

96,97 %



• Gênero feminino:

43,13 %



Gênero não informado: 6,88 %

PRINCIPAIS RESULTADOS DO SERVIÇO DE OUVIDORIA

A Ouvidoria do IFRN é parte integrante do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal. Os acessos a este serviço neste período, em sua maioria, 99%, se deram através do portal eletrônico do IFRN (www.ifrn.edu.br/ouvidoria), cujo link redireciona para a Plataforma Fala.Br, significando ser este meio de comunicação o mais eficaz.

Durante o período de 2019, a ouvidoria recebeu 237 manifestações, sendo 159 referente à dimensão administrativa (67,4%) e 77 referentes a questões acadêmicas (32,6%). Das manifestações recebidas, 231 (97,47%) foram concluídas com êxito, 5 (2,11%) foram arquivadas por duplicidade, enquanto 1 (0,42%) ficou inconclusa (em tratamento).



Figura 3 - Quantidade de manifestações tratadas no ano de 2019. Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>.

SUA DEMANDA FOI RESOLVIDA?



Figura 4 - Avaliação dos demandantes quanto à resolutividade das manifestações. Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>.

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES

RECLAMAÇÃO	54 (23,3%)
SOLICITAÇÃO	31 (13,4%)
DENÚNCIA	45 (19,4%)
SUGESTÃO	3 (1,3%)
ELOGIO	2 (0,9%)
COMUNICAÇÃO	96 (41,4%)
SIMPLIFIQUE	1 (0,4%)

Figura 5 - Assuntos mais demandados no ano de 2019. Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>.

No tocante às demandas da Comunidade externa, em sua maioria, referem-se a solicitações de informações a questões ligadas aos processos seletivos, redistribuição de pessoal, projetos sociais e comunitários e conduta dos servidores.

A partir da análise destes resultados, com um índice de 97,47% de resolução ao longo de 2019, pode-se concluir que este serviço de atendimento e de participação cidadã na gestão educacional do IFRN foi eficaz enquanto promotor da cidadania, pela atenção recebida às suas demandas.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROCESSOS DECISÓRIOS

Além das representações da sociedade civil nos conselhos superiores (Consup e Consepex), os *campi* contam com as seguintes estruturas de participação cidadã com potencial tomada de decisão:

Conselho Escolar, através do qual a sociedade civil, alunos e egressos, pais, técnicos administrativos, docentes e Diretor-Geral deliberam acerca de assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como aprovar o calendário acadêmico do *campus*.

Colegiado da Diretoria Acadêmica, órgão deliberativo e consultivo acerca das demandas relacionadas ao ensino, representado pelos docentes do *campus*, técnicos administrativos vinculados a diretoria acadêmica e representante de alunos.

Conselho de Classe, representado pelo Diretor Acadêmico, equipe técnico pedagógica, professores, alunos e pais, objetiva colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

3

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



3.1 GESTÃO DE RISCOS

O IFRN possui uma Política de Gestão de Riscos (PGR) instituída pela Resolução nº 50/2017-CONSUP/IFRN e baseada na atuação de três instâncias: o Comitê de Gestão Estratégica (CGEST), o Comitê Gerencial (CGER) e o Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS). Tais organismos obedecem aos princípios, aos objetivos e às competências estabelecidas nessa política, que definiu, ainda, as etapas a serem desenvolvidas na Metodologia de Gestão de Riscos. Como objetivos principais da Política, destacam-se a melhoria dos controles internos da gestão, o aumento das probabilidades de atingimento dos objetivos institucionais e a melhoria da prestação de contas à sociedade.

Os controles internos são instrumentos de fundamental importância para o monitoramento dos riscos em cada instância de gestão. No IFRN, esses controles são mantidos e alimentados diretamente pelas instâncias gestoras, que podem demandar o desenvolvimento de controles automatizados específicos no Suap, para facilitar o monitoramento contínuo.

A principal medida de mitigação de riscos é o mapeamento de processos internos, cuja coordenação será realizada do Escritório de Processos, com estrutura a ser implementada a partir do exercício de 2020.

PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Segundo a publicação *Dez Passos para a Boa Governança*, do Tribunal de Contas da União, riscos surgem da incerteza natural dos atuais cenários econômico, político e social, e podem apresentar-se como desafios ou oportunidades, na medida em que dificultem ou facilitem o alcance dos objetivos organizacionais. O instrumento de governança para lidar com a incerteza é a gestão de riscos, que engloba, entre outras coisas, os controles internos. A gestão de riscos permite tratar com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade e/ou impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor, a *accountability* e fornecer garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

O Projeto Estratégico “Metodologia de Gestão de Riscos” atenderá de forma prioritária ao objetivo estratégico estabelecido no novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2026, de implementar e desen-

volver a Política de Gestão de Riscos do IFRN. Ademais, alguns esforços isolados nesse sentido já foram empreendidos, em função de recomendações dos órgãos de controle interno e externo. Também já foram mapeados, com base nos objetivos estratégicos vigentes, os principais riscos, que precisam ser analisados pelas instâncias que atuam na construção da referida metodologia: o Comitê de Gestão Estratégica (CGEST), o Comitê Gerencial (CGER) e o Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS), no intuito de classificá-los. Os principais riscos, associados aos objetivos estratégicos, encontram-se informados no Capítulo 4 deste relatório (subitens 4.1 a 4.11, nas análises de resultado).

O desafio que se iniciou em 2019, para além do desenvolvimento da metodologia, que contará com o modelo de matriz de riscos e classificação destes, é aplicá-la em consonância com o novo PDI 2019-2026, construído sob a metodologia *Balanced Scorecard*. Submetido à aprovação do Consup em abril de 2019, a partir de quando tem sido efetivamente implementado.



3.2 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SIGNIFICATIVOS

AÇÕES TRABALHISTAS

No ano de 2019, foram movidas 11 ações trabalhistas contra empresas de terceirização contratadas pelo IFRN, nas quais o Instituto responde subsidiariamente. O valor total das ações foi de R\$ 241.482,36 e grande parte delas envolve a garantia dos direitos trabalhistas dos empregados envolvidos nas contratações.

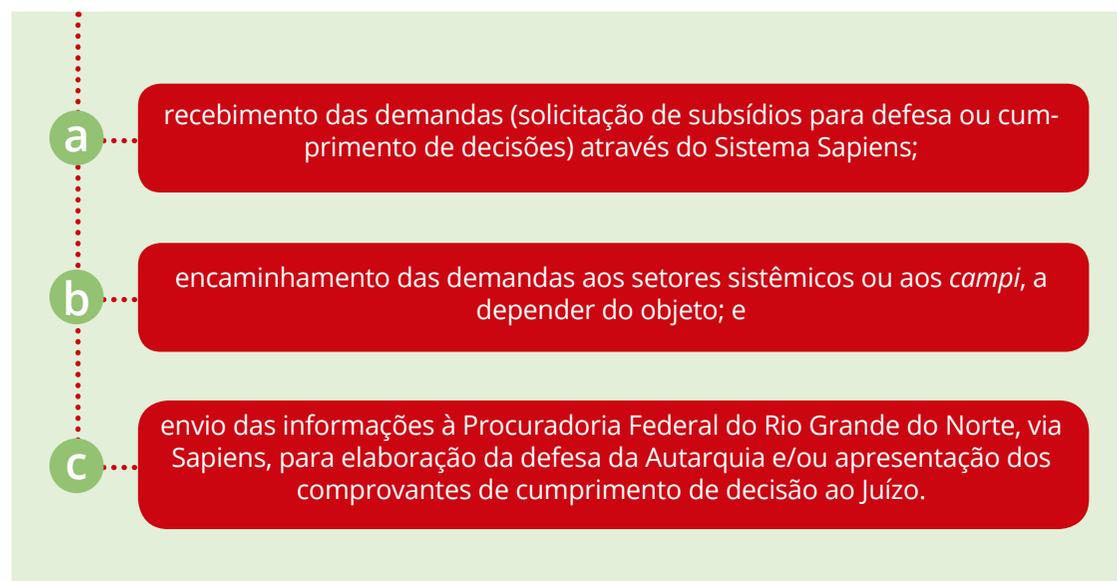
Em 2019, as principais motivações das ações trabalhistas referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, pagamento de adicional de insalubridade, depósito e liberação do FGTS e danos morais.

No âmbito das ações trabalhistas, ocorreram audiências na Justiça do Trabalho, para as quais foram designados prepostos para representar a Instituição em juízo. O preposto é sempre um servidor (geralmente o fiscal do contrato), conhecedor dos fatos narrados na petição inicial do processo. A falta do preposto à audiência enseja inevitável prejuízo para a Instituição, passível de apuração e de responsabilização funcional.

Para garantir que os contratos sejam executados conforme os termos contratados, visando o bom uso dos recursos públicos, é indispensável acompanhá-los e fiscalizá-los, aperfeiçoando os instrumentos de controle e dos processos de trabalho, resultando em uma fiscalização mais eficiente e na redução do número de ações trabalhistas.

GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

A gestão e controle das demandas judiciais são feitos pela Secretaria da Procuradoria Federal junto ao IFRN, na forma da Portaria nº 1.547, de 29 de outubro de 2008, e segue o seguinte fluxo:



Os Mandados de Segurança geralmente são recebidos via Oficial de Justiça pelo Gabinete da Reitoria ou pelos gabinetes nos *campi*, protocolados e encaminhados ao setor competente para dar cumprimento à obrigação de fazer (após elaboração do respectivo Parecer de Força Executória pela PFRN) e/ou prestar os subsídios que serão utilizados pelos Procuradores lotados na Procuradoria Federal junto ao IFRN para elaborar as informações da autoridade coatora. Posteriormente, são encaminhados via PJ e à Vara Federal responsável.

4

RESULTADOS DA GESTÃO



NOTAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O NOVO PDI

Este capítulo, dedicado a apresentar os resultados da gestão do IFRN conforme seu plano estratégico, segue uma estrutura resultante dos esforços de compatibilização entre o PDI 2014-2018 (com vigência encerrada em abril/2019) e o novo PDI 2019-2026 (aprovado e vigente a partir de então), resultante do processo de transição descrito no item 2.1 deste relatório, seção NOVO PDI 2019-2026.

Portanto, os resultados derivam da associação entre os macroprocessos (PDI 2014-2018, vigente à época do planejamento anual) e os indicadores de desempenho do novo Plano,

já apurados ao final de 2019. Alguns macroprocessos sem representação no PDI 2019-2026 tiveram complementação de indicadores mensurados na Autoavaliação Institucional, instrumento dedicado a avaliar a satisfação da comunidade interna com os mais diversos programas e processos da Instituição.

O ano de 2020 iniciou com o planejamento anual e acompanhamento de resultados totalmente alinhados com o PDI 2019-2026 e orientados pelo Mapa Estratégico apresentado no item 2.1. Seus resultados serão apresentados no Relatório de Gestão 2021 do IFRN.

4.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO ESTRATÉGICA

Macroprocesso:
FUNÇÃO SOCIAL



Objetivo estratégico: Fortalecer a identidade institucional e promover análise de demandas acadêmicas em vinculação com o desenvolvimento e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS

1.1.1 Fomentar a elaboração de relatórios das demandas de ofertas educacionais, pesquisa e inovação e extensão existentes e emergentes nos territórios de abrangência da Instituição

1.1.2 Fortalecer as ações de acompanhamento da permanência e do êxito dos estudantes

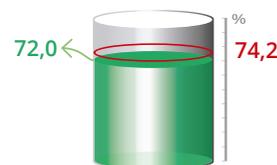
1.1.3 Fortalecer a identidade institucional no âmbito da comunidade acadêmica

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

IPE - Índice de Permanência e Êxito

IS - Índice de satisfação com a Instituição





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO FUNÇÃO SOCIAL

Principais resultados alcançados:

- o índice de permanência e êxito atingiu resultado semelhante ao esperado, mostrando um *déficit* de apenas 2,2% para o alcance da meta; o indicador de índice de satisfação com a Instituição atingiu o resultado esperado;
- progresso do resultado alcançado no índice de satisfação com a instituição, diante da maior participação da comunidade em relação a anos anteriores.

Impactos observados:

- crescimento das ações de acompanhamento de estudantes;
- Identificação das principais demandas e necessidades para melhor atendimento à sociedade, junto à comunidade acadêmica de cada *campus*;
- fortalecimento da identidade institucional;
- aumento no número de respondentes ao instrumento de avaliação, possibilitando informações mais precisas acerca dos vários aspectos institucionais avaliados.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- empenho na apresentação da Instituição para a comunidade;
- envolvimento da comunidade interna nos processos avaliativos;
- acompanhamento efetivo da permanência e êxito através de reuniões pedagógicas semanais, formação de grupos de trabalho nos *campi*, e reuniões com pais e sociedade civil.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- sensibilização para a participação da comunidade como respondentes dos questionários de avaliação, compreendendo a responsabilidade cidadã.

Riscos identificados:

- redução do orçamento captado pela instituição por matrículas evadidas/retidas;
- falta de identificação da comunidade interna e externa com a função social da Instituição.

Desafios futuros:

- renovação do Plano Estratégico de permanência e êxito do IFRN;
- estratificar o acompanhamento da permanência e êxito por curso/*campus*;
- funcionamento efetivo das atividades acadêmicas do *Campus* Jucurutu;
- busca de estratégias para o fortalecimento da identidade institucional e envolvimento nos processos avaliativos.



Macroprocesso:
ÓRGÃOS COLEGIADOS E DE ACESSORAMENTO



Objetivo estratégico: Garantir o funcionamento, a tomada de decisão e a autonomia dos órgãos colegiados e de assessoramento

Execução financeira - Realizado: R\$ 1.854,75

METAS	INDICADORES	
		■ META ■ RESULTADO
<p>1.2.1 Fomentar a realização de reuniões dos órgãos colegiados e de assessoramento institucionais</p>	<p>Quantidade de atos emitidos pelos órgãos colegiados e de assessoramento</p> <p style="font-size: 2em; text-align: center;">▶ 1.080 ◀</p>	<p>IS - Índice de satisfação com a Instituição</p>

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ÓRGÃOS COLEGIADOS E DE ACESSORAMENTO

Principais resultados alcançados:

- foram realizadas 67 reuniões, ordinárias e extraordinárias, dos órgãos colegiados e de assessoramento institucionais, sendo 13 do Consup, 6 do Consepex, 7 da Comissão de Ética, 14 do Codir, 13 da CIS/PCCTAE, 9 da CPPD e 5 da CPA;
- a Comissão de Ética finalizou 14 processos relativos a denúncias, a temáticas de natureza consultiva ou administrativa, dentre outros; A CIS/PCCTAE teve o registro de 697 processos, dentre os quais, 33 foram de afastamento total, 57 de afastamento parcial, 142 de incentivo à qualificação, 221 de progressão funcional, 230 de licença capacitação, 7 referentes à redução de carga horária e 7 relativos a Ações de Desenvolvimento em Serviço;
- foram emitidas 49 resoluções do Consup e 37 deliberações, sendo 36 do Consepex e 1 da CPA;
- foram emitidos 54 despachos, sendo 11 da Comissão de Ética, 40 da CPPD e 3 da CPA;
- foram emitidos 939 pareceres, sendo 3 da Comissão de Ética, 697 da CIS/PCCTAE e 239 da CPPD;
- foi emitido 1 acordo por parte da Comissão de Ética.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- períodos de recesso e de férias, além das demandas de processos, impossibilitaram a realização de 12 reuniões anuais da Comissão de Ética;
- a dificuldade de recomposição dos colegiados e a falta, esporádica, de *quórum* e ou de representatividade inviabilizaram a realização de algumas reuniões dos órgãos colegiados;
- recursos previstos para o macroprocesso foram executados corretamente para a finalidade de pagamento de diárias aos membros colegiados, porém apropriados em outras dimensões estratégicas, impedindo a correta apropriação dos valores e objetos de investimento.



>>> Análise de resultado – Macroprocesso Órgãos colegiados e de assessoramento (continuação)

Impactos observados:

- observa-se que o número de reuniões extraordinárias ultrapassou o percentual de 50% do total das reuniões ordinárias, possibilitando maior celeridade aos processos administrativos;
- considerando a periodicidade regimental inerente a cada Órgão Colegiado para a realização de reuniões, observa-se que foi atingido o quantitativo individualizado de plenárias previsto para o exercício 2019;
- houve a aprovação do Regimento Interno da Comissão de Ética do IFRN pelo Conselho Superior.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- realização de reuniões da Comissão de Ética em decorrência das demandas, sendo que, apesar de nem sempre haver demandas para uma reunião a cada 30 dias, quando há muitos processos, são realizadas reuniões com intervalo inferior a 30 dias, garantindo, assim, a celeridade do atendimento;
- em 2019, houve eleição para escolha de membros do Conselho Superior para biênio compreendido entre 2019-2021 e eleição complementar para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para a complementação de mandato até dezembro de 2020;
- desenvolvimento do módulo de acompanhamento financeiro em 2020.

Riscos identificados:

- não foram apontados riscos.

Desafios futuros:

- revisar os Regimentos Internos dos órgãos colegiados e de assessoramento.



Macroprocesso:
**TRANSPARÊNCIA
E DESCENTRALIZAÇÃO**



Objetivo estratégico: Fortalecer a transparência dos atos de gestão e os processos de descentralização institucional

Execução financeira - Realizado: R\$ 1.833,75

METAS

1.3.1 Fortalecer a transparência e a agilidade de publicização dos atos dos colegiados superiores

1.3.2 Fortalecer a transparência dos atos de gestão

1.3.3 Fortalecer os processos institucionais de autonomia e descentralização

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

Percentual de resoluções *ad referendum* do Consup e Consepex

IS - Índice de satisfação com a Instituição





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO TRANSPARÊNCIA E DESCENTRALIZAÇÃO

Principais resultados alcançados:

- monitoramento dos indicadores da Instituição por meio da ferramenta Farol de Desempenho no Suap;
- atualização do portal do IFRN com as ações institucionais;
- publicação dos atos de gestão, tais como portarias (Boletim de Serviço) e editais, no site institucional e em jornais, especificamente no Diário Oficial da União – DOU;
- nova composição do Consup para o mandato 2019-2021;
- foi realizada a divulgação do novo site da Comissão de Ética no Suap e na página institucional do IFRN.

Impactos observados:

- facilidade de acesso às informações da Comissão de Ética e sobre as formas de realização de denúncias;
- promoção da transparência dos atos de gestão por meio da divulgação no portal institucional e no DOU.

Riscos identificados:

- cerca de 18% do total de deliberações e de resoluções dos órgãos colegiados superiores (Consup e Consepex) foram emitidos *ad referendum*, devido a relevância e urgência do tema;
- não atualização das informações da CIS/PCCTAE no portal do IFRN.

Desafios futuros:

- atualizar as informações da CIS/PCCTAE no portal do IFRN;
- buscar realizar maior número de reuniões extraordinárias, visando minimizar a emissão de documentos *ad referendum*.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- número insuficiente de servidores na Secretaria de Colegiados Superiores, dificultando a conclusão e a publicação das atas das reuniões em tempo hábil;
- emissão de resoluções e deliberações *ad referendum*, em razão da relevância e urgência dos temas.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- atualização da Composição do Consepex por meio de eleição complementar e do Consup por meio de eleição de novos membros para o mandato 2019-2021.



Macroprocesso:
GESTÃO ORGANIZACIONAL



Objetivo estratégico: Adequar a estrutura organizacional e documentos institucionais de referência para promover a função social

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS

1.4.1 Atualizar os documentos institucionais relativos ao planejamento institucional

1.4.2 Aperfeiçoar a estrutura organizacional de modo a fortalecer a autonomia dos *campi*

INDICADORES



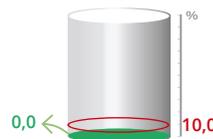
META



RESULTADO

PGPr - Percentual de criação e implantação da Política de Gestão de Processos

IS - Índice de satisfação com a Instituição





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO ORGANIZACIONAL

Principais resultados alcançados:

- aprovação do novo PDI 2019-2026 com implantação da metodologia *Balanced Scorecard*, mapa estratégico e painel de desempenho;
- declaração da Missão, Visão e Valores do IFRN;
- elaboração do Plano de Ação 2019;
- estruturação do Plano de Atividades 2020 para ser executado através de projetos.

Impactos observados:

- profissionalização da gestão institucional, com novo planejamento estratégico baseado em metodologia reconhecida;
- foco no que é relevante para a comunidade, através da reorientação das ações para atendimento à missão declarada.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- impossibilidade de revisão do Regimento Geral do IFRN, em virtude da necessidade de realinhamento no planejamento da estrutura organizacional interna;
- normatização técnica sobre o planejamento foi sobrestada pela necessidade de priorizar a implantação do novo PDI 2019-2026.
- a Política de Gestão de Processos depende de implantação de Escritório com essa finalidade, o que não ocorreu em 2019.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- apresentação do novo PDI aos colegiados institucionais como subsídio à revisão do Regimento Geral e demais documentos;
- organização de material instrucional (vídeos, tutoriais, comunicações) para alinhamento acerca do planejamento anual, na estrutura do novo PDI, que recebeu o nome de Plano de Atividades.

Riscos identificados:

- dificuldades na implantação do novo Plano por eventual desajuste em relação à estrutura organizacional disposta no Regimento Geral;
- parcial apropriação do planejamento estratégico via execução de projetos.

Desafios futuros:

- realizar as adequações necessárias na estrutura organizacional;
- capacitar os novos gestores para atuação sob o novo planejamento estratégico.



Macroprocesso:
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Objetivo estratégico: Sistematizar e acompanhar o planejamento participativo integrado à avaliação institucional

Execução financeira - Realizado: R\$ 830.728,88

METAS

1.5.1 Ampliar a participação na elaboração e no acompanhamento do planejamento institucional anual participativo

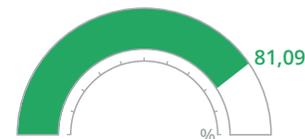
1.5.2 Fomentar a produção e divulgação do Relatório de Gestão sistêmico e dos *campi*

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

Satisfação com a transparência e participação da comunidade acadêmica na elaboração do planejamento institucional

IS - Índice de satisfação com a Instituição





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Principais resultados alcançados:

- alocação de R\$ 14,5 milhões a título de reserva técnica do IFRN, destinada a cobrir despesas em situação emergencial e/ou imprevistas;
- publicação do Relatório de Gestão 2018 do IFRN, sob novo formato de Relato Integrado recomendado pelo TCU;
- lançamento do Farol de Desempenho no Suap, principal ferramenta de monitoramento do PDI 2019-2026 via indicadores;
- elaboração dos Relatórios de Gestão 2018 dos *campi*, em *versões parcial e final*;
- aprovação do Plano de Ação 2019.

Impactos observados:

- fortalecimento do patrimônio institucional pela aquisição de equipamentos permanentes, apesar do contingenciamento sofrido durante a maior parte do ano;
- profunda melhoria na apresentação dos resultados institucionais à comunidade interna e à sociedade em geral, com transparência e objetividade;
- expressivo alinhamento entre o formato de Relato Integrado e o novo PDI 2019-2026, fortalecendo a *accountability* do IFRN;
- inovação no acompanhamento do desempenho institucional, valorizando as características do IFRN enquanto casa de educação.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- recursos alocados na reserva técnica foram aplicados em atividades de diversas outras dimensões estratégicas, impedindo a correta apropriação dos valores e objetos de investimento;
- atos de publicização dos Relatórios de Gestão dos *campi* ainda deficiente.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- criação do Comitê de Gerenciamento Estratégico para implantação do novo PDI 2019-2026;
- desenvolvimento do módulo Suap Planejamento Estratégico, com as funcionalidades Farol de Desempenho, PDI e Plano de Atividades;
- especificação da funcionalidade Acompanhamento físico e financeiro do PDI;
- sensibilização para o ciclo PDCA das ações institucionais, traduzido pela sequência de Planejamento – Execução – Acompanhamento – Reorientação;
- orientação aos *campi* quanto aos meios e públicos de divulgação dos relatórios de gestão.

Riscos identificados:

- insuficiência de ferramentas de gestão para acompanhamento da execução orçamentária, cujo desenvolvimento está previsto para ocorrer em 2020;
- dificuldade em identificar o objeto das despesas custeadas com recursos da reserva técnica do Instituto, uma vez que foram apropriados em diversos macroprocessos;
- necessidade de normatizar critérios para a execução de atividades que utilizam recursos de reserva técnica;
- menor transparência na prestação de contas à comunidade escolar dos *campi*, pela deficiência na divulgação dos relatórios.

Desafios futuros:

- elaboração de planejamento complementar (visando recursos extraorçamentários);
- sensibilizar os gestores para publicização dos resultados da gestão, disponíveis nos Relatórios de Gestão parciais e finais dos *campi*;
- capacitar a equipe gestora e os Comitês de Gerenciamento Estratégico dos *campi* para correta aplicação do PDCA no IFRN: Planejamento – Execução – Acompanhamento – Reorientação.



Macroprocesso:
**AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**



Objetivo estratégico: Acompanhar e avaliar, de forma sistêmica e sistematizada, os indicadores institucionais para subsidiar o planejamento e a qualidade dos atendimentos dos setores para identificar o nível de satisfação dos usuários

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS	INDICADORES	
	■ META	■ RESULTADO
1.6.1 Ampliar a participação da comunidade nos processos de autoavaliação institucional	Satisfação com a eficiência dos procedimentos de avaliação institucional 	IS - Índice de satisfação com a Instituição 

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Principais resultados alcançados:

- melhoria do resultado alcançado, considerando a maior participação da comunidade.

Impactos observados:

- aumento no número de respondentes ao instrumento de avaliação, possibilitando informações mais precisas acerca dos vários aspectos institucionais avaliados.

Riscos identificados:

- disponibilização do instrumento de avaliação em discordância ao calendário letivo.

Desafios futuros:

- estudo de estratégias que possibilitem o maior envolvimento da comunidade na avaliação institucional.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- inadequação do período de disponibilização do instrumento de avaliação institucional ao calendário letivo.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- melhoria na sensibilização da comunidade para a participação como respondentes dos questionários de avaliação, compreendendo a responsabilidade cidadã.



Macroprocesso:
INTERNACIONALIZAÇÃO



Objetivo estratégico: Ampliar as atividades de internacionalização em articulação com as demandas acadêmicas

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS

1.7.1 Ampliar o número de acordos de cooperação e parcerias com instituições estrangeiras

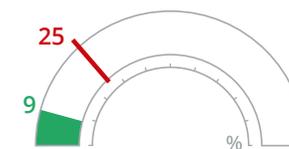
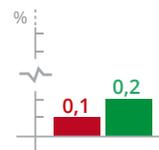
1.7.2 Ampliar o número de estudantes e servidores em mobilidade internacional (enviados e recebidos)

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

IMI_dis - Índice de mobilidade internacional - discentes em intercâmbio

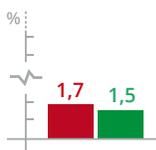
IMI_rec - Índice de mobilidade internacional - pessoal recebido



IMI_serv - Índice de mobilidade internacional - servidores em intercâmbio

PCI - Número de projetos de cooperação internacional (com e sem financiamento externo)

PEI - Participações em eventos internacionais dentre total em mobilidade



[15] > 05 <



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO INTERNACIONALIZAÇÃO

Principais resultados alcançados:

- ampliação do processo de internacionalização do IFRN por meio da oferta de oportunidades de mobilidade internacional estudantil;
- fortalecimento da internacionalização do IFRN por meio da mobilidade internacional aos servidores; da captação de docentes e discentes, bem como de gestores de instituições de ensino estrangeiras, representantes de empresas, terceiro setor e agências privadas e públicas governamentais estrangeiras, em visitas técnicas com vistas a prospecções de parcerias e para ministrar palestras, cursos, bem como para frequentar atividades acadêmicas no IFRN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- políticas governamentais de contenção de gastos, com cortes que resvalaram, diretamente, nas ações de internacionalização, dado o alto custo de algumas delas;
- desconsideração de alguns gestores dos *campi* quanto à importância da internacionalização para o desenvolvimento institucional;
- orientações dos organismos de formação em Relações Internacionais para redução do número de parcerias, e aumento do número de ações no âmbito das parcerias existentes.



>>> Análise de resultado - Macroprocesso Internacionalização (continuação)

Impactos observados:

- construção de um ambiente institucional com servidores e alunos internacionalizados;
- promoção e divulgação do IFRN no âmbito internacional, por sua existência e por ser uma instituição de ensino técnico, tecnológico e propedêutico de excelência, segundo os padrões internacionais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- diminuição e até suspensão de ações, missões e do Programa de Mobilidade Internacional estudantil IFRN Internacional;
- visitas aos campi para prover informações à comunidade do campus sobre a importância da internacionalização para o desenvolvimento pessoal, institucional, regional e nacional, bem como oportunidades de internacionalização e como se preparar para se tornar elegível a essas oportunidades;
- apresentação em sensibilização dos gestores quanto à importância da internacionalização.

Riscos identificados:

- a grande variação na cotação de moedas estrangeiras dificulta bastante o planejamento quanto ao número de vagas a serem ofertadas nos editais;
- visão ainda pouco consolidada sobre o desenvolvimento da internacionalização enquanto prioridade para o desenvolvimento institucional, e consequente dificuldade de priorização de recursos para o macroprocesso, em tempos de restrições financeiras.

Desafios futuros:

- um planejamento no âmbito dos *campi* para custear ações, missões e programas de mobilidade internacional de seus alunos e servidores;
- criação de um cargo ou grupo de trabalho no âmbito dos *campi* para levar a cabo as ações de internacionalização do interesse de sua comunidade, de acordo com o PDI.



4.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO COMUNICAÇÃO E EVENTOS

Macroprocesso:
COMUNICAÇÃO INTERNA



Objetivo estratégico: Fortalecer a transparência das ações institucionais e os fluxos comunicacionais com servidores e estudantes

METAS

2.1.1 Estimular a interação de servidores e estudantes com as gestões da Reitoria e dos *campi* através dos diferentes meios de comunicação interna

INDICADORES

Satisfação com a comunicação interna

3,5

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

META

RESULTADO

IS - Índice de satisfação com a Instituição





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO COMUNICAÇÃO INTERNA

Principais resultados alcançados:

- fortalecimento da cultura de uso da Central de Serviços para estudantes e servidores demandarem serviços da comunicação social e eventos, com 1.011 chamados atendidos pra publicações de notícias e envio de comunicados, 828 de design e 45 de eventos;
- realização de 10 campanhas institucionais internas, como destaque para Dia do Servidor e do Professor e de compartilhamento dos resultados das ações institucionais registradas no Relatório de Gestão 2018;
- envio de 30 “Informs on-line – Informativo IFRN” para servidores.

Impactos observados:

- maior praticidade e interação com estudantes e servidores para solicitação e acompanhamento das demandas de comunicação social e eventos;
- maior conhecimento, por parte de estudantes e servidores, sobre a atuação dos setores de comunicação social e eventos e sobre as formas que podem auxiliá-los nos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- metas quanto à realização de campanhas, envio de informativos e atendimento de chamados foi alcançada;
- meta financeira não foi concretizada em razão dos cortes orçamentários realizados em 2019.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- sem recurso para esse macroprocesso, trabalhamos o engajamento com a comunidade interna através das campanhas de reforço e destaque às ações institucionais, gerando compartilhamento espontâneo das informações.

Riscos identificados:

- dificuldade de receber retorno quanto aos conteúdos enviados por e-mail a servidores;
- dificuldade em se comunicar com os estudantes através de e-mail.

Desafios futuros:

- estabelecer uma maior interação com servidores e estudantes, facilitando a circulação das informações e a disseminação das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas por eles.



Macroprocesso:
COMUNICAÇÃO EXTERNA



Objetivo estratégico: Promover e difundir as ações institucionais de oferta de educação profissional, científica e tecnológica e de transformação das realidades locais

Execução financeira - Realizado: R\$ 36.000,00

METAS

2.2.1 Ampliar a utilização dos canais de comunicação externa para informar a sociedade sobre as ações institucionais e melhorar a percepção pública quanto à atuação e dimensão institucional

INDICADORES

■ META

■ RESULTADO

Percep - Percepção sobre a Instituição (Portal-externa)

[3,0]

▷ 0,0 ◁





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO COMUNICAÇÃO EXTERNA

Principais resultados alcançados:

- durante 2019, o principal resultado alcançado foi a audiência dos filmes institucionais dos *campi* e da Reitoria. Foram veiculados 44 filmes (22 no formato completo e 22 de um minuto), com o seguinte resultado:
Total de 469.849 visualizações;
- 395.480 pessoas alcançadas no Facebook;
- 50.152 visualizações no Instagram;
- 24.217 visualizações no Youtube; houve 523 inserções espontâneas sobre a instituição na mídia externa, sendo 159 delas na Tribuna do Norte e 26 no G1, veículos com maior audiência no estado;
- a instituição contabiliza um número de 256.724.000 seguidores nas Fan Pages no Facebook e 104.122.000 no Instagram (somando-se as páginas representativas do Instituto como um todo e dos *campi*);
- foram realizados ainda 15 campanhas publicitárias, através das redes sociais, sendo as principais delas relacionadas aos processos seletivos da Instituição e ao reforço da imagem e da ação institucionais.

Impactos observados:

- sentimento de pertencimento dos integrantes da comunidade interna em relação a sua unidade institucional (*campus* ou Reitoria), demonstrado através do engajamento com as publicações dos filmes institucionais (compartilhamentos de postagem e comentários adicionados);
- reconhecimento da sociedade quanto ao trabalho desenvolvido pela Instituição através das reações aos materiais divulgados das campanhas.

Riscos identificados:

- dificuldade da estrutura (física e de pessoal) para produzir o material planejado;
- falta de recurso para disseminar ainda mais as mensagens de oportunidades quanto à oferta de cursos e de retorno à sociedade quanto à transparência sobre as ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas.

Desafios futuros:

- integrar mais a estrutura de pessoal para o trabalho com a comunicação social e os eventos;
- conseguir mais recurso para a implementação de ações de comunicação com a sociedade externa.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- apesar de o avaliador da percepção externa não ter sido implantado no *site*, que está em processo de reestruturação, avaliamos as metas como superadas em relação ao número de inserções na mídia externa, número de campanhas realizadas e repercussão da campanha dos filmes institucionais;
- meta financeira não foi atingida em razão do contingenciamento orçamentário. Com o retorno do recurso, conseguimos executar ainda 61,4% do planejado.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- reestruturação do site do IFRN, junto à DIGTI, e criação de ferramenta para avaliação da percepção do público quanto à instituição.



Macroprocesso:
EVENTOS



Objetivo estratégico: Promover a aproximação física de servidores, alunos e da população em geral com a Instituição por meio da promoção de eventos, em articulação com as demandas acadêmicas e administrativas

Execução financeira - Realizado: R\$ 445.286,87

METAS

2.3.1 Melhorar o apoio e a promoção de eventos institucionais de natureza técnico-científica, artístico-cultural e desportiva que aprimorem a relação com a comunidade interna e sociedade

INDICADORES

■ META

■ RESULTADO

ETC - Número de eventos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos realizados

[80]

▶ 184 ◀

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO EVENTOS

Principais resultados alcançados:

- registro do planejamento e da realização dos eventos institucionais no módulo de Eventos do Suap;
- consolidação da aplicação das normas estabelecidas na Normatização de Cerimoniais para Formaturas e Colação de Grau do IFRN;
- manutenção e fortalecimento dos eventos técnico-científico-culturais como a V Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão do IFRN (Secitex), realizada em Mossoró, de 16 a 18 de outubro, com 15 inserções na mídia televisiva e cerca de 50 citações na mídia geral.

Impactos observados:

- maior organização e acompanhamento da comunidade quanto aos eventos institucionais realizados;
- fortalecimento do nome institucional como promotor de ciência, cultura e tecnologia.

Riscos identificados:

- execução maior do que o planejado;
- ausência de cultura institucional para os servidores cadastrarem no módulo correspondente no Suap os eventos realizados.

Desafios futuros:

- maior controle e gerência do setor sobre o que é planejado e executado financeiramente na área de eventos;
- conscientização da comunidade acadêmica sobre a necessidade de cadastro completo dos eventos planejados no módulo correspondente no Suap.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- no macroprocesso eventos, percebe-se que as metas são ultrapassadas, tanto em relação a recurso financeiro quanto a número de eventos realizados. O fato é causado em razão de os setores de Comunicação Social e Eventos não terem gerência sobre o planejamento das ações nesse âmbito, sendo os recursos financeiros responsabilidade da dimensão que as propõem (ensino, pesquisa, extensão e gestão de pessoas).

Medidas tomadas para enfrentamento:

- sugestão, na Política de Comunicação do IFRN, da formação de um Núcleo de Eventos, na Assessoria de Comunicação da Reitoria, para acompanhar e assessorar as ações desse setor no instituto;
- realização de capacitações com os servidores responsáveis pela área nos *campi* e na Reitoria.

4.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GOVERNANÇA

Macroprocesso:
GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA



Objetivo estratégico: Fortalecer a política de governança administrativa

Execução financeira - Realizado: R\$ 1.260,90

METAS	INDICADORES	
	■ META	■ RESULTADO
3.1.1 Ampliar o alcance da política e das práticas de governança administrativa	CRP - Percentual de classificação de risco de processos internos mapeados	PRRM - Percentual de processos prioritários com riscos reduzidos ou mitigados

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA

Principais resultados alcançados:

- a Governança Administrativa foi beneficiada com várias ações: 79 monitoramentos, por meio do Sistema Monitor/CGU e no Sistema e-Aud/CGU;
- 132 situações no sistema e-Pessoal/TCU foram alimentadas, monitoradas e que culminaram com o acolhimento das defesas apresentadas e, posterior arquivamento dos processos pelo TCU;
- 66 casos cujos esclarecimentos estão em construção, 143 em monitoramento e 02 enviados para análise do TCU;
- 37 inserções de processos de natureza correicional (sindicância e Processos Administrativos Disciplinares) no sistema CGU/PAD;
- 162 emissões de declaração relacionadas ao Sistema CGU-PAD;
- e finalmente, 264 solicitações de auditoria com o fito de demandar à unidade auditada a apresentação de documentos, de informações e de esclarecimentos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- o contingenciamento orçamentário imposto ao MEC, em especial ao IFRN demandou ajustes e busca por outras formas de aprimoramentos profissionais das equipes de auditoria, bem como a redução de visitas *in loco* nos campi. Diante do quadro de cortes apresentado em 2019, a AUDGE optou por capacitações gratuitas e na modalidade *on-line*, enquanto que participações em reunião do Colégio de Dirigentes passaram a ser por videoconferência, ocasionando ainda economia também em relação às diárias nesses eventos;
- o projeto estratégico Metodologia de Gestão de Riscos, elaborado em 2019 e com vigência a partir de 2020 promoverá a classificação de riscos dos processos internos mapeados, conforme cronograma de execução.



Impactos observados:

- a resolução de 132 demandas inseridas no e-Pessoal/TCU;
- a resolução de 79 monitoramentos inseridas no e-AUD/CGU;
- acompanhamento de 162 situações potencialmente frágeis que poderiam comprometer a gestão.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- fomento a utilização de capacitações *on-line*. Concentração em instrumentos de verificação como sistemas para aferir informações, diminuindo a necessidade de visitas nas unidades.

Riscos identificados:

- inobservância de instrumentos norteadores, por parte de fiscais de contratos, no exercício da fiscalização contratual;
- fragilidades no acompanhamento das jornadas laborais, mormente em jornadas flexibilizadas;
- ausência do plano de integridade e consolidação da gestão de riscos.

Desafios futuros:

- fomentar a implementação do plano de integridade;
- conscientizar a responsabilidade das chefias imediatas no adimplemento das jornadas laborais, consoante a legislação preceitua;
- demandar a capacitação dos fiscais de contratos.



Macroprocesso:
GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Objetivo estratégico: Fortalecer a política de governança em tecnologia da informação

Execução financeira - Realizado: R\$ R\$ 0,00

METAS

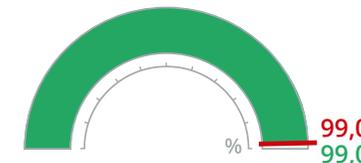
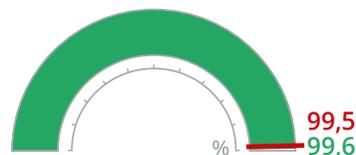
3.2.1 Implantar a política e fomentar as práticas de governança em tecnologia da informação

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

IDCI - Índice de disponibilidade de conexão com a Internet do IFRN

IDS - Índice de disponibilidade dos sistemas de informação do IFRN



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais resultados alcançados:

- estruturação da minuta para criação do comitê de Governança Digital, que passará a coordenar as atividades vinculadas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), bem como o Plano de Segurança da Informação. A minuta deverá ser submetida ao Consup em 2020;
- estruturação do plano de compras de Tecnologia da Informação, em conformidade com o Plano Anual de Contratações (PAC) em estreito alinhamento a IN 01/2019 - SEGES/ME;
- ações de capacitação junto aos servidores do IFRN, tanto da área de Tecnologia da Informação, bem como vinculadas ao uso do Suap, com 42 servidores capacitados. Na área técnica, foram capacitados, junto à Escola Superior de Redes, 16 servidores, em cursos de gerenciamento de serviços, fundamentos de ITIL e Contratações de TIC. Ainda foram capacitados 04 servidores em formação técnica.

Impactos observados:

- ampliação da qualificação da equipe nos *campi* e na Reitoria, para desenvolvimento das atividades de gestão de tecnologia da informação no âmbito do IFRN;
- manutenção das ações desenvolvidas em conformidade com o PDTI, bem como com as novas regulamentações em âmbito federal, seja dos aspectos de governança como de contratação de TI.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- aplicação do contingenciamento, que inviabilizou a realização de mais ações de capacitação, bem como do Encontro dos Coordenadores de Tecnologia da Informação;
- necessidade de atuar como replanejamento financeiro no final do ano, o que muitas vezes compromete a execução das atividades propostas para o plano de ação.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- reorganização das ações propostas e uso mais efetivo de ferramentas de comunicação *on-line* para manter as ações de comunicação e alinhamento com as equipes de TI dos *campi* do IFRN.

Riscos identificados:

- imprevisibilidade orçamentária;
- mudança de normativos nacionais, em dissonância com a realidade dos órgãos, em especial os distantes geograficamente de Brasília.

Desafios futuros:

- aprovação do Comitê de Governança Digital;
- reavaliação do Plano de Segurança da Informação e normas correlatas;
- disseminação de boas práticas de governança no âmbito do IFRN.

4.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ATIVIDADES ESTUDANTIS

Macroprocesso:
ASSISTÊNCIA SOCIAL



Objetivo estratégico: Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes

Execução financeira - Realizado: R\$ 13.778.248,77

METAS

4.1.1 Ampliar o número de estudantes com caracterização socioeconômica realizada

4.1.2 Ampliar a oferta de auxílios e bolsas para os programas, projetos e ações direcionados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive com necessidades educacionais específicas e transtorno funcional específico

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

RFP - Perfil Socioeconômico da Clientela - até 0,5 SMP

Carac_dis - Percentual de alunos com caracterização atualizada

▶ **61,8%** ◀



RFP - Perfil Socioeconômico da Clientela - entre 0,5 e 1 SMP

RFP - Perfil Socioeconômico da Clientela - entre 1 e 1,5 SMP

RFP - Perfil Socioeconômico da Clientela - entre 1,5 e 2 SMP

Vul_q_dis - Percentual de alunos com perfil de vulnerabilidade socioeconômica atendidos (afrodescendentes, indígenas e quilombolas, NEE e transtornos funcionais específicos)

▶ **21,9%** ◀

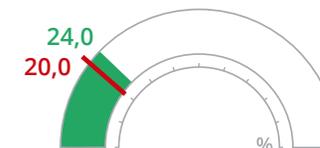
▶ **8,3%** ◀

▶ **2,6%** ◀

RFP - Perfil Socioeconômico da Clientela - entre 2 e 2,5 SMP

RFP - Perfil Socioeconômico da Clientela - entre 2,5 e 3 SMP

RFP - Perfil Socioeconômico da Clientela - maior ou igual que 3 SMP



▶ **1,8%** ◀

▶ **0,9%** ◀

▶ **2,9%** ◀

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ASSISTÊNCIA SOCIAL

Principais resultados alcançados:

- 27.478 estudantes efetuaram registros na caracterização socioeconômica, representando aumento de 60% em relação ao ano anterior, sendo elemento de suma importância para o planejamento e gerenciamento das ações de assistência estudantil;
- 9.538 estudantes atendidos (+5% a.a.) entre os programas de Alimentação Estudantil, Auxílio Transporte, Bolsa de Apoio à Formação Estudantil, Auxílio Moradia e Auxílios Eventuais, direcionadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com repasses na ordem de R\$ 1,1 milhão pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para atendimento previsto a 15.920 estudantes em 2019.

Impactos observados:

- os programas e atendimentos da assistência estudantil impactam positivamente na permanência escolar dos estudantes atendidos;
- acompanhamento dos estudantes com deficiência tem sido uma ação positiva que minimiza as dificuldades por eles vivenciadas para a permanência na Instituição, buscando prevenir a evasão e retenção escolar;
- planejamento com maior exequibilidade a partir do acompanhamento sistêmico da execução das ações de assistência estudantil.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- como consequência do bloqueio orçamentário imposto às instituições de ensino superior, dentre elas o IFRN, outras ações da assistência estudantil foram impactadas, devido à necessidade de reorganização do planejamento para o exercício 2019, ou seja, o compartilhamento do recurso para atendimento de outras ações institucionais também no segundo semestre. Tal situação resultou em execução abaixo da meta estabelecida de outras ações da assistência estudantil.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- intensificação do acompanhamento da utilização dos recursos da assistência estudantil em outras ações, de acordo com as normativas jurídicas institucionais.

Riscos identificados:

- utilização do recurso da ação orçamentária 2994 para finalidades destoantes do seu propósito.

Desafios futuros:

- realização da caracterização de 100% dos discentes com matrícula ativa na Instituição;
- definição de datas no calendário acadêmico para atividades sistêmicas promovidas pelos profissionais atuantes na assistência estudantil para o exercício 2020;
- acompanhamento da execução do planejamento dos recursos da dimensão Atividades Estudantis no intuito de garantir que os programas de assistência estudantil não sofram prejuízos, para prevenção de situações de retenção e evasão escolar;
- ampliação das ofertas de atendimentos dos programas de assistência estudantil em 2020, sabendo-se que os recursos para a assistência estudantil sofreram bloqueio orçamentário de 40% ainda na LOA;
- monitoramento contínuo da utilização dos recursos de assistência ao estudante para que sejam executados de acordo com sua finalidade prioritária.

Macroprocesso:
ASSISTÊNCIA À SAÚDE



Objetivo estratégico: Sistematizar atividades de assistência à saúde dos discentes, de maneira a integrar as ações escolares com as de saúde

Execução financeira - Realizado: R\$ 43.525,82

METAS

4.2.1 Ampliar o número de exames biomédicos em estudantes ingressantes dos cursos técnicos integrados

4.2.2 Ampliar o número de campanhas de saúde sistêmicas

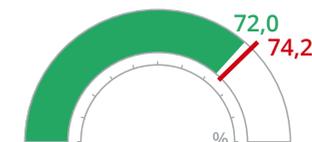
INDICADORES

Número de estudantes ingressantes dos cursos técnicos integrados com registro de exame biomédico

▶ **1.493** ◀

■ META ■ RESULTADO

IPE - Índice de Permanência e Êxito



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Principais resultados alcançados:

- 10.911 estudantes atendidos pela equipe multidisciplinar de saúde (médicos, enfermeiros, odontólogos, nutricionistas e fisioterapeuta);
- 1.493 avaliações biomédicas concluídas;
- 1.156 alunos com deficiências e transtornos funcionais específicos atendidos em algum programa da Assistência Estudantil (crescimento de 35% em relação a 2018), identificados em parceria com equipe do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - Napne.

Impactos observados:

- realização de atividades interdisciplinares por servidores que atuam na assistência estudantil, para identificar possíveis problemas pessoais e familiares dos estudantes - para isso foi realizado o trabalho multiprofissional da Coordenação de Atividades Estudantis (Serviço Social, Saúde, Psicologia e equipe técnico-pedagógica), que possibilitou a troca de informações sobre problemas vivenciados pelos estudantes e realização dos encaminhamentos possíveis e necessários em alguns *campi*.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- o agendamento pelo estudante, via Suap, para realização de avaliação biomédica não foi uma ação eficaz, devido ao período de realização e o absenteísmo dos estudantes nessa ação;
- a falta de alguns profissionais em alguns *campi* devido à inexistência de código de vaga para suprimento da necessidade institucional (médico, odontólogo, nutricionista, assistente social, psicólogo) dificulta a realização do trabalho multidisciplinar junto aos estudantes;
- o corte orçamentário impactou a execução de contratos de mão de obra especializada (pagamento de merendeiras para operacionalização do PNAE), de auxiliar de saúde bucal e de cuidadores que acompanham os estudantes portadores de deficiência.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- parcerias com os demais *campi* do IFRN e com as Secretarias Municipais de Saúde para viabilização de atendimentos aos estudantes (ênfase nos atendimentos de cunho psicológico) e realização de campanhas de prevenção diversas: imunização, educação sexual, testes glicêmicos, entre outras;
- sugestão para os profissionais de saúde efetivarem a divulgação da avaliação biomédica durante o período de matrícula discente, para realização antes do início das aulas;
- sugestão de compartilhamento das demandas de promoção e prevenção de saúde com os docentes e os demais servidores dos *campi*.



>>> Análise de resultado - Macroprocesso Assistência à Saúde (continuação)

Riscos identificados:

- utilização do recurso da ação orçamentária 2994 para finalidades destoantes do seu propósito.

Desafios futuros:

- realização de exame biomédico em 100% dos discentes ingressantes;
- definição de datas no calendário acadêmico para atividades sistêmicas promovidas pelos profissionais atuantes na assistência estudantil para o exercício 2020;
- monitoramento contínuo da utilização dos recursos de assistência ao estudante para que sejam executados de acordo com sua finalidade prioritária.

Macroprocesso:
FORMAÇÃO INTEGRAL



Objetivo estratégico: Fortalecer as ações de apoio à formação integral dos estudantes (eventos e atividades artístico-culturais e esportivas)

Execução financeira - Realizado: R\$ 378.480,56

METAS

4.3.1 Ampliar o número de discentes com apoio para participação em eventos e para o desenvolvimento de atividades artístico-culturais e desportivas

INDICADORES

Quantidade de apoios para eventos e atividades artístico-culturais e desportivas

RESULTADO

▶ **2.572** ◀

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO FORMAÇÃO INTEGRAL

Principais resultados alcançados:

- envio de equipe de estudantes para participação em evento internacional de matemática na China, com apoio financeiro da assistência estudantil;
- não atingimento da meta estabelecida para 2019, incluindo o cancelamento do evento "Jogos *Intercamp*", por causa do corte orçamentário.

Impactos observados:

- o atendimento para a demanda de ajuda de custo para participação em eventos acadêmicos, artísticos, culturais, e desportivos ainda foi executado em alguns *campi*.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- bloqueio orçamentário determinado pelo Decreto nº 9.741/2019, ocasionando contingenciamento de recursos relacionados ao funcionamento da Instituição.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- reprogramação de eventos para o próximo exercício 2020, comprometendo o alcance do objetivo estratégico do Macroprocesso "Formação Integral" em 2019, pois os eventos requerem suporte do trabalho desempenhado por outros servidores e trabalhadores terceirizados.

Riscos identificados:

- mesmo com a ocorrência do replanejamento de atividades para o segundo semestre (2019.2), não houve tempo hábil no calendário acadêmico institucional para a realização dos jogos estudantis. Os recursos para esta ação encontram-se empenhados para o próximo exercício (2020).

Desafios futuros:

- ampliação das ofertas de atendimentos dos programas de assistência estudantil em 2020, sabendo-se que os recursos para a assistência estudantil sofreram bloqueio orçamentário de 40% ainda na LOA;
- monitoramento contínuo da utilização dos recursos de assistência ao estudante para que sejam executados de acordo com sua finalidade prioritária.

Macroprocesso:
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL



Objetivo estratégico: Estimular a formação e o fortalecimento da organização política dos estudantes, por meio das representações estudantis

Execução financeira - Realizado: R\$ 29.080,00

METAS	INDICADORES	RESULTADO
4.4.1 Fomentar a articulação política das entidades estudantis	Percentual de <i>campi</i> com entidades ou organizações estudantis em funcionamento	▶ 100% ◀

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Principais resultados alcançados:

- fomentado à participação dos estudantes que atuam no âmbito das Representações Estudantis no 4º Encontro Nacional de Grêmios Estudantis;
- concessão de apoio para participação de estudantes do ensino superior no 57º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes);
- a Rede de Grêmios do IFRN (REGIF) realizou a plenária anual para eleição da nova gestão da entidade estudantil no *Campus* Natal-Cidade Alta.

Impactos observados:

- apesar do fomento à articulação política das entidades estudantis ter se dado em diversas frentes, a meta estabelecida não foi atingida.

Riscos identificados:

- impacto na execução de outras ações da assistência estudantil devido ao compartilhamento do recurso para atendimento de outras ações institucionais, resultante do corte orçamentário.

Desafios futuros:

- ampliação das ofertas de atendimentos dos programas de assistência estudantil em 2020, sabendo-se que os recursos para a assistência estudantil sofreram bloqueio orçamentário de 40% ainda na LOA;
- monitoramento contínuo da utilização dos recursos de assistência ao estudante para que sejam executados de acordo com sua finalidade prioritária.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- como consequência do bloqueio orçamentário imposto às instituições de ensino superior, dentre elas o IFRN, outras ações da assistência estudantil foram impactadas, devido à necessidade de compartilhamento do recurso para atendimento de outras ações institucionais. Tal situação resultou em execução abaixo da meta estabelecida de outras ações da assistência estudantil.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- reorganização do plano de ação institucional para o exercício de 2019, no intuito de não prejudicar o atendimento das demandas prioritárias da assistência estudantil, conforme preconiza o Decreto nº 7.234/2010 – PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil).

4.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ENSINO

Macroprocesso:
ACESSO DISCENTE



Objetivo estratégico: Realizar processos seletivos e diversificar as formas de acesso discente para promover a inclusão social e estender as oportunidades de formação profissional

Execução financeira - Realizado: R\$ 74.516,56

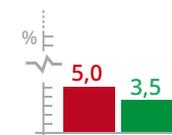
METAS

5.1.1 Elevar o nível de aceitação e reconhecimento dos cursos, ampliando a demanda global na relação candidatos por vaga

INDICADORES

RC/V (TCU) - Relação Candidato/Vaga

■ META ■ RESULTADO



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO ACESSO DISCENTE

Principais resultados alcançados:

- 44 editais publicados e executados: Programa de Iniciação Científica, Tecnológica e Cidadania - ProITEC (01), Técnico Integrado (01), Técnico Subsequente (05, sendo 03 iniciais e 02 de vagas remanescentes), Técnico Proeja (05, sendo 02 iniciais e 03 de vagas remanescentes), Especialização (15, sendo 10 iniciais e 05 de vagas remanescentes), Graduação Sisu, ENEM ou convênio (10, sendo 09 iniciais e 01 de vagas remanescentes), Mestrado (02), Doutorado (01) e Bolsistas – Projetos EaD (4);
- 16.443 vagas ofertadas nas modalidades acima, com 58.287 inscrições confirmadas;
- centralização dos processos seletivos que exigem aplicação de provas através de convênio com a Funcern.

Impactos observados:

- crescente ingresso de aluno com deficiência em cumprimento à Lei nº 13.409/2016 e à Resolução nº 05/2017-CONSUP/IFRN;
- execução da organização e aplicação das provas dos processos seletivos com a segurança solicitada pela Auditoria do IFRN.

Riscos identificados:

- fragilidade no atendimento ao público interno e externo, uma vez que houve a redução do número de servidores do setor. Uma servidora que estava em cooperação técnica retornou ao *campus* de origem, restando, na Coordenação de Acesso Discente, apenas o coordenador e uma secretária.

Desafios futuros:

- lotação de novos servidores para atendimento às necessidades do setor.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- o número de oferta de vagas para Pessoas com Deficiência – PcD, em comparação com a baixa quantidade de candidatos nessas condições que buscam se inscrever nos processos seletivos, ocasionou um crescente número de vagas ociosas para esse público, o que acarretou sucessivas chamadas de vagas remanescentes;
- baixa procura de candidatos para participação nos processos seletivos do Proeja.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- parceria com a Funcern para execução de seis processos que exigem aplicação de provas escritas;
- publicação de editais de vagas remanescentes para preenchimento de vagas ociosas;
- ampla divulgação dos processos seletivos pela ASCE e pelo setor de comunicação da Funcern;
- ajustes no formulário de inscrição do candidato no Sistema Gestor de Concurso (SGC).

Macroprocesso:
OFERTA EDUCACIONAL



Objetivo estratégico: Fortalecer a oferta educacional e acompanhar e aperfeiçoar os projetos de cursos, em ação integrada com a pesquisa e inovação, a extensão e as atividades estudantis e em sintonia com o desenvolvimento socioeconômico local e regional

Execução financeira - Realizado: R\$ 237.774,50

METAS

5.2.1 Ampliar a oferta educacional em cursos e programas, de acordo com as condições de pessoal e infraestrutura física e tecnológica

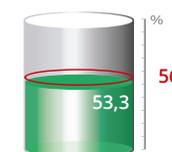
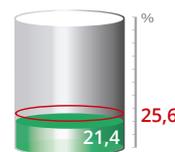
5.2.2 Ampliar as ações de avaliação do currículo

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

RA/DTI (TCU) - Relação de Alunos/
Docente em Tempo Integral

RI/A (TCU) - Relação
Ingressos/Aluno



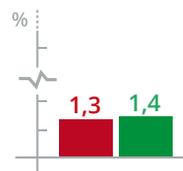
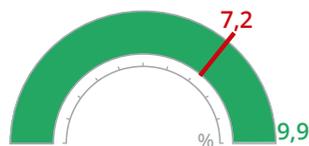
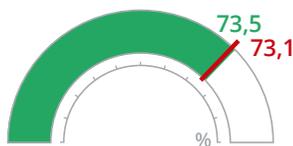
PVTec (MEC) - Percentual de
vagas em cursos técnicos

PVFor (MEC) - Percentual de vagas em
cursos de formação de professores

PVEJA (MEC) -
Percentual de vagas em
cursos Proeja

PMEBas - Quantidade de escolas
apoiadas em programas de melhoria
da qualidade da educação básica

ITCDI - Índice de Titulação do
Corpo Docente - PPG lato



[94]
▶ 38 ◀



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO OFERTA EDUCACIONAL

Principais resultados alcançados:

- dos indicadores previstos, em quatro foram obtidos resultados conforme a meta. Os percentuais de cursos técnicos, formação de professores e Proeja, atingiram valores dentro das previsões 2019-2026. No que se refere, especificamente, à formação de professores, destacamos que em 2019 houve uma ampliação da oferta de vagas em rede pelo *Campus* Natal-Zona Leste/EaD em convênio com a Setec;
- no que se refere à relação ingresso/aluno, embora não se tenha atingido em 100% o resultado esperado, os *campi* organizaram o planejamento da oferta de vaga visando atingir o cumprimento da meta;
- conclusão da avaliação da oferta dos Cursos Superiores de Tecnologias e Licenciaturas, com a validação das novas diretrizes para a oferta dos cursos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- quanto ao índice de titulação do corpo docente - ITCD, o resultado alcançado ocorre por meio de ações como a Política de Formação de Servidores, contemplando convênios com instituições formadoras (MINTER e DINTER), bem como a garantia de professores substitutos;
- menor número de alunos matriculados se comparado a 2018;
- redução do número de vagas disponibilizadas pelo MEC em editais do Pibid e Residência Pedagógica;
- ampliação da oferta de vagas em rede pelo *Campus* Natal-Zona Leste/EaD em convênio com a Setec;
- ampliação do quadro de professores nos diversos *campi*.
- em razão do contingenciamento orçamentário, a Instituição decidiu por redimensionar a metodologia do processo de avaliação das ofertas, reduzindo o número de reuniões e suspendendo as discussões, que serão retomadas em 2020.



>>> Análise de resultado – Macroprocesso Oferta Educacional (continuação)

Impactos observados:

- ajustes dos percentuais de ofertas conforme previsto no PDI;
- melhoria do quadro da titulação do corpo docente;
- aumento nos conceitos dos processos avaliativos externos: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e Atos Regulatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de graduação.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- ampliação das ofertas de vagas Proeja e Formação de Professores no PDI;
- visitas técnicas *in loco*;
- capacitação das coordenações de cursos, reuniões periódicas com os responsáveis pelos diferentes setores nos *campi*.

Riscos identificados:

- não preenchimento das vagas ofertadas para os candidatos com deficiência, conforme estabelecido na Lei nº 13.609/2016, em razão do número de vagas superior ao número de candidatos habilitados;
- não preenchimento de vagas oriundas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Desafios futuros:

- reposição dos servidores docentes que venham a se aposentar;
- ampliar a contratação de profissionais especializados para atendimento a Pessoas com Deficiência;
- reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC);
- superação de restrições orçamentárias;
- manutenção da garantia de contratação de professores substitutos;
- retomada do processo de Avaliação das Ofertas dos Cursos Técnicos de Nível Médio, Engenharias e Pós-Graduação.

Macroprocesso:

PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM



Objetivo estratégico: Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo do processo ensino-aprendizagem que possibilitem a permanência e o êxito

Execução financeira - Realizado: R\$ 2.097.364,00

METAS	INDICADORES		META	RESULTADO	
5.3.1 Ampliar as taxas de conclusão e diminuir as taxas de retenção e desligamento de estudantes nos cursos	IEAC (TCU) - Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	IEInI (MEC) - Índice de Eficiência da Instituição	IEIcl (MEC) - Índice de Eficácia da Instituição	RC/A (TCU) - Relação Concluintes/Aluno	
IEfet - Índice de Efetividade Acadêmica	IRFE (TCU) - Índice de Retenção do Fluxo Escolar	TMCrg - Taxa de Matrícula Ativa Regular	TMCrt - Taxa de Matrícula Ativa Retida	TC - Taxa de Conclusão	TE - Taxa de Evasão



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Principais resultados alcançados:

- superação das metas do PDI nos indicadores de eficiência acadêmica de concluintes, eficácia, taxa de conclusão, evasão e efetividade acadêmica em 2019;
- os indicadores de matrícula ativa regular e eficiência da Instituição também atingiram resultados próximos do esperado.

Impactos observados:

- índice de evasão abaixo do teto previsto no PDI;
- cumprimento da função social do IFRN, em alinhamento com sua missão.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- o indicador RC/A foi satisfatoriamente alcançado em virtude do fortalecimento das ações voltadas para análise e acompanhamento da Permanência e Êxito dos estudantes no âmbito dos *campi*;
- o não atingimento dos indicadores de retenção se deu em virtude dos índices específicos de algumas modalidades (EJA, subsequente e graduação) serem inferiores aos índices do Técnico Integrado Regular e da Pós-Graduação, influenciando diretamente nos percentuais obtidos;
- os bons resultados dos indicadores IEAC, IEnI, IECl se deram em razão da ampliação da oferta de vagas em rede pelo *Campus* Natal-Zona Leste/EaD em convênio com a Setec.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- acompanhamento bimestral da frequência e rendimento acadêmico dos alunos;
- criação de estratégias para a superação das dificuldades de aprendizagem e a consequente melhoria do desempenho, tais como: incentivo à participação nos Centros de Aprendizagem, cursos de nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática, participação de alunos orientados por tutores (TAL – Tutoria de Aprendizagem e Laboratório), entre outros;
- fortalecimento das Equipes Técnico-Pedagógicas (Etep);
- garantia dos espaços de Reuniões Pedagógicas, reunião de pais, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Colegiados de Cursos.

Riscos identificados:

- estudantes não obterem êxito na conclusão do curso.

Desafios futuros:

- revisão das ofertas educacionais, especial dos cursos técnicos;
- renovação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFRN;
- implantação do projeto Proeja-FIC, aprovado pelo MEC;
- funcionamento efetivo das atividades acadêmicas do *Campus* Avançado Jucurutu.





METAS

5.4.1 Ampliar a consistência dos dados de matrículas nos sistemas institucionais e governamentais

Execução financeira - Realizado: R\$ 12.547,00

INDICADORES				RESULTADO
Relação de consistência de matrículas do censo da educação básica	Relação de consistência de matrículas do censo da educação superior	Relação de consistência de bibliotecas do censo da educação superior	Relação de consistência de docentes do censo da educação superior	Relação de consistência de matrículas do SISTEC
▶ 93% ◀	91,0	77,0	99,5	▶ 87% ◀

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Principais resultados alcançados:

- consistência dos dados entre os censos e o sistema acadêmico (Suap) da IES está muito próxima de 100%;
- melhorias contínuas na integração entre o Suap e os sistemas Educacenso e Censup;
- melhoria no processo de auditoria dos lançamentos realizados no Sistec.

Impactos observados:

- cumprimento adequado da exigência legal de prestar informações aos Censos Educacionais;
- ampliação e aperfeiçoamento dos dados acadêmicos institucionais e governamentais;
- aumento na informatização de dados e consequente redução da operacionalização humana.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- falta de recursos para capacitação e aperfeiçoamento do pessoal especializado no desenvolvimento e operação do Suap e diversos censos;
- situações extemporâneas na dinâmica de registro das matrículas no Suap, que impossibilitaram a inserção parcial nos censos governamentais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- otimização dos recursos para promoção de capacitação de pessoal;
- orientações em Comitê de Ensino (Coen) para minimizar os reajustes de dados em matrículas "em aberto" ou com situação já definida nos censos.

Riscos identificados:

- remanejamento de servidores capacitados da Diretoria de Administração Acadêmica para outros setores e/ou campi;
- servidores na função de secretários acadêmicos não capacitados para manipular os dados nas diversas plataformas.

Desafios futuros:

- desenvolvimento de atividades de capacitação/orientação dos trabalhos da secretaria acadêmica;
- otimização e adequação das plataformas de registros de dados acadêmicos para melhor atendimento às demandas de auditoria.



Macroprocesso:
INCLUSÃO E DIVERSIDADE



Objetivo estratégico: Fortalecer e consolidar as ações de inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas e de diversidade social, cultural, de gênero e de raça e cor

Execução financeira - Realizado: R\$ 33.173,50

METAS

5.5.1 Ampliar as ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne)

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

INANE - Índice de cumprimento de ações do Napne e Neabi



INEE - Índice de atendimento de discentes com necessidades educacionais específicas



IPE-NEE - Desdobramentos dos índices de permanência e êxito para discentes com NEE



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Principais resultados alcançados:

- resultados satisfatórios em relação às metas previstas.

Impactos observados:

- fortalecimento dos núcleos Neabi e Napne nos *campi*, favorecendo um melhor atendimento aos alunos;
- maior sensibilização da comunidade acadêmica para compreensão e convívio com as temáticas específicas aos núcleos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- realização de eventos de capacitação com a temática de Inclusão e Diversidade;
- contratação de profissionais terceirizados para atendimento aos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas com recursos do orçamento próprio da Instituição;
- criação da coordenação sistêmica do Neabi.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- promoção de capacitações e formações para manutenção dos resultados;
- elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).

Riscos identificados:

- ingresso de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas sem o aporte orçamentário suficiente para a contratação de profissionais especializados para o atendimento desses alunos;
- servidores não capacitados para a atuação nas diversas deficiências e necessidades educacionais específicas;
- estruturas físicas que não permitam a acessibilidade adequada dos alunos, servidores e comunidade.

Desafios futuros:

- manutenção de cursos de formação e capacitação para os servidores atuantes nos diversos *campi*;
- investimento em adequações arquitetônicas tornando-as acessíveis;
- criação de uma coordenação sistêmica para tratar de ações inclusivas e afirmativas no âmbito do IFRN, englobando os núcleos Napne, Nuarte e Neabi;
- institucionalização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para estudantes com necessidades educacionais específicas;
- contratação dos Intérpretes de Libras para atendimento a alunos surdos.





Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS

5.6.1 Aumentar a relação de exemplares por título da bibliografia básica e da bibliografia complementar, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados, em todas as bibliotecas

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

Relação de exemplares por título (RET)	TCCI - Número de TCCs - PPG lato	DTs - Número de dissertações e teses - PPG <i>stricto</i>
▶ 5.938 ◀	[418] ▶ 314 ◀	[65] ▶ 60 ◀

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO SISTEMA DE BIBLIOTECAS

Principais resultados alcançados:

- formação de estudantes em nível de pós-graduação para o mundo de trabalho.

Impactos observados:

- qualificação de profissionais em nível de pós-graduação nas diversas áreas de conhecimento;
- aumento de publicações para consulta da comunidade acadêmica.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- ausência de investimentos em recursos de capital para aquisição de novos títulos e exemplares.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- estudo e análise de implementação da Biblioteca Virtual.

Riscos identificados:

- não disponibilização de recursos de capital para atendimento às demandas inerentes às bibliotecas, conforme orientação da matriz orçamentária.

Desafios futuros:

- ampliação do acervo;
- implementação da Biblioteca Virtual;
- implementação da Coordenação Sistêmica das Bibliotecas.



Macroprocesso:
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Objetivo estratégico: Redimensionar, estrutural e academicamente, as ações de educação a distância, ampliando a atuação sistêmica institucional

Execução financeira - Realizado: R\$ 401.447,90

METAS

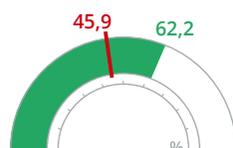
5.7.1 Ampliar a utilização de tecnologias educacionais nos cursos presenciais e consolidar a institucionalização da educação a distância

INDICADORES

■ META

■ RESULTADO

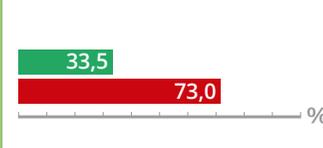
CEaD (MEC) - Percentual de cursos de oferta ordinária na modalidade EaD



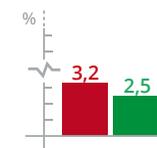
CPCHEaD - Percentual de cursos presenciais com carga horária a distância



FE_EaD - Percentual de matrículas EaD (fomento externo)



FP_EaD - Percentual de matrículas EaD (fomento próprio)



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Principais resultados alcançados:

- aumento da oferta ordinária de cursos na modalidade EaD;
- matrículas na modalidade EaD com fomento externo abaixo da meta com 3.046 matrículas;
- matrículas na modalidade EaD com fomento próprio abaixo da meta com 710 matrículas.

Impactos observados:

- ampliação de acesso aos cursos institucionais na modalidade EaD, a partir da superação da meta de oferta ordinária nessa área.

Riscos identificados:

- não ampliação da oferta institucional de cursos na modalidade EaD;
- redução ou fim de programas de fomento pelo Ministério da Educação.

Desafios futuros:

- ampliação da oferta institucional de cursos na modalidade EaD;
- busca de outras parcerias além da UAB e E-TEC para fomentar a oferta de cursos na modalidade EaD;
- promoção de infraestrutura institucional necessária para implementação de carga horária à distância nos cursos presenciais.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- percentual de matrículas EaD, fomento externo, não foi alcançado devido à redução das ofertas da Rede e-Tec Brasil (para as quais, desde 2017, não houve novas pactuações) e de cursos da UAB, com enorme diminuição dos recursos repassados referentes ao valor por aluno;
- percentual de matrículas EaD com fomento próprio não foi alcançado devido à ausência da oferta de um número maior de cursos e turmas institucionais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- realização de três projetos sistêmicos previstos no PDI, a saber, a institucionalização da EAD, a Reestruturação do Proitec e a Produção de Material Didático Acessível, visando uma maior oferta institucional.



4.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO EXTENSÃO

Macroprocesso:
INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE



Objetivo estratégico: Fortalecer os programas e projetos de extensão, para uma maior interação institucional com a comunidade local e regional

Execução financeira - Realizado: R\$ 1.108.781,80

METAS

- 6.1.1** Ampliar o alcance dos projetos de extensão executados com fomento institucional e o grau de envolvimento dos servidores
- 6.1.2** Ampliar o número de submissões de programas e/ou projetos com recursos em editais externos e em convênios
- 6.1.3** Ampliar o número de serviços tecnológicos desenvolvidos

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

PEX - Número de projetos de extensão

[316] ▶ 328 ◀

PAS_EX - Percentual de projetos de ação social	GEE_dis - Grau de Envolvimento em Extensão - discente técnico e superior	GEE_doc - Grau de Envolvimento em Extensão - docente	GEE_TAE - Grau de Envolvimento em Extensão - TAE
<p>77,4% (Resultado) vs 64,1% (Meta)</p>	<p>7,5% (Resultado) vs 6,6% (Meta)</p>	<p>40,5% (Resultado) vs 39,5% (Meta)</p>	<p>23,0% (Resultado) vs 15,8% (Meta)</p>

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Principais resultados alcançados:

- superação de meta prevista no PDI, com a execução de 328 projetos; em 11 dos 22 *campi* as metas individuais para realização de projetos de Extensão também foram superadas;
- 77,1% de projetos foram classificados pelos seus coordenadores como de ação social ou “cunho social”, com base nos critérios estabelecidos em edital, superando a meta de 65% estabelecida no PDI 2019-2026;
- dos projetos executados, três deles contam com captação de recursos externos que envolveram públicos de grande relevância social: *comunidade quilombola, Mulheres e jovens em empreendimentos de economia solidária e agentes de inclusão digital*;
- o bom desempenho do indicador Grau de Envolvimento em Extensão (GEE, 40,5%) é resultante da consolidação de políticas de valorização da extensão em suas carreiras. Com relação aos técnicos administrativos, 13,4% deles participaram em projetos. 5,9% dos discentes da Instituição participaram dos projetos como bolsistas ou voluntários.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- não houve ampliação de fomento para extensão em função da manutenção do orçamento para execução de projetos de extensão, não sendo possível atender a demanda que se amplia anualmente por fomento a projetos;
- número insuficiente de técnico-administrativos nos *campi* para atendimento a outras atividades necessárias ao funcionamento da Unidade desestimula a participação desses servidores em projetos de extensão, ocasionada, também, pelo fato de a legislação referente ao plano de carreira desses cargos não prevê incentivos para tal participação;
- rotatividade de pessoal à frente das Coordenações de Extensão nos *campi*;
- limitação do quadro de servidores para dar conta do rol de atividades-chave do setor, tais como: acompanhamento da execução dos projetos de extensão e da prestação de contas, resultados planejados/alcançados;
- para os que tiveram problemas de atendimento às metas, se faz necessário estratégias para envolvimento do *campus* com as ações de extensão visando, sobretudo, maior aproximação com a comunidade de seu entorno.



>>> **Análise de resultado – Macroprocesso Interação com a Sociedade (continuação)**

Impactos observados:

- crescente comprometimento da comunidade acadêmica com as atividades da área de Extensão, constatado pelo crescimento do número de projetos em fomento, por meio da modalidade de submissão “Edital de Fluxo Contínuo”;
- impacto significativo no atendimento ao público em risco e vulnerabilidade social através dos cursos do Programa Mulheres Mil e os projetos que atendem ao público da terceira idade, tendo em vista a escassez de políticas públicas nas regiões onde os *campi* estão inseridos, gerando alta demanda pelas atividades disponibilizadas junto à comunidade.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- busca de editais ou parcerias para fomento a projetos de extensão;
- capacitação para o quadro de gestores dos *campi*;
- reuniões periódicas de acompanhamento com os gestores para encaminhamento das ações e diálogo com a comunidade acadêmica, visando disseminação dos conceitos da extensão para ampliação de ações nos *campi*.

Riscos identificados:

- dificuldades na gestão dos projetos dos *campi*, em função da rotatividade dos gestores locais que necessitam constantemente ser capacitados, especialmente, na gestão de projetos, capacidade de liderança e encaminhamentos administrativos para aquisição de insumos;
- contingenciamento de recursos em período de lançamento de editais, inviabilizando ampliação de ofertas de fomento para os *campi*;
- remanejamento de servidores impossibilitando continuidade dos projetos;
- pouco diálogo entre Coordenadores de Extensão e demais gestores do *campus*, para integração ensino, pesquisa e extensão.

Desafios futuros:

- continuidade de capacitações que já vêm sendo realizadas em gerenciamento de projetos para outros servidores que ainda não foram capacitados e coordenadores de extensão, tendo em vista a grande rotatividade;
- inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, conforme Resolução nº 07/2018-CNE/CES, que ampliará, de forma orgânica, as ações de extensão, necessitando de maiores recursos na matriz orçamentária.



Macroprocesso:
DIÁLOGO COM O MUNDO DO TRABALHO



Objetivo estratégico: Fortalecer os mecanismos de interação e encaminhamento institucional de discentes e egressos, tendo em vista a inserção laboral e o processo ensino-aprendizagem

Execução financeira - Realizado: R\$ 718,78

METAS	INDICADORES			
	Apr_dis - Número de discentes encaminhados para Programa de Aprendizagem	Estg_dis - Número de discentes encaminhados para Estágio	VIS - Número de visitas a organizações (cadastradas no Suap)	EMPCESC - Ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa
6.2.1 Aumentar o número de instituições parceiras para a oferta de estágios e intercâmbio institucional	[385]	[770]	[552]	[28]
6.2.2 Aumentar o número de estudantes que realizam estágios como prática profissional	▶ 291 ◀	▶ 791 ◀	▶ 269 ◀	▶ 60 ◀
6.2.3 Ampliar as visitas de acompanhamento de estágios				
6.2.4 Realizar estágios docentes em empresas para interação com mundo do trabalho e captação de estágios				
6.2.5 Ampliar o número de egressos acompanhados				





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO DIÁLOGO COM O MUNDO DO TRABALHO

Principais resultados alcançados:

- 291 discentes iniciaram um contrato de aprendizagem em 2019, fruto da boa articulação entre a Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho e os gestores de programas e agentes de recursos humanos de empresas;
- superação da meta de estagiários encaminhados, com 791 alunos em prática profissional. O IFRN teve reconhecimento pela 2ª vez consecutiva no Prêmio IEL de Estágios 2019, em 1º lugar nas categorias ensino médio e superior em nível nacional;
- apesar do número global de visitas a empresas e organizações ter atingido apenas 48,7% da meta anual, os *Campi* Currais Novos, Natal-Zona Norte e Parnamirim atingiram ou superaram a respectiva meta individual;
- foram executados 38 projetos nos Núcleos de Extensão em Prática Profissional (NEPP), propiciando a aplicação do conhecimento por parte dos discentes em projetos de impacto social junto aos beneficiários atendidos (comunidades, cooperativas e instituições atendidas), além do funcionamento da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSOL).

Impactos observados:

- forte impacto tanto no processo ensino de aprendizagem quanto na vida dos discentes, que se iniciam no mundo do trabalho, ampliando suas possibilidades de crescimento profissional;
- 1.284 pessoas externas ao IFRN beneficiados com o atendimento pelos NEPP e pela IFSOL, que tem contribuído com o processo de formação e melhoria da qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as) envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários, bem como tem ampliado, no âmbito do IFRN, a temática de economia solidária com a criação de núcleos em vários *campi* e, assim, fazendo a articulação de conhecimentos teóricos com a prática junto aos empreendimentos.

Riscos identificados:

- não priorização de visitas a empresas e organizações para prospecção de novas oportunidades de estágio e aprendizagem por parte das Diretorias/Coordenações de Extensão, podendo diminuir a inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- menor articulação com o setor produtivo e parceiros locais;
- diminuição de infraestrutura de transporte para a realização de visitas a empresas e de acompanhamento;
- limitações na estratégia de *marketing* institucional de modo a ampliar a visibilidade externa sobre os cursos ofertados e os diferenciais dos programas de estágio e aprendizagem.

Desafios futuros:

- ampliação da inserção profissional dos discentes no mundo do trabalho, por meio de contrato de estágio e aprendizagem, proporcionalmente ao número de discentes nos *campi* aptos, em termos dos requisitos para realização da prática profissional;
- ampliação dos meios de divulgação e de sensibilização junto aos potenciais concedentes quanto aos detalhes e diferenciais do Programa Jovem Aprendiz no âmbito IFRN;
- ampliação do número de servidores nas Coordenações de Extensão contemplando todas as atividades que essas desenvolvem;
- maior interação da Proex com a Proen, Direção-Geral dos *campi* para melhorar a interlocução das Diretorias/Coordenações de Extensão com as Diretorias Acadêmicas e Coordenações de Cursos dos *campi*;
- ampliação dos cursos de capacitação para servidores que atuam na extensão e para professores orientadores de estagiários e/ou aprendizes.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- rotatividade de pessoal à frente das Coordenações de Extensão nos *campi* e limitação do quadro de servidores para dar conta das atividades-chave do setor, tais como o mapeamento e realização de visitas a empresas e organizações no território de abrangência dos *campi*, além da captação e divulgação de oportunidades, formalização junto a concedente e acompanhamento de estagiários/aprendizes;
- Coordenações de Extensão que não priorizaram as visitas, mesmo com metas factíveis determinadas para cada *campus*;
- potenciais parceiros externos desconhecem a vinculação do IFRN ao Programa Jovem Aprendiz;
- em 7 dos 22 *campi* do IFRN não foram desenvolvidas ações suficientes para o alcance das metas individuais para a inserção de aprendizes.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- atividades de sensibilização nos *campi* sobre os programas de estágio e aprendizagem no âmbito do IFRN;
- mapeamento de empresas e organizações em todo estado do RN por parte da Proex e encaminhadas aos *campi*;
- ampliação no *networking* com gestores de RH de empresas e organizações por meio de redes sociais, entres elas, *Whatsapp*, *Facebook* e *LinkedIn*;
- mala direta às empresas para o envio de informações sobre os programas de estágio e aprendizagem no âmbito do IFRN;
- parcerias com associações, conselhos, órgãos de classe para disseminar, mais rapidamente, a divulgação dos programas estágio, jovem aprendiz e cursos.

4.7 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO PESQUISA E INOVAÇÃO

Macroprocesso:

DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



Objetivo estratégico: Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada à inovação tecnológica e voltados à transferência de tecnologias para a sociedade

Execução financeira - Realizado: R\$ 526.331,31

METAS

7.1.1 Ampliar o número de projetos de pesquisa aplicada com potencial de geração de ativos de propriedade industrial e o grau de envolvimento dos servidores em pesquisa

7.1.2 Incrementar o número de projetos de iniciação científica e tecnológica envolvendo estudantes

7.1.3 Ampliar o quantitativo de laboratórios multiusuários para fortalecimento das atividades de pesquisa aplicada

7.1.4 Ampliar o número de instrumentos jurídicos de licenciamento ou transferência de tecnologia para a sociedade

INDICADORES

■ META

■ RESULTADO

NRPI - Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica

APIs - Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica - PPG *stricto*

PPI - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação

QPPE - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação com parcerias com entidades externas

[20]
▶ 30 ◀

[0]
▶ 2 ◀

[580]
▶ 545 ◀

[30]
▶ 26 ◀

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Principais resultados alcançados:

- execução de 554 projetos, que contaram com a participação de 1.423 discentes, 485 docentes e 37 técnicos administrativos;
- a quantidade parcial de registros de propriedade intelectual depositados ou registrados no INPI foi de 28;
- além dos programas de inovação tecnológica, a Propi apoiou a criação e estruturação do *Centro de Tecnologia Mineral José Yvan Pereira Leite*, que foi inaugurado em setembro de 2019, em Currais Novos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- o contingenciamento de recurso de 2019 foi um dos fatores determinantes para que a quantidade de projetos de pesquisa e inovação diminuísse;
- a falta de um setor para prospecção tanto tecnológica junto às empresas quanto de recursos externos é apontada como a principal causa para o não alcance da meta do indicador "Quantidade de projetos de pesquisa e inovação com parcerias com entidades externas".



>>> Análise de resultado – Macroprocesso Desenvolvimento Científico e Tecnológico (continuação)

Impactos observados:

- as ações específicas voltadas ao estímulo de proteção de propriedade intelectual como os editais de desenvolvimento de projetos de inovações tecnológicas e apoio à proteção de propriedade intelectual se destacaram entre os pesquisadores, o que culminou no aumento expressivo da quantidade de depósitos de patentes, de *softwares*, de marcas e de transferências de tecnologia. O IFRN acumulou 28 registros de propriedade intelectual em 2019, o que representa 31% no total de registros da Instituição no período de 2014 a 2019, elevando-a, também, no ranking de registros de propriedade intelectual entre os Institutos Federais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- para incrementar ainda mais o número de registros de patentes passíveis de futuras transferências de tecnologia, a Propi está trabalhando no processo de estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), no qual se buscará uma representação dos setores de inovação e empreendedorismo do Núcleo em cada *campus* do IFRN.

Riscos identificados:

- a insuficiência de recursos humanos no NIT e constantes contingenciamentos financeiros podem dificultar a execução de algumas atividades como foi apontado no item “causas ou impedimento para alcance das metas”.

Desafios futuros:

- faz-se necessário que seja incorporado ao NIT um agente de prospecção de parcerias com o objetivo de prospectar recursos junto a empresas.



Macroprocesso:

PUBLICAÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS



Objetivo estratégico: Fortalecer a produção e a publicação de artigos científicos em periódicos e em anais de eventos e de livros impressos e em formato digital

Execução financeira - Realizado: R\$ 288.997,35

METAS	INDICADORES			
			META	RESULTADO
<p>7.2.1 Elevar o número de publicações em periódicos com Qualis B2 ou superior e em periódicos internacionais</p> <p>7.2.2 Ampliar o número de periódicos institucionais com Qualis B2 ou superior</p> <p>7.2.3 Elevar a quantidade de livros publicados pela Editora do IFRN</p> <p>7.2.4 Elevar a quantidade de títulos acadêmicos-científicos cadastrados no repositório institucional</p>	<p>IPTC - Indicador Acumulado de Publicações técnico-científicas</p>	<p>IPTCs - Indicador Acumulado de Publicações técnico-científicas - PPG <i>stricto</i></p>	<p>ITCDs - Índice de Titulação do Corpo Docente - PPG <i>stricto</i></p>	<p>PEI_AP - Participações em eventos internacionais com apoio financeiro</p> <p>[275]</p> <p>▶ 43 ◀</p>





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO PUBLICAÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

Principais resultados alcançados:

- publicação de 146 artigos em periódicos distribuídos com Qualis Capes, produzidos por pesquisadores da Instituição;
- 40 artigos foram aceitos para publicação;
- previsão de publicar 30 livros no ano de 2020, após lançamento dos editais nº 02/2019 e nº 14/2019 e realização de parcerias para coedições com outras instituições e editoras;
- inserção de três revistas científicas no portal de periódicos do IFRN (Revista Percursos formativos em arte, Revista Formar e Revista Cuca).

Impactos observados:

- aumento da visibilidade institucional, em âmbito nacional e internacional, pelo trabalho de intermediação da Editora junto a instituições para edição em parceria;
- bom resultado no que diz respeito à quantidade de submissões de propostas de servidores aos editais da seleção de livros, tendo em vista à qualidade das obras publicadas pela Editora IFRN, o que acarreta um aumento das publicações por parte dos servidores do Instituto;
- o número de submissões no repositório institucional acima da meta estabelecida impacta no registro das produções oriundas de alunos e de servidores, demonstrando o compromisso da Instituição não apenas no sentido de armazenar suas produções, mas também de disponibilizá-las para toda a comunidade externa, tendo em vista que todos os títulos estão disponíveis para *download*.

Riscos identificados:

- em relação à quantidade de livros publicados pela Editora IFRN, existe o risco da limitação de publicações em função da quantidade de servidores que trabalham efetivamente com a editoração de livros. Atualmente, a Editora conta com um revisor e um diagramador, além dos estagiários.

Desafios futuros:

- acompanhamento da qualidade e da periodicidade das publicações dos periódicos do IFRN, com a finalidade de aumentar o percentual de áreas temáticas com Qualis superior ou igual a B2 em periódicos institucionais;
- manutenção da quantidade de livros publicados pela Editora IFRN e aumentar a produção, mediante disposição de pessoal.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- devido à dinâmica do fluxo editorial (lançamento de editais em 2019) e ao lançamento coletivo das obras, não houve livros publicados, o que ocorrerá em 2020, ao final do referido fluxo;
- redução no orçamento para impressão de livros face ao Decreto nº 9.741/2019, limitando a quantidade de títulos impressos, levando à publicação exclusivamente em formato *e-book* para algumas obras;
- assinatura com a plataforma *IEEE Xplore* descontinuada devido à baixa quantidade de acessos durante os anos de 2018 e 2019.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- apesar da diminuição na quantidade de títulos impressos, a quantidade de publicações ainda será assegurada, ao menos em formato digital (*e-book*);
- A Propi planeja continuar fomentando as revistas científicas e ampliar a divulgação dos recursos disponíveis, continuando a publicar editais de descentralização de recursos para as revistas, a fim de promover capacitação dos editores e contratação de bolsistas; solicitando publicação de notícias quando um volume é publicado; promovendo a diagramação dos volumes; e fornecendo auxílio à manutenção do portal de periódicos do IFRN;
- esforço coletivo entre os *campi* para apoiar o esperado aumento do número de depósitos em Repositório Institucional;
- pesquisa para saber qual plataforma teria mais aderência junto à comunidade acadêmica.





METAS	INDICADORES	RESULTADO
7.3.1 Aumentar a taxa de sucesso das empresas incubadas e incentivar o envolvimento dos servidores das unidades	Quantidade de incubadoras e hotéis de projetos implantados e em funcionamento	▶ 20 ◀
7.3.2 Implantar hotéis de projetos para a pré-incubação de ideias de empreendimentos		

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

Principais resultados alcançados:

- 9 incubadoras ativas que possuem, ao todo, 20 empresas incubadas, das quais, duas possuem certificado de boas práticas Cerne – a Incubadora Tecnológica Natal-Central (ITNC) possui certificação Cerne 2 e a Incubadora Tecnológica Mossoró (ITMO) possui certificação Cerne 1;
- 11 *campi* com hotéis de projetos implantados.

Impactos observados:

- o trabalho da Propi e da Funcern proporcionou que as incubadoras ITNC e ITMO se configurassem entre as poucas do Brasil com certificação Cerne.
- maior procura para incubação de empresas nas Incubadoras certificadas pelo Cerne (ITNC e ITMO), o que indica que é de fundamental importância que as demais incubadoras tenham tal certificação.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- as incubadoras estão em diferentes níveis de maturidade. As incubadoras mais novas têm dificuldades de infraestrutura, de pessoal e de recursos financeiros que possibilitem o avanço nos seus indicadores;
- muitos empreendedores buscam a incubação visando obter orientação nas atividades das empresas no mercado. Nesse processo, algumas delas percebem que o negócio não é rentável ou até mesmo descobrem impedimentos para a continuação. Dessa forma, muitas das empresas ou ideias geradas em hotéis de projetos não continuam seus processos de incubação ou pré-incubação, acarretando diminuição das taxas. Além disso, o cenário de instabilidade e incertezas na economia durante o ano de 2019 proporcionou retração das atividades empreendedoras, mais especificamente na criação de empresas.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- com a finalidade de fortalecer as incubadoras já existentes e apoiar a criação de hotéis de projetos nos *campi*, a Propi, em parceria com a Funcern, atualizou o projeto de certificação para propor uma padronização da metodologia de funcionamento das 9 incubadoras do IFRN, conforme o modelo Cerne. Além disso, realizou atendimento aos *campi* com perfil para implantação de hotéis de projetos. Esse modelo teve sua vigência iniciada em 2019.

Riscos identificados:

- os riscos para a criação e funcionamento das incubadoras incluem desde a falta de infraestrutura e de recursos humanos até o perfil adequado dos *campi* para esse tipo de ação.

Desafios futuros:

- almeja-se alcançar os seguintes resultados nas incubadoras que ainda não estão no processo de certificação Cerne (ITEN, ITMC, ITCART, ITZN, ITIPAS, TREVO, IT-Seridó): aumento de hotéis de projetos em funcionamento, bem como da taxa de sucesso na pré-incubação; alcance dos indicadores consolidados por unidade; aumento do número de empresas incubadas no âmbito do IFRN; e realização de um processo de incubação padronizado entre as unidades.

4.8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO DE PESSOAL

Macroprocesso:
SELEÇÃO E MOBILIDADE PESSOAL



Objetivo estratégico: Aprimorar os processos de seleção e contratação e de mobilidade funcional dos servidores

Execução financeira - Realizado: R\$ 68.119,06

METAS

8.1.1 Ampliar a satisfação em relação aos concursos públicos para contratação de quadro efetivo de servidores docentes e técnico-administrativos

8.1.2 Ampliar a satisfação em relação aos processos de remanejamento de servidores docentes e técnico-administrativos

INDICADORES

RESULTADO

Índice de satisfação de concursos públicos e processos de remanejamento

Satisfação com as políticas de pessoal e de carreira do IFRN

▶ N/A ◀



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SELEÇÃO E MOBILIDADE DE PESSOAL

Principais resultados alcançados:

- efetivação de 56 provimentos de candidatos oriundos dos concursos regidos pelos editais nº 19/2016-Reitoria/IFRN, nº 21/2016-Reitoria/IFRN e nº 22/2016-Reitoria/IFRN, além de aproveitamentos de concursos públicos de outras instituições;
- consolidação das contratações de professor visitante, em virtude da regulamentação ocorrida em novembro de 2017, através da Nota Técnica Conjunta nº 06/2017-DIGPE/PROEN;
- economicidade de recursos públicos com o aproveitamento de processos seletivos para contratação de professores substitutos e visitantes entre os *campi*, bem como a execução de processos conjuntos de forma a reduzir os gastos de execução do processo;
- atendimento das especificidades dos *campi* do IFRN com a continuidade da descentralização do processo de contratação de profissionais regidos pela Lei nº 8.745/1993 (substituto e visitante);
- alta taxa de êxito nas redistribuições enviadas ao MEC para análise processual.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- o processo de seleção e mobilidade de pessoal traz o risco constante de insatisfação por parte dos servidores e candidatos, tendo em vista que, em geral, a satisfação se dá quando o mesmo é contemplado no processo, seja com a lotação desejada, ou ainda, no caso dos concursos públicos, com a aprovação;
- no ano de 2019, não foram realizados concursos públicos no IFRN, sendo os provimentos realizados através de concursos realizados em anos anteriores ou através de aproveitamento de outras instituições federais;
- apesar de não ter sido realizada pesquisa de satisfação em relação aos concursos públicos, todas as demandas referentes aos certames, através dos quais foram realizados os provimentos, foram atendidas pela Codepe.



>>> **Análise de resultado - Macroprocesso Seleção e Mobilidade de Pessoal (continuação)**

Impactos observados:

- melhoria na qualidade e sustentabilidade das condições de trabalho, em virtude do aumento do seu quadro de pessoal;
- celeridade no processo de afastamento dos servidores para cursar pós-graduação, em virtude da continuidade da descentralização do processo de contratação de substitutos;
- diminuição de gastos com a realização de processos seletivos para contratação de profissionais regidos pela Lei nº 8.745/1993.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- no tocante à ampliação da satisfação em relação aos processos de remanejamento de servidores docentes e técnico-administrativos, tal meta deve constar na Resolução de Remanejamento nº 07/2014. Do contrário, não há como garantir os resultados das comissões responsáveis pela execução do remanejamento;
- atualização das metas e indicadores de gestão de pessoas para o próximo PDI.

Riscos identificados:

- desmotivação por parte dos servidores e candidatos em função dos resultados dos processos de seleção e mobilidade de pessoal, tendo em vista que a lotação desejada nem sempre é contemplada;
- contratação dificultada através da Lei nº 8.745/1993, em virtude de recomendação do Ministério Público Federal, e de judicialização nos respectivos processos seletivos, além dos entraves financeiros decorrentes do contingenciamento do orçamento e liberação realizada já próximo ao final do ano;
- não preenchimento das vagas de professor visitante com a titulação máxima prevista em lei, em virtude de seleções desertas, tendo que ser contratados candidatos com titulação menor, dentro da excepcionalidade prevista em lei;
- judicialização dos processos de provimento via concurso público;
- ausência de padronização dos processos de contratação de professores substitutos e visitantes.

Desafios futuros:

- padronização dos processos de contratação de professores regidos pela Lei nº 8.745/1993 (substituto e visitante);
- inclusão, nos termos de referência para contratação de empresas organizadoras de concurso, a exigência de realização de pesquisa de satisfação;
- recebimento de autorização ministerial para realização de concurso público, tendo em vista a publicação do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e da Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019;
- manutenção da qualidade do serviço prestado à sociedade, considerando o corte no orçamento destinado a custos com pessoal, o que certamente impactará na margem do IFRN para preenchimento de códigos de vagas desocupados, sejam estes códigos novos ou desocupados por qualquer motivo.



Macroprocesso: **TITULAÇÃO DE SERVIDORES**



Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional e com as demandas acadêmicas e administrativas

Execução financeira - Realizado: R\$ 266.899,89

METAS	INDICADORES		
		META	RESULTADO
8.2.1 Elevar o percentual de docentes e técnicos-administrativos com titulação máxima em pós-graduação	ITCD (TCU) - Índice de Titulação do Corpo Docente	ITCDI - Índice de Titulação do Corpo Docente - PPG lato	ITCDs - Índice de Titulação do Corpo Docente - PPG <i>stricto</i>
8.2.2 Elevar o percentual de técnicos-administrativos com titulação mínima em graduação			





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO TITULAÇÃO DE SERVIDORES

Principais resultados alcançados:

- continuidade do convênio nº 01/2016-IFRN, para a oferta de vagas no Mestrado Profissional em Gestão Pública – UFRN, no total de 12 vagas distribuídas em 3 anos, sendo 4 a cada ano, com início em 2019;
- efetivação de 4 servidores do IFRN no Edital de 2019 do PGGP – Programa de Pós graduação em Gestão Pública da UFRN;
- continuidade das parcerias já estabelecidas, no intuito de elevar o percentual de docentes e técnicos-administrativos com titulação máxima em pós-graduação, níveis mestrado e doutorado;
- atingimento das metas para os Índices de Titulação do Corpo Docente, com destacados resultados de titulação máxima em pós-graduação *stricto-sensu*;
- elaboração do PDP (Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN), em atendimento ao Decreto nº 9.991/2019;
- formalização de oferta aos servidores do Programa de Doutorado em Ciências da Computação, fruto da parceria da Instituição com a Universidade de Coimbra, de Portugal.

Impactos observados:

- elaboração de relatório diagnóstico para subsidiar a execução do recurso em 2019, destinado à qualificação;
- planejamento executado com critérios mais consistentes para o ano de 2019, no que concerne aos recursos destinados à dimensão qualificação;
- aumento na titulação máxima dos servidores da Instituição.

Riscos identificados:

- ociosidade de vagas ofertadas nos convênios para qualificação e consequente comprometimento do recurso destinado a essa finalidade;
- possível impacto na qualidade do ensino e atividades administrativas por afastamento de servidores;
- dificuldade de alinhamento entre os interesses institucionais e o dos servidores para definição das parcerias estabelecidas.

Desafios futuros:

- fortalecimento da equipe da Codepe para atuação na consolidação de parcerias e convênios para oferta de qualificação, bem como para melhor planejamento e acompanhamento da utilização do recurso de capacitação;
- implementação do PDP do IFRN de maneira a atender todas as exigências trazidas pela publicação do Decreto nº 9.991/2019 e Instrução Normativa nº 201/2019;
- adequações na cultura institucional no que se refere à oferta de convênios que estejam alinhados as competências necessárias ao trabalho do servidor e não aos seus interesses pessoais, unindo o interesse institucional e a necessidade de elevação da titulação dos servidores.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- equipe reduzida para a atuação na efetivação da execução do recurso de capacitação destinado à dimensão qualificação, em especial para efetivo acompanhamento dos convênios estabelecidos;
- não preenchimento das vagas reservadas aos servidores do IFRN ofertadas em editais para participação em programa de pós-graduação, conforme previsto nos convênios;
- impossibilidade de ofertar vagas exclusivas em cursos de graduação aos servidores nos processos seletivos de instituições públicas que utilizam o Enem como referência;
- contingenciamento orçamentário da ordem de 75% no recurso do IFRN para a capacitação.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- tentativas de estabelecimento de cooperações técnicas com servidores dos *campi* para melhorar o controle e o acompanhamento do recurso de capacitação;
- maior divulgação dos processos seletivos de programas que contemplam vagas reservadas para servidores do IFRN em virtude de previsão em convênios;
- implementação das diretrizes estabelecidas pelo Grupo de Trabalho de Capacitação para plena execução do recurso de capacitação 2019;
- construção coletiva, em 2019, do PDP do IFRN para o ano de 2020, através da apresentação de demandas por meio do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento de Pessoas, considerando sempre a necessidade de observância aos Objetivos Estratégicos previstos no PDI;
- definição de prioridades de oferta de qualificação.



Macroprocesso:
DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES



Objetivo estratégico: Fortalecer e ampliar as ações de formação continuada e de integração das equipes técnicas em articulação com as demandas acadêmicas e administrativas

Execução financeira - Realizado: R\$ 2.633.100,14

METAS

- 8.3.1** Fomentar ações de formação continuada alinhadas à área de atuação dos servidores
- 8.3.2** Fomentar as ações de integração e formação de equipes e coletivos das diversas dimensões institucionais
- 8.3.3** Garantir a participação dos novos servidores no programa de integração institucional
- 8.3.4** Ampliar a qualificação de servidores por meio da participação em eventos técnicos e científicos

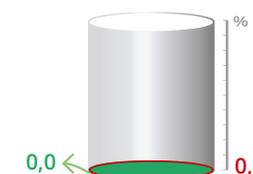
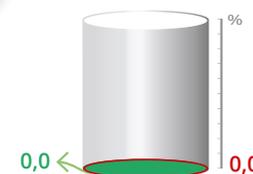
INDICADORES

■ META

■ RESULTADO

COMP - Percentual de servidores com competências mapeadas

ICCEM - Índice de Capacitação em competências estratégicas mapeadas



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

Principais resultados alcançados:

- investimento do recurso de capacitação para contratação de empresa para realizar o mapeamento de competências e capacitações correlatas, com atividades iniciadas a partir de 2019;
- elaboração do PDP (Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN), em atendimento ao Decreto nº 9.991/2019;
- 189 cursos (com carga horária inferior a 180 horas) desenvolvidos para capacitação para servidores;
- um total de 37,5% dos servidores capacitados através de capacitações externas e internas.

Impactos observados:

- valorização dos investimentos em capacitação como meio para qualificar os serviços prestados, confirmando-se a utilização dos recursos para essa finalidade;
- ganho institucional direto em relação a qualidade dos serviços ofertados com a promoção de aperfeiçoamentos no fazer diário dos servidores;

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- impedimento na execução de grande número das ações previstas no Caderno de Aperfeiçoamentos Sistêmicos para o ano de 2019, em razão do bloqueio orçamentário;
- dificuldade constante no acompanhamento das ações executadas no âmbito dos *campi* do IFRN por falta de ferramenta tecnológica mais apropriada;
- o investimento superou o valor previsto neste macroprocesso, apesar do bloqueio orçamentário, devido à contratação para mapeamento de competências na Instituição e a capacitações voltadas a competências, sendo o referido projeto orçado em aproximadamente R\$ 1,1 milhão, com execução a partir de 2019.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- edital de planejamento das ações de desenvolvimento de pessoas através de projetos, para racionalizar os investimentos na área;
- demanda de módulo Suap para acompanhamento efetivo da realização das ações de desenvolvimento de pessoas, atualizado sob os novos normativos;



>>> Análise de resultado – Macroprocesso Desenvolvimento de Equipes (continuação)

Impactos observados (cont.):

- perspectivas de melhorias para o acompanhamento e execução do recurso em 2020;
- diminuição do percentual de servidores capacitados em relação ao ano de 2018, em virtude do contingenciamento orçamentário;
- diminuição na quantidade de cursos com carga horária inferior a 180 horas desenvolvidos para capacitação para servidores.

Medidas tomadas para enfrentamento (cont.):

- construção coletiva do Plano de Desenvolvimento de Pessoas para o ano de 2020, considerando a importância de contemplar a característica *multicampi* do IFRN;
- elaboração da Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN.

Riscos identificados:

- dificuldades de acompanhamento da execução do recurso descentralizado aos *campi*;
- inadequação na promoção de eventos locais que atendam, concomitantemente, as demandas acadêmicas e administrativas;
- dificuldade em oportunizar a participação de servidores do IFRN em eventos promovidos pela Enap, sejam presenciais ou à distância;
- falta de interesse dos servidores em participar de ações de desenvolvimento à distância.

Desafios futuros:

- efetivação das diretrizes estabelecidas pelo grupo de trabalho de recurso de capacitação e pelos órgãos competentes;
- qualificação dos projetos submetidos aos editais anuais da Codepe para seleção de ações de treinamento regularmente instituído, como forma de garantir a otimização do investimento do recurso de capacitação, aumentando o número de servidores capacitados;
- oportunidade da participação de servidores do IFRN em eventos promovidos pela Enap, sejam eles à distância ou presenciais.



Macroprocesso:

CARREIRA DOS SERVIDORES



Objetivo estratégico: Promover ações de avaliação e desenvolvimento de servidores na carreira

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS

8.4.1 Ampliar o alcance das ações de desenvolvimento na carreira

INDICADORES

RESULTADO

Satisfação com as políticas de pessoal e de carreira do IFRN



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO CARREIRA DOS SERVIDORES

Principais resultados alcançados:

- cumprimento da maioria dos prazos para realização das avaliações, contribuindo para o não atraso nos marcos temporais para progressão funcional do servidor;
- a totalidade de servidores técnico-administrativos ingressantes progrediram na carreira ao alcançar os 18 meses na Instituição;
- 87,45% de satisfação com as políticas de pessoal e de carreira do IFRN medidos através de avaliação institucional.

Impactos observados:

- celeridade dos processos de progressões e estágio probatório, em virtude da utilização do processo eletrônico;
- fluência nos processos de progressão para alcance dos requisitos fundamentais para um resultado positivo nas avaliações previstas na Resolução nº 06/2014-CONSUP;
- reflexos dos investimentos em capacitação na efetividade das progressões por capacitação dos servidores técnico-administrativos;
- os investimentos no macroprocesso de titulação de servidores (convênios para especialização, mestrado, doutorado) contribuem para o alcance da meta relacionada a docentes titulares, por ser a titulação, um dos requisitos para alcançar esse nível na carreira.

Riscos identificados:

- subjetividade nas avaliações funcionais, comprometendo a isonomia;
- judicialização dos processos de progressão.

Desafios futuros:

- melhoria nos modelos de avaliação das progressões e de estágio probatório;
- aumento do número de reuniões mensais da CIS/PCCTAE ou a implantação de análise processual via distribuição de processos entre os membros da comissão;
- oferta de capacitações quanto à importância da avaliação de desempenho e do *feedback* para obtenção de ganhos na qualidade do trabalho realizado pelos servidores.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- a promoção à classe titular segue regras específicas estabelecidas na Resolução nº 52/2014-CONSUP e que dependem do cumprimento de requisitos por parte do servidor;
- o percentual de satisfação com as políticas de pessoal do IFRN teve aumento percentual na avaliação devido aos crescentes esforços da equipe em realizar uma gestão voltada para as pessoas, a exemplo dos esforços da área para cumprimento dos prazos para progressão e incentivo à qualificação.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- maior investimento em aperfeiçoamento e qualificações;
- promoção de aperfeiçoamentos sistêmicos e locais, com objetivo de contemplar o maior número de servidores e consequentemente torná-los aptos a progredir na carreira;
- melhorias na utilização do processo eletrônico e do Suap no que se refere aos processos de avaliação de desempenho e, consequentemente, de progressão.

Macroprocesso:
SEGURANÇA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO



Objetivo estratégico: Ampliar as ações de promoção à segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho

Execução financeira - Realizado: R\$ 554.785,86

METAS

- 8.5.1** Ampliar o percentual de unidades (*campi* e Reitoria) com projetos locais de promoção à saúde e/ou qualidade de vida no trabalho
- 8.5.2** Ampliar a participação dos servidores nas ações de acompanhamento da saúde e nos exames médicos periódicos (EMP)
- 8.5.3** Ampliar o percentual de unidades (*campi* e Reitoria) com comissões de saúde e segurança
- 8.5.4** Ampliar a participação de servidores aposentados em ações pós-carreira e de integração

INDICADORES

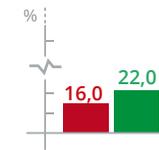
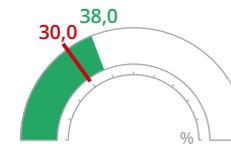
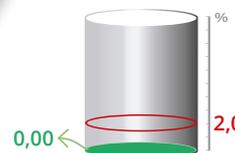
■ META

■ RESULTADO

ADP - Percentual de servidores ativos afastados por acidentes ou doenças profissionais

TS_ate15 - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - até 15 dias

TS_15mais - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - acima 15 dias



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SEGURANÇA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Principais resultados alcançados:

- 20 *campi* e a Reitoria implementaram ações dos projetos de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, destacando-se: 174 atendimentos na ação Sorriso Prevenido (saúde bucal); 37 pessoas com a ação Plantão Psicológico; 76 servidores acompanhados pela equipe multiprofissional; 90 servidores no Projeto Sistêmico de Prevenção aos Riscos Psicossociais, com satisfação de 9 pontos, além de 6 oficinas educativas e cartilhas voltadas à saúde;
- 11 servidores atendidos no Projeto de Orientação e Planejamento para a Aposentadoria, com 39 servidores recém-aposentados homenageados;
- atuação da Unidade SIASS/IFRN na homologação de 2.484 atestados, 1.603 perícias singulares, 201 juntas médicas, 36 perícias singulares odontológicas e 01 junta odontológica;
- 106 servidores capacitados nas áreas de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho e realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipat) em 11 *campi*, com o desenvolvimento de 48 palestras e 1.521 participantes.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- restrições no apoio de gestores e chefias imediatas dos servidores para desenvolvimento e participação nas ações de QVT nos *campi*;
- dificuldades com a estrutura de atendimento das ações Plantão Psicológico e Sorriso Prevenido, devido a limitações de disponibilidade dos espaços e equipe.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- em 2020, será pleiteada, ao Consup, a aprovação de destinação de carga horária semanal para, ao menos, um membro da comissão de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho, de cada *campus*, a fim de que as ações do projeto tenham um melhor acompanhamento e sejam mais efetivas;



>>> Análise de resultado – Macroprocesso Segurança, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (continuação)

Impactos observados:

- consolidação das práticas de QVT nos *campi* e resultados importantes nas ações Plantão Psicológico, Sorriso Prevenido, Futebol dos Servidores aos sábados (este sem apoio financeiro) e discussão sobre Saúde Mental;
- aumento da acessibilidade aos serviços periciais pela unidade SIASS/Reitoria.

Medidas tomadas para enfrentamento (cont.):

- planejamento do Plantão Psicológico *on-line*, visando atingir os servidores que não puderem comparecer ao atendimento presencial;
- planejamento de reunião com o Codir e o Coen para sensibilização dos gestores com relação às atividades sistêmicas em prol da Saúde do Servidor;
- foi pleiteada a construção de consultório odontológico na Reitoria.

Riscos identificados:

- dificuldade de estabelecimento denexo causal de adoecimentos com o trabalho devido à ausência do médico do trabalho na equipe;
- a possibilidade de não continuidade das concessões de cooperação dos servidores que auxiliam nas atividades sistêmicas;
- ocorrência de corte de recursos, inviabilizando a consecução das atividades já planejadas;
- menor disponibilidade para atendimento de servidores nos consultórios dos *campi* devido à agenda do profissional local.

Desafios futuros:

- aprimoramento dos indicadores e da metodologia dos projetos de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho;
- obtenção de espaço próprio para realização dos atendimentos de prevenção e perícia odontológica.



Macroprocesso:

GESTÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES



Objetivo estratégico: Garantir a realização de procedimentos administrativos e funcionais de pessoal

METAS

- 8.6.1** Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para atendimento de servidores ativos
- 8.6.2** Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para atendimento de aposentados e pensionistas
- 8.6.3** Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para contratação de estagiários

Execução financeira - Realizado: R\$ 546.633.055,74

INDICADORES

RESULTADO

Quantidade de servidores ativos, aposentados, pensionistas e estagiários com procedimentos administrativos de pessoal realizados

▶ **3.384** ◀





ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES

Principais resultados alcançados:

- implantação da maioria dos processos que geram efeitos financeiros e cadastrais na folha de pagamento dos servidores durante o exercício de 2019;
- maior uniformização dos procedimentos administrativos e funcionais de pessoal através da realização do Encontro de Gestão de Pessoas.

Impactos observados:

- redução na quantidade de processos de exercício anterior que tenham como causa o não lançamento na folha de pagamento no momento oportuno;
- redução nos erros relacionados aos procedimentos realizados na folha de pagamento;
- maior participação dos setores de gestão de pessoas das unidades do IFRN em processos relacionados à aplicação de normas de pessoal.

Riscos identificados:

- possíveis erros na operacionalização da folha de pagamento.

Desafios futuros:

- criação de manual com procedimentos para operacionalização da folha de pagamento.



Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- equipe reduzida nos setores de gestão de pessoas das unidades do IFRN.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- edição de normativos internos para orientar a realização dos procedimentos administrativos e funcionais de pessoal;
- realização do Encontro de Gestão de Pessoas para uniformizar e dar conhecimento sobre a execução dos procedimentos administrativos e funcionais de pessoal.

4.9 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO ADMINISTRATIVA

Macroprocesso:
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS



Objetivo estratégico: Desenvolver a implementação de gestão de processos e melhoria de fluxos institucionais

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS

9.1.1 Fomentar a manualização de fluxos e rotinas dos setores sistêmicos

INDICADORES

PGPr - Percentual de criação e implantação da Política de Gestão de Processos

■ META ■ RESULTADO



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Principais resultados alcançados:

- continuidade às rotinas administrativas já mapeadas e implantadas nos anos anteriores.
- ampliação da relevância da Política de Gestão de Processos, com o novo PDI 2019-2026, requerendo estruturação de equipe e projeto estratégico para sua execução, em desenvolvimento desde 2019.

Impactos observados:

- facilidade de tramitação dos processos mapeados;
- agilidade nas tomadas de decisão relativas aos processos mapeados;
- falta de padronização nos procedimentos e fluxos de processos não mapeados.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- falta de pessoal e/ou equipe para proceder estudos de manualização de rotinas administrativas ligadas aos setores da administração;
- processos mapeados ainda não foram atualizados considerando o uso de processo eletrônico no Suap;
- necessidade de alinhamento entre os setores de administração e planejamento para definição dos projetos estratégicos que executará a Política de Gestão de Processos, com respectivos fluxos a serem identificados e manualizados.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- discussões para implantação do Escritório de Processos, visando estruturar equipe para desenvolvimento da Política de Gestão de Processos.

Riscos identificados:

- possibilidade de atribuição equivocada de responsabilidades nas tramitações, a ser identificada pelo mapeamento de processos;
- burocratização eventualmente desnecessária na tramitação dos processos.

Desafios futuros:

- mapeamento dos principais processos de contratação ou execução de atividades que envolvam diretamente a execução da despesa pública, permitindo a padronização e o levantamentos de dados estatísticos de forma mais rápida e confiável;
- implantação e consolidação do Escritório de Processos;
- atualização dos Regimentos Internos considerando a atual realidade institucional.

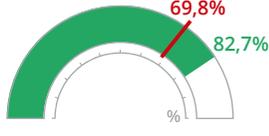
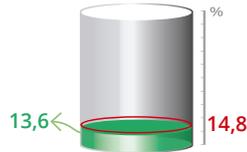
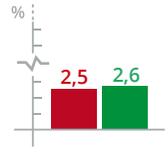


Macroprocesso:
GESTÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA



Objetivo estratégico: Nortear o planejamento e a execução orçamentária em função da oferta educacional com foco na eficiência econômico-financeira e na definição de limites prudenciais de gastos

Execução financeira - Realizado: R\$ 1.637.082,00

METAS	INDICADORES			
			META	RESULTADO
9.2.1 Aperfeiçoar a metodologia de planejamento e acompanhamento dos gastos correntes e outros custeios, com pessoal e com investimentos e inversões financeiras	GCA (TCU) - Gastos Correntes por Aluno	GP (TCU) - Percentual de Gastos com Pessoal	GOC (TCU) - Percentual de Gastos com outros Custeios	GI (TCU) - Percentual de Gastos com Investimentos
	 R\$ 19.590,20  R\$ 17.066,10			

ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO GESTÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Principais resultados alcançados:

- percentuais de gastos com custeio e investimentos próximo ao planejado e gastos com despesa de pessoal acima do esperado.

Impactos observados:

- baixo percentual de investimentos, inferior a 3%;
- percentual alto de gastos com despesas de pessoal, acima de 80%;
- Gastos Correntes por aluno inferior à meta prevista.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- o crescimento vegetativo da folha de pagamento e orçamento destinado para despesas discricionárias estagnado contribuem para um percentual alto nos gastos com pessoal e baixo em custeio e investimentos;
- bloqueio de recursos de orçamento aprovado na LOA, com liberação somente no último trimestre de 2019, dificultou a execução da liquidação da despesa no exercício corrente;
- estagnação do orçamento destinado para despesas discricionárias.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- revisão do Plano de Ação anual para ajuste de despesas a partir do bloqueio orçamentário ainda no primeiro semestre de 2019, cuja execução posterior não ocorreu plenamente, em função da liberação tardia do limite orçamentário.

Riscos identificados:

- ausência de cenários alternativos, *a priori*, no planejamento institucional para lidar com eventuais contingenciamentos e cortes orçamentários;
- redução da parcela do orçamento aprovado na LOA para gastos com custeio e investimento, em detrimento da estagnação do orçamento destinado a despesas discricionárias.

Desafios futuros:

- melhoria do planejamento institucional para lidar com cenários distintos e aspectos relacionados ao contingenciamento e aos cortes orçamentários;
- estruturação do IFRN para fomentar a celebração de parcerias com outras instituições visando a captação de recursos.





Execução financeira - Realizado: R\$ 41.336.051,54

METAS

9.3.1 Garantir a manutenção das unidades e aperfeiçoar o acompanhamento e a contratação de serviços

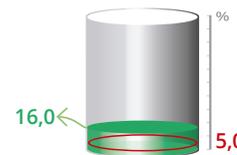
INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

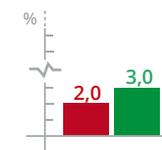
IGCC - Índice de gastos com contratos continuados



RCSP - Percentual de recursos captados no setor público



RCIP - Percentual de recursos captados na iniciativa privada (receita própria)



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

Principais resultados alcançados:

- manutenção da infraestrutura física essencial para o funcionamento nos *campi*;
- contratação de alguns profissionais para atendimento especializados a alunos com necessidades especiais;
- revisão de gastos de contratos com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva.

Impactos observados:

- dificuldade na manutenção do funcionamento dos *campi* e de atividades e eventos planejados devido ao bloqueio orçamentário;
- dificuldade de renovação da frota de veículos;
- saldo maior inscrito em Restos a Pagar devido à liberação de parte do limite orçamentário somente no último trimestre do ano.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- bloqueio de recurso e liberação de limite orçamentário referente ao orçamento aprovado na LOA somente no último trimestre dificultaram a execução das atividades planejadas para o exercício;
- orçamento estagnado em contraponto ao crescimento de custos;
- falta de diretrizes voltadas a problemas comuns às instituições da Rede Federal como um todo em algumas áreas, a exemplo da gestão de contratos de profissionais especializados para atendimento nos *campi*.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- revisão e enxugamento de contratos continuados e de atividades que impliquem gastos com diárias e passagens;
- maior aproximação entre setores da administração e do ensino para definir estratégias de atendimento a alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE);
- grupo de trabalho formado com representantes de diversos setores sistêmicos para propor alternativas ao bloqueio orçamentário.

Riscos identificados:

- orçamento insuficiente para manter o atual funcionamento dos *campi*, incluindo gestão da frota, que requer substituição por novos veículos;
- não dispor de uma contratação adequada de profissionais especializados para atendimento aos alunos, em virtude de uma demanda incerta com o acesso de novos discentes a cada semestre, a evasão escolar e as incertezas do ponto de vista orçamentário;
- cumprimento dos projetos pedagógicos, pela não realização de visitas técnicas e aulas de campo inicialmente planejadas.



>>> Análise de resultado – Macroprocesso Funcionamento Institucional (continuação)

Desafios futuros:

- ajuste dos contratos e gastos com materiais e serviços a uma realidade orçamentária mais restrita;
- busca de soluções para contratações, com segurança jurídica, de serviços com demanda semestral volátil, não consolidados no mercado local e prestados por profissionais sem representação sindical no momento;
- reestruturar da Proad para uma atuação sistêmica mais estratégica no planejamento de contratações de serviços, gestão de contratos e gestão de materiais;
- celebração de Termos de Execução Descentralizada para captação de recursos orçamentários de outras instituições da administração pública federal; realização convênios com órgãos e instituições vinculados a outros entes federativos, além de parcerias com a iniciativa privada para execução de projetos de extensão e pesquisa, bem como para aumento da arrecadação própria na Instituição.



Macroprocesso:
GESTÃO DE MATERIAIS E COMPRAS



Objetivo estratégico: Promover o planejamento, adequação e atualização material e tecnológica para atividades acadêmicas e administrativas

Execução financeira - Realizado: R\$ 6.407.654,79

METAS

9.4.1 Aperfeiçoar o acompanhamento patrimonial e a aquisição de materiais das unidades

INDICADORES

Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado

■ META

■ RESULTADO

▶ 100% ◀

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO DE MATERIAIS E COMPRAS

Principais resultados alcançados:

- acompanhamento patrimonial e aquisição de materiais de forma descentralizada pelas unidades;
- aquisição de materiais além do inicialmente previsto pelos *campi* foram acompanhados e supervisionados pela Prodes e Proad.

Impactos observados:

- recurso mais escasso destinado à aquisição de materiais de consumo e permanente.

Riscos identificados:

- falta de materiais de consumo para atividades acadêmicas;
- falta de padronização no acompanhamento patrimonial e aquisição de materiais.

Desafios futuros:

- reestruturação da Proad para uma atuação sistêmica mais estratégica na gestão de materiais.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- necessidade de alinhamento entre o planejamento anual do *campus* e o Plano Anual de Contratações da UASG, com convergência de dados sobre os materiais demandados no exercício;
- ausência de uma gestão sistêmica de materiais na Reitoria para promover um efetivo gerenciamento de forma centralizada.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- revisão e enxugamento de contratos continuados e de atividades que impliquem gastos com diárias e passagens para liberar recursos para compra de materiais;
- grupo de trabalho formado com representantes de diversos setores sistêmicos para lidar com o contingenciamento orçamentário.



4.10 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

Macroprocesso:
GESTÃO DE OBRAS CIVIS



Objetivo estratégico: Promover o planejamento, a execução e o controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física

Execução financeira - Realizado: R\$ 7.756.513,91

METAS

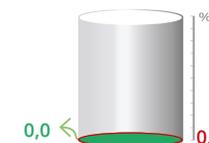
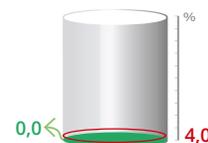
10.1.1 Aperfeiçoar o planejamento e o acompanhamento de obras para ampliação e manutenção da infraestrutura física

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO

I&M - Implantação dos Planos de inspeção e manutenção preventiva das edificações

PDInfra - Implantação dos Planos Diretores de Infraestrutura



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO DE OBRAS CIVIS

Principais resultados alcançados:

- conclusão da reforma da sede provisória do *Campus* Avançado Jucurutu, iniciada em 2018;
- início da construção da sede definitiva dessa Unidade, com área construída de mais de 7.800 m²;
- continuidade dos contratos de construção do ginásio poliesportivo e adaptação das salas de aula no *Campus* Natal-Cidade Alta – Unidade Rocas;
- recuperação de estruturas metálicas em diversos *campi*;
- obras pontuais, a exemplo da construção da casa de reagentes e de salas de aula e administrativas no *Campus* Apodi; a reforma do laboratório de alimentos do *Campus* Currais Novos; a ampliação da rede elétrica do *Campus* Ipanguaçu; a reforma do piso do ginásio e da área externa da piscina do *Campus* Macau; a construção da fábrica de sabão do *Campus* Nova Cruz e a reforma do bloco B do *Campus* Natal-Zona Norte.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- no primeiro ano de vigência do PDI 2019-2026, foi dada prioridade ao desenvolvimento do conteúdo dos projetos estratégicos, à definição dos cronogramas e a demais metas internas a eles inerentes;
- a meta do indicador I&M consistia na implantação do plano do *Campus* Parnamirim. Conquanto o *campus* já tenha se organizado e elaborado seu plano de manutenção da infraestrutura, esse indicador não foi contabilizado, em virtude de não ter sido feita a análise de todos os requisitos necessários e sua implantação não haver ocorrido por completo;
- em relação aos valores investidos, o valor efetivamente executado só foi maior que o previsto em virtude do repasse de mais R\$ 4 milhões dos recursos do Termo de Execução Descentralizada (TED), celebrado em 2018, mas cujo repasse ocorreria no ano em questão e nos seguintes, proporcionalmente ao andamento da obra.

>>> **Análise de resultado – Macroprocesso Gestão de Obras Civis (continuação)**

Impactos observados:

- foram executados poucos serviços e obras novos, em virtude de necessidade de aditivos de valor e reajustes de alguns contratos, os quais tiveram de ser feitos com os recursos orçamentários alocados para a ampliação e manutenção da infraestrutura;
- maior segurança para a comunidade, em virtude da manutenção adequada nas estruturas metálicas componentes das edificações, em diversos *campi*;
- melhores ambientes acadêmicos, esportivos e administrativos para a comunidade escolar.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- procura de recursos junto a outras fontes, principalmente o Ministério da Educação, através de TEDs;
- desenvolvimento dos projetos estratégicos de elaboração dos planos diretores e planos de inspeção e manutenção das unidades, inclusive com a elaboração dos cronogramas e metas para a execução dos projetos.

Riscos identificados:

- poucos recursos disponíveis para obras e serviços de engenharia, além de possíveis contingenciamentos destes;
- alterações nas exigências legais e recomendações técnicas para a instrução de processos licitatórios, causando o retardamento das licitações;
- nem todas as unidades dispõem de engenheiro civil ou outro profissional técnico, para orientação e acompanhamento das demandas de infraestrutura.

Desafios futuros:

- obtenção de fontes alternativas para viabilizar a ampliação e a manutenção da infraestrutura, tais como recursos oriundos de TEDs;
- readequação das equipes, garantindo uma maior eficiência na elaboração de projetos, orçamentos, fiscalização de obras e demais atividades inerentes à engenharia e infraestrutura;
- elaboração e implantação dos planos diretores de infraestrutura dos diversos *campi* que compõem o IFRN;
- execução das obras e serviços necessários à expansão e manutenção da infraestrutura física das unidades, em consonância ao previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).



Macroprocesso:
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



Objetivo estratégico: Desenvolver e fortalecer ações de infraestrutura para promoção da sustentabilidade ambiental (preservação ambiental e eficiência energética), em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão

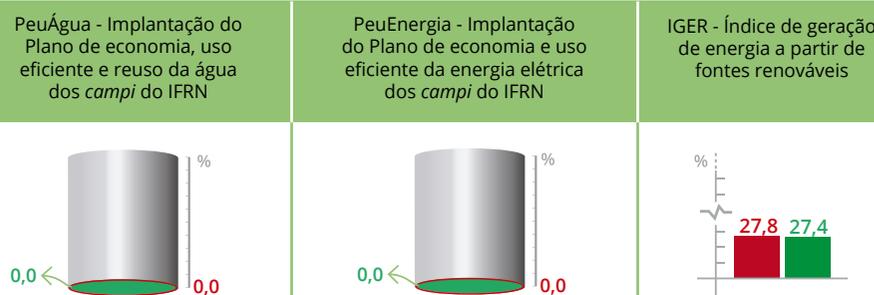
Execução financeira - Realizado: R\$ 1.675.268,96

METAS

- 10.2.1** Planejar e executar projeto de reuso de águas pluviais e tratamento de efluentes nas unidades
- 10.2.2** Criar ou adequar estações de coleta de resíduos nas unidades
- 10.2.3** Implantar programa de eficiência energética nas unidades

INDICADORES

■ META ■ RESULTADO



Principais resultados alcançados:

- ações de economia e uso consciente de recurso, como o desligamento de condicionadores de ar e demais equipamentos não essenciais em horários de pico de consumo, bem como troca de lâmpadas comuns por LEDs, medidas de conscientização da comunidade, entre outras;
- economia de 27,4% da energia total consumida, pela geração de energia solar na ordem de 3 milhões de kW;
- aproveitamento de águas pluviais com a aquisição de 20 reservatórios de 5 mil, 11 reservatórios de 10 mil e 22 reservatórios de 15 mil litros, para diversos *campi*;
- celebração de contrato para aquisição de 27 geradores fotovoltaicos, de 18,48 kWp cada, para os *Campi* Apodi, Ipanguaçu, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Nova Cruz, Paranamirim e São Gonçalo do Amarante, bem como para o *Campus* Avançado Jucurutu.

Impactos observados:

- as medidas de economia de energia ocasionaram a redução de 7,7% do consumo anual total do IFRN, em comparação com o ano de 2018;
- no *Campus* Ipanguaçu, com a conclusão da estação de tratamento de efluentes, foi feita a desativação das fossas e sumidouros antes existentes.

Riscos identificados:

- manutenção inadequada das estruturas existentes, tais como as estações de tratamento de efluentes, que podem ter seu funcionamento maculado pela falta de cuidados, podendo chegar, inclusive, à sua perda total;
- falta de um gerenciamento sistêmico das políticas de sustentabilidade, ficando o controle e o acompanhamento realizado de forma difusa.

Desafios futuros:

- expansão e manutenção da infraestrutura existente atualmente, como estações de tratamento de efluentes, geradores fotovoltaicos, sistemas de captação de águas pluviais, etc;
- diagnóstico das potencialidades de cada *campus* quanto à melhoria da infraestrutura, com projetos para garantir uma eficiência ainda maior no uso de recursos (captação e reuso de águas dos sistemas de refrigeração, por exemplo);
- obtenção de recursos para execução das ações de melhoria da infraestrutura voltadas para sustentabilidade;
- elaboração e implantação dos planos de economia e uso eficiente de água e energia, que deverão conter as ações estruturantes e não estruturantes relativas à sustentabilidade.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- pequena equipe central da Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, limitando a quantidade de ações a serem executadas;
- há alguns anos o IFRN vem adotando medidas de economia e uso eficiente de energia elétrica e água, não sendo diferente em 2019, conforme relatado nos resultados alcançados e impactos observados. No entanto, os valores informados nas metas foram zero, em virtude de as ações não estarem ainda sistematizadas nos respectivos planos.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- para o ano de 2020, foram alocados recursos para o licenciamento de todos os poços utilizados pelo IFRN;
- foi feito um diagnóstico sobre os gastos com contratos, inclusive os de energia elétrica e água e adotadas diversas medidas visando a economia desses bens;
- criação dos projetos estratégicos relativos aos planos de economia e uso eficiente de água e energia.

Macroprocesso:
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA



Objetivo estratégico: Estabelecer as diretrizes gerais para atendimento da legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica

Execução financeira - Realizado: R\$ 0,00

METAS

10.3.1 Planejar e executar plano de acessibilidade arquitetônica nas unidades

INDICADORES

Percentual de unidades com plano de acessibilidade arquitetônica implantado

RESULTADO

0%

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Principais resultados alcançados:

- início da construção do *Campus* Avançado Jucurutu, cujo projeto arquitetônico e de implantação prevê acessibilidade em todos os espaços;
- alguns *campi* realizaram intervenções de acessibilidade com recursos próprios, a exemplo do *Campus* Currais Novos, que executou adequações de acessibilidade na frente da escola, bem como do *Campus* Nova Cruz, que realizou algumas adequações, através da construção de rampas.

Impactos observados:

- além das melhorias atenderem às exigências legais, garantem o conforto dos usuários e o acesso inclusivo à educação ofertada pelo IFRN, na medida em que todos os discentes podem utilizar os mais diversos ambientes.

Riscos identificados:

- não se dispor de todos os ambientes com acessos adequados aos usuários portadores de necessidades especiais;
- falta de servidores para trabalhar com maior enfoque nas demandas de acessibilidade, uma vez que a Diretoria de Engenharia e Infraestrutura do IFRN dispõe de apenas dois arquitetos, os quais atendem às demandas de todo o IFRN quanto aos projetos arquitetônicos, mas não podem se debruçar, exclusivamente, naquelas demandas.

Desafios futuros:

- realização, de forma sistemática, dos levantamentos das adequações necessárias para garantir a acessibilidade nos *campi*;
- realização das adequações de acessibilidade ainda necessárias.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- embora as adequações de acessibilidade sejam feitas continuamente no IFRN, estando presentes em praticamente todas as obras e serviços realizados, não foram elaborados os planos de acessibilidade arquitetônica em nenhum *campus*, de maneira que os recursos materiais e humanos foram utilizados em outras obras consideradas mais urgentes.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- para o ano de 2020, foram colocadas como prioridade as adequações de acessibilidade em diversos *campi*, inclusive com a captação de recursos via Emendas Parlamentares;
- realização de visitas técnicas aos *campi*, para diagnósticos das necessidades mais urgentes;
- inserção das necessidades de acessibilidade nos orçamentos elaborados.



4.11 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Macroprocesso:
INFRAESTRUTURA LÓGICA E REDES



Objetivo estratégico: Promover a ampliação e a atualização material e lógica das tecnologias da informação

Execução financeira - Realizado: R\$ 7.643.349,57

METAS

11.1.1 Melhorar a infraestrutura de tecnologia de informação das unidades

INDICADORES

IDCI - Índice de disponibilidade de conexão com a Internet do IFRN



ANÁLISE DE RESULTADO - MACROPROCESSO INFRAESTRUTURA LÓGICA E REDES

Principais resultados alcançados:

- meta de conexão à internet superada, com a sustentação dos *links* da Rede Giga Natal, do *link* secundário provido pela Sitecnet, além dos *links* dos *campi*, sejam principais ou secundários, além da nova metodologia de monitoramento para ação mais rápida na solução de problemas com os *links* nos *campi*;
- recursos investidos em Cabeamento Estruturado, o que melhora a performance geral da rede do IFRN, com a manutenção e a atualização da estrutura de rede lógica;
- foram propostos novos painéis de monitoramento de ativos de rede, de telefone e rede lógica nos *campi* e na Reitoria;
- em 2019, a área de Tecnologia da Informação atendeu a um total de 20.402 chamados, com um média mensal de 1.700 chamados por mês.

Impactos observados:

- manutenção dos serviços de ensino, pesquisa, extensão e administração do IFRN, que dependem de estrutura de conectividade para funcionar.

Riscos identificados:

- ruptura de conectividade de forma abrupta e simultânea, gerando indisponibilidade total dos serviços de TIC da Instituição;
- ausência de orçamento dentro do tempo planejado, de forma a atender demandas extemporâneas.

Desafios futuros:

- busca de alternativas de financiamento para prologar a vida útil do parque computacional e dos ativos de TIC de forma geral;
- aumento da capacidade dos *links* de Internet Central e dos *campi*;
- consolidação do projeto estratégico de Contratação do Desktop Virtual;
- garantia da execução dos processos de contratação em tempo hábil e em conformidade com o PDI e o PAC.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- considerando o escopo de atuação da área de Tecnologia da Informação, em especial de Infraestrutura e Redes, o principal desafio é fazer frente à necessidade de atualização do parque.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- remanejamento de equipamentos entre unidades, de forma a gerar um ciclo de reutilização e garantir eficiência na aplicação dos recursos
- investimento para dar início do Projeto Estratégico do PDI de Contratação de Desktop Virtual;
- socialização de ações e boas práticas entre os *campi* do IFRN, primando pela boa aplicação dos recursos investidos.

Macroprocesso:
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



Objetivo estratégico: Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da Instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap)

Execução financeira - Realizado: R\$ 347.533,58

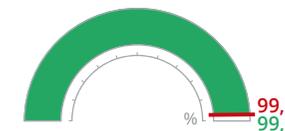
METAS

11.2.1 Ampliar o desenvolvimento do Suap e reduzir a utilização de *softwares* de terceiros

INDICADORES

IDS - Índice de disponibilidade dos sistemas de informação do IFRN

■ META ■ RESULTADO



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Principais resultados alcançados:

- consolidação do módulo de gerenciamento de demandas para desenvolvimento de funcionalidades do Suap, com um total de 139 demandas registradas e 90 concluídas, representando 64.74% de conclusão;
- Suap cedido para uso de 41 instituições, em 2019, superando as 38 beneficiadas no ano anterior;
- foi iniciado o processo de refatoração/reengenharia do Suap, com o objetivo de ampliar sua disponibilidade. Em 2019, atualizou de 1 para 3 instâncias de aplicação, o que permite realizar procedimentos de atualização sem necessariamente interromper o funcionamento da aplicação;
- foram iniciados os projetos Suap Labs e *Academy*, para aproximar a comunidade acadêmica do desenvolvimento do Suap.

Impactos observados:

- melhoria nos serviços das áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- melhoria geral na disponibilidade do Suap.

Riscos identificados:

- alterações no escopo das demandas e projetos ao longo do processo de desenvolvimento;
- estouro de prazo devido a erros de desenvolvimento ou de especificação;
- problemas de segurança;
- falta de testes nas funcionalidades entregues do Suap.

Desafios futuros:

- melhoraria do processo de documentação para o usuário final;
- formalização do processo de desenvolvimento do suap;
- aumento da cobertura de testes do Suap;
- ampliação da disponibilidade do Suap para superar o valor proposto enquanto meta.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- dificuldade de compreensão de áreas de negócio sobre as prioridades para desenvolvimento, bem como de entendimento de que a equipe não é específica de cada área, sendo distribuída de acordo com as demandas;
- a indisponibilidade eventual do Suap está vinculada a atualizações que realizam alteração de dados, uma vez que utiliza um único banco de dados.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- criação de funcionalidade no Suap para priorização de demandas por parte dos gestores sistêmicos;
- proposição de nova arquitetura para ampliar disponibilidade do banco de dados e permitir atualização com redução do *downtime*.

5

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO



5.1 DECLARAÇÕES DO PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO



PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Marcos Antônio de Oliveira

Cargo: PROFESSOR

Tempo de Instituição: 23 ANOS

Em abril de 2019, o Conselho Superior do IFRN aprovou o novo Plano de Desenvolvimento Institucional, o PDI 2019-2026, após 11 meses de intenso processo de (re)construção, com a participação da comunidade acadêmica e mediado pela realização de diagnósticos situacionais, pelas reflexões sobre o fazer e o papel da Instituição no âmbito do território de atuação.

Desde o início do ano, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodes), em estreita articulação com a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) e com o Comitê de Gerenciamento Estratégico Central (CGE Central), atuou na construção do Farol de Desempenho, uma poderosa ferramenta de gerenciamento dos indicadores de desempenho do PDI 2019-2026, acessível à comunidade acadêmica por meio do Suap, para o acompanhamento trimestral de todos os indicadores, com diversas possibilidades de filtragem dos dados.

Ao final de cada exercício, os indicadores consolidados durante os quatro trimestres, base para elaboração do Relatório de Gestão, tornam-se acessíveis para toda a sociedade, por meio do portal do Instituto. Portanto, o Farol desempenha dupla

finalidade – ferramenta de gestão e instrumento de transparência, consolidando-se, sem dúvida, como uma marca da gestão democrática e participativa, que coloca o cidadão na condição de protagonista na fiscalização e no controle das ações dos gestores públicos.

A elaboração do Plano de Atividades anual tem como referência os projetos estratégicos, construídos coletivamente como desdobramentos dos Objetivos Estratégicos do PDI 2019-2026. O novo olhar que se lança sobre o planejamento a partir de agora, e que se inicia no mês de julho de cada ano, organizado em seis fases, favorece à participação ampliada de toda a coletividade, graças à construção das ferramentas computacionais, disponíveis no Suap, que facilitam a interlocução entre os órgãos sistêmicos e os *campi*, e permitem o acompanhamento da execução em tempo real.

Em relação à conformidade, declaro que o IFRN atua na estrita observância da legislação pertinente a cada uma das áreas abordadas neste capítulo, e apresenta seus resultados prioritariamente com base nos sistemas governamentais (Siafi, Tesouro Gerencial, Siape, SIASS) e de administração integrada, como é o caso do Suap.



PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Juscelino Cardoso de Medeiros

Cargo: CONTADOR

Tempo de Instituição: 35 ANOS

O IFRN, no escopo de sua realidade orçamentária, adota o princípio de sustentabilidade financeira, ou seja, planeja e executa seus recursos totalmente dentro da disponibilidade, tendo todos os contratos com recursos orçamentários até a conclusão de cada exercício fiscal. Esse planejamento com foco realista, que tem possibilitado, ao IFRN, executar 100% dos limites orçamentários disponibilizados pelo MEC, permitiu, inclusive, a construção do *Campus* Avançado Jucurutu, visando atender ao município e região. Possibilitou, ainda, a melhoria na estrutura do ginásio do *Campus* Natal-Cidade Alta, a reconstrução do muro do *Campus* Currais Novos, as adequações em salas do ambiente acadêmico, especialmente para as aulas de música, do *Campus* Apodi, e a recuperação do piso do ginásio e do deck da piscina do *Campus* Macau.

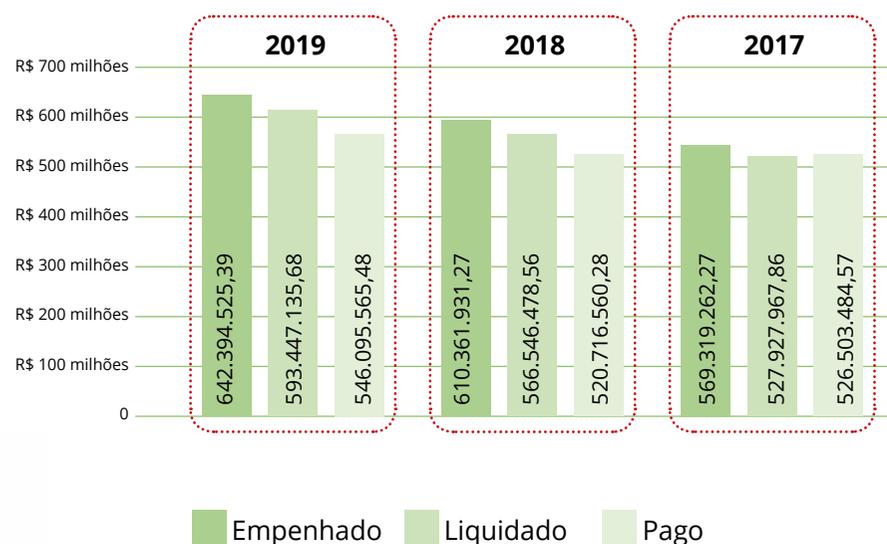
Em suma, o exercício de 2019 foi muito positivo, considerando a manutenção de todos os contratos vigentes e os investimentos previstos. A gestão dos recursos de orçamento para custeio e capital, que são aqueles que o IFRN detêm responsabilidade e autonomia para planejar e executar enquanto orçamento, é elemento diferencial e indispensável para garantir o funcionamento e a manutenção de todas as atividades necessárias ao adequado desenvolvimento da função social da Instituição, de oferecer educação profissional e tecnológica pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.



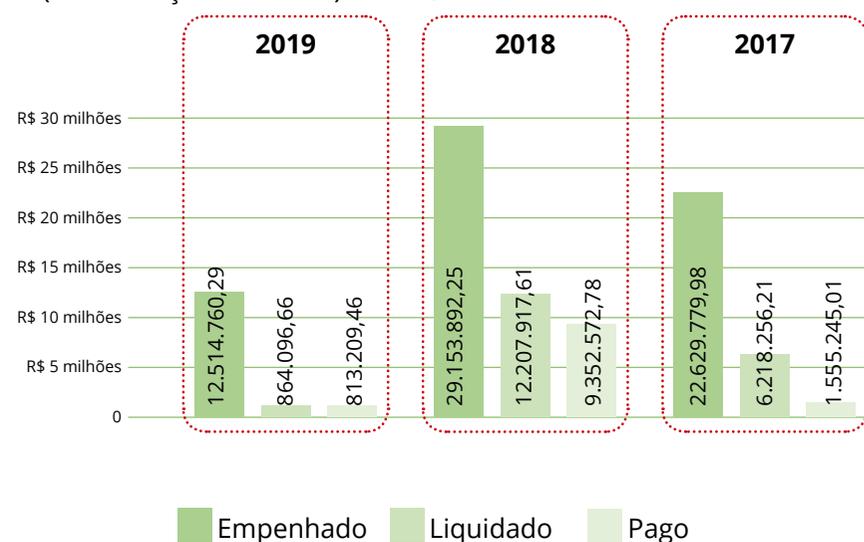
5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PERFIL DO GASTO DO IFRN

DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$



DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

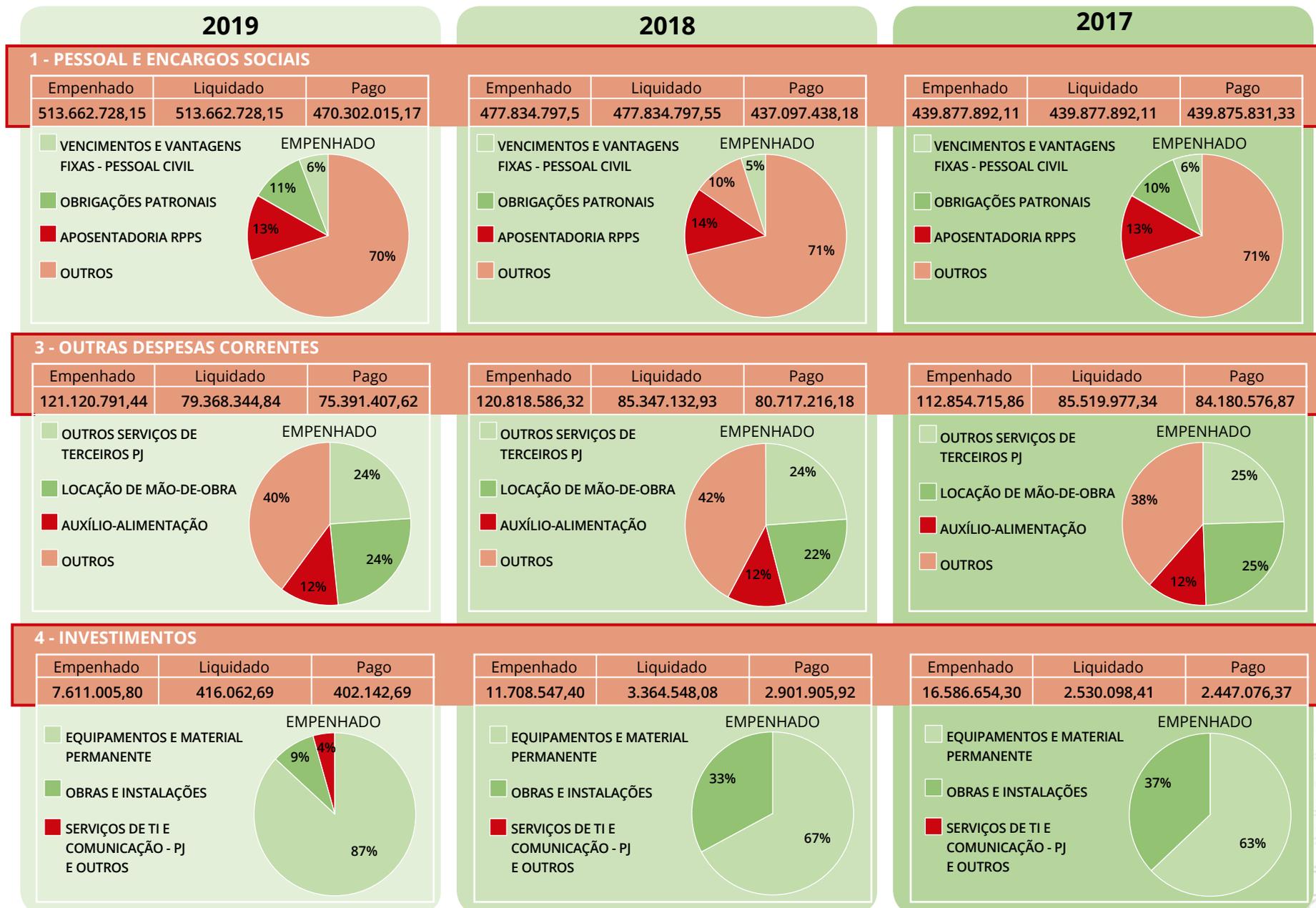


ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO GASTO:

O orçamento empenhado na Instituição aumentou, aproximadamente, 5%, impulsionado pelo crescimento vegetativo da folha de pagamentos dos servidores ativos, inativos e profissionais temporários, ou seja, gastos de pessoal. O orçamento destinado para despesas discricionárias, custeio e capital, permaneceu estagnado em relação ao ano de 2018.

O montante de recursos de outras instituições da administração pública federal executados pelo IFRN apresentou uma redução de quase 60%, trata-se de projetos realizados em parcerias. A gerência sobre esse tipo de recurso possui incerteza, pois depende da existência de parceiros interessados em desenvolver projeto em conjunto com a Instituição.

DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (LOA) - EM R\$



DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (EXTRA ORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

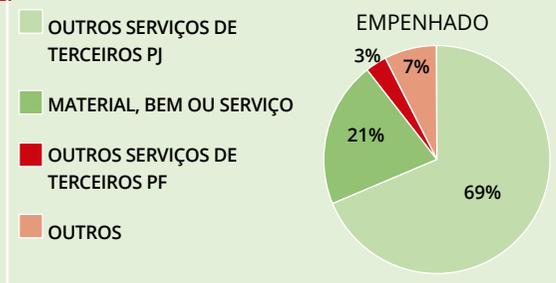
2019

2018

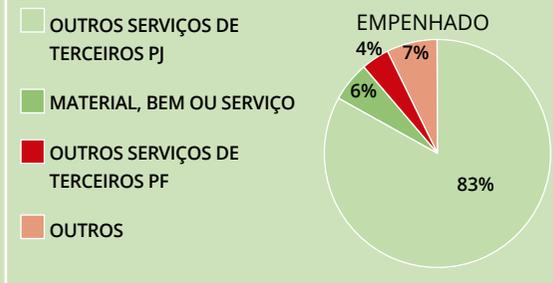
2017

3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

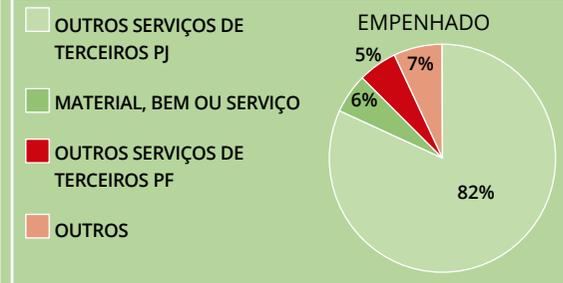
Empenhado	Liquidado	Pago
5.135.961,76	753.141,90	702.254,70



Empenhado	Liquidado	Pago
19.638.391,84	12.071.217,61	9.215.872,78

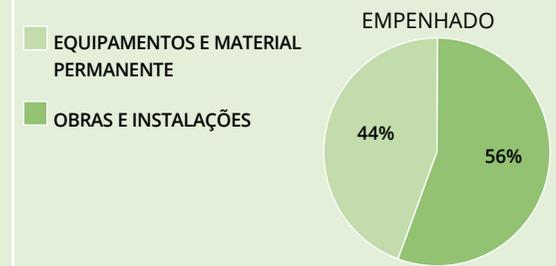


Empenhado	Liquidado	Pago
18.346.026,56	6.218.256,21	1.555.245,01

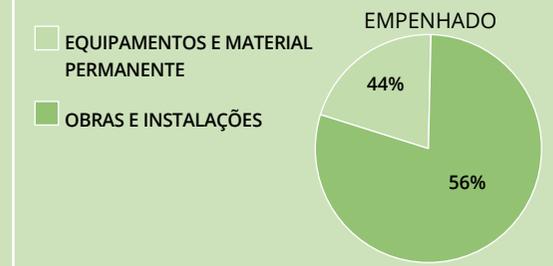


4 - INVESTIMENTOS

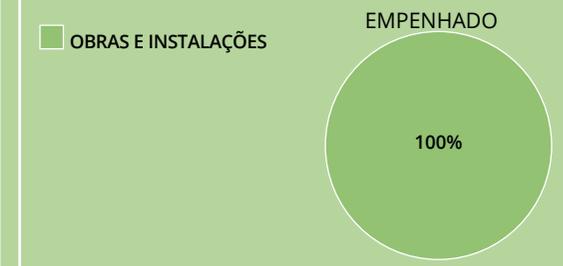
Empenhado	Liquidado	Pago
7.378.798,53	110.954,76	110.954,76



Empenhado	Liquidado	Pago
9.515.590,41	136.700,00	136.700,00



Empenhado	Liquidado	Pago
4.283.753,42	0,00	0,00



DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$

	2019			2018			2017		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
20TP	381.855.309,68	381.855.309,68	339.190.319,79	356.588.392,78	356.588.392,78	317.490.620,10	326.395.657,19	326.395.657,19	326.393.596,41
20RL	71.192.119,62	35.097.033,19	34.668.076,68	74.609.591,97	40.680.266,75	39.562.213,39	73.577.272,41	44.158.190,98	43.744.803,95
09HB	64.803.323,80	64.803.323,80	64.803.323,80	61.882.320,16	61.882.320,16	61.882.320,16	57.132.894,00	57.132.894,00	57.132.894,00
0181	67.004.094,67	67.004.094,67	66.308.371,58	58.897.494,04	58.897.494,04	57.257.907,35	52.966.654,88	52.966.654,88	52.966.654,88
212B	24.153.575,64	24.153.575,64	22.148.401,05	23.871.493,63	23.871.493,63	21.853.035,43	0,00	0,00	0,00
2994	20.494.970,96	12.592.620,80	11.667.363,94	20.199.652,51	14.019.371,59	13.086.461,00	18.589.427,54	13.272.733,11	12.539.245,86
2004	7.144.187,22	7.144.187,22	6.546.416,97	7.159.148,19	6.909.148,79	6.307.364,24	6.728.929,38	6.728.929,38	6.728.929,38
20RG	2.898.951,62	38.278,11	24.358,11	3.709.514,82	1.046.930,25	744.453,29	6.411.028,04	208.482,44	153.600,38
4572	2.769.672,18	680.392,57	660.613,56	2.899.412,60	2.106.150,00	1.988.374,75	1.932.477,07	1.479.504,12	1.258.837,95
0005	-	-	-	466.590,57	466.590,57	466.590,57	3.548.486,83	3.548.486,83	3.548.486,83
00PW	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00
216H	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00
00G5	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00M1	-	-	-	0,00	0,00	0,00	133.587,77	133.587,77	133.587,77
00OL	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	-	-	-	0,00	0,00	0,00	2.357.757,04	2.357.757,04	2.357.757,04
2011	-	-	-	0,00	0,00	0,00	4.884.586,31	4.884.586,31	4.884.586,31
2012	-	-	-	0,00	0,00	0,00	14.603.783,81	14.603.783,81	14.603.783,81

DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

	2019			2018			2017		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8636	-	-	-	9.620.608,90	5.400.000,00	3.700.000,00	0,00	0,00	0,00
20RG	-	-	-	9.515.590,41	136.700,00	136.700,00	3.270.287,44	0,00	0,00
20K7	-	-	-	2.779.391,10	2.700.000,00	2.700.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00
20RW	363.405,75	173.421,25	156.126,65	2.038.788,49	1.693.709,31	1.512.628,67	1.914.867,75	1.098.420,14	900.716,94
00PI	1.065.548,57	6.915,30	6.915,30	1.109.168,17	7.518,20	0,00	1.031.387,40	69.264,90	69.264,90
20RJ	313.219,97	184.828,60	184.828,60	1.095.024,99	998.107,05	995.219,65	11.856.677,49	4.559.332,95	94.024,95
2E79	-	-	-	950.599,20	950.599,20	0,00	0,00	0,00	0,00
20UG	-	-	-	332.029,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20V8	341.333,32	341.333,32	341.333,32	327.736,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000	508.012,08	-	-	302.914,38	0,00	0,00	430.555,02	301.388,51	301.388,51
20VB	527.591,94	-	-	244.272,45	0,00	0,00	205.506,01	0,00	0,00
4572	787,76	787,76	212,96	209.407,96	84.421,69	83.324,17	3.018,18	3.018,18	3.018,18
20UI	-	-	-	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6380	-	-	-	120.247,58	38.670,92	38.670,92	1.087.239,31	47.074,23	47.074,23
2994	-	-	-	119.988,69	107.060,81	107.060,81	0,00	0,00	0,00
210T	-	-	-	118.683,33	9.600,00	9.600,00	3.400,00	0,00	0,00
20RL	5.748,13	5.748,13	-	63.163,49	63.163,49	56.667,06	20.512,76	19.940,54	19.940,54
20V6	-	-	-	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0487	17.375,27	17.375,27	17.375,27	15.300,86	7.300,86	1.771,68	19.202,92	4.402,92	4.402,92
20RK	26.673,17	26.673,17	-	11.066,08	11.066,08	10.929,82	59.557,20	59.557,20	59.557,20
2011	-	-	-	0,00	0,00	0,00	33.062,54	33.062,54	33.062,54
20GK	-	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20JP	-	-	-	0,00	0,00	0,00	440.066,60	0,00	0,00
20JQ	-	-	-	0,00	0,00	0,00	56.985,26	22.340,00	22.340,00
20RI	-	-	-	0,00	0,00	0,00	454,10	454,10	454,10
20YJ	-	-	-	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00
215F	-	-	-	0,00	0,00	0,00	497.000,00	0,00	0,00
15R4	5.880.494,53	110.954,76	110.954,76	-	-	-	-	-	-
214V	1.549.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
219U	1.498.304,00	-	-	-	-	-	-	-	-
15OP	417.265,80	-	-	-	-	-	-	-	-

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO:

Comparando com o ano de 2018, algumas ações orçamentárias dos grupos de despesas de custeio e capital apresentaram redução no total empenhado: cerca de R\$ 3 milhões a menos no funcionamento (20RL); R\$ 800 mil na reestruturação/expansão (20RG); e R\$ 130 mil na capacitação de servidores (4572). Em contrapartida, a assistência ao estudante (2994) apresentou um crescimento próximo a R\$ 300 mil, e os benefícios pagos aos servidores (212B) um aumento aproximado de R\$ 250 mil. Em relação aos gastos de pessoal, a variação é mais significativa, pois a ação destinada para pagamento de servidores ativos e profissionais temporários (20TP) registrou um aumento de cerca de R\$ 25 milhões, e a ação voltada aos inativos (0181) uma elevação aproximada de R\$ 8 milhões.

Ao analisar os últimos três anos, o desempenho orçamentário do IFRN, em 2019, indica que o orçamento destinado ao funcionamento da Instituição está estagnado, apresentando uma leve queda, cerca de 4%, em relação ao ano anterior; e de 3% em relação a 2017. Já o orçamento para a expansão/reestruturação, registra uma queda acentuada de 24% em rela-

ção ao ano anterior; e de 56% em comparação ao ano de 2017. No entanto, o orçamento total da Instituição segue na contramão, crescendo ano após ano, fruto do aumento do grupo de despesas “gastos de pessoal”, com o crescimento vegetativo com a folha de servidores ativos e o aumento no número de aposentadorias, elevando a quantidade de inativos. Esse tipo de grupo de despesa registrou um aumento de 7% quando comparado a 2018; e de 17% em comparação a 2017, para servidores ativos. Em relação aos servidores inativos, o aumento foi próximo de 16% em comparação ao ano de 2018; e de 29% em relação ao ano de 2017.

Em outras palavras, em 2019, o aumento com gasto de pessoal com servidores ativos e inativos (R\$ 33,3 milhões) foi quase 8 vezes maior do que a redução com gastos com o funcionamento e expansão/reestruturação da Instituição (R\$ 4,2 milhões), quando comparado ao ano de 2018; e quase 12 vezes maior em comparação ao ano de 2017 (R\$ 69 milhões de aumento com gastos com servidores ativos e inativos, frente a uma redução próxima de R\$ 6 milhões em gastos de funcionamento e expansão/reestruturação).

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS:

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<ul style="list-style-type: none"> • ajustar o planejamento institucional a uma realidade de orçamento mais restrito; • ajustar o planejamento institucional às incertezas relativas ao orçamento aprovado e disponibilizado; • melhorar o planejamento de contratações, gestão de contratos e gestão de materiais; • otimizar a força de trabalho disponível, considerando servidores, profissionais temporários e terceirizados; • confrontar a execução das atividades constantes no Plano de Ação com a execução orçamentário-financeira por setor nos <i>Campi</i> e na Reitoria. 	<ul style="list-style-type: none"> • estruturar a Instituição para a gestão orçamentária do impacto de novos servidores e contratação de temporários; • incluir cenários sobre a disponibilidade orçamentária no planejamento institucional; • reestruturar a Proad para um melhor gerenciamento integrado da gestão de suprimentos; • revisar atribuições e responsabilidade entre a Proad (Cofin e Dilic) e DIGPE (COGCAP e Codepe) para a gestão de custos e competências da força de trabalho; • integrar Prodes e Proad para o efetivo acompanhamento do planejamento (ancorado no Plano de Ação) e da execução da despesa (baseada no acompanhamento orçamentário-financeiro).

5.3 GESTÃO DE PESSOAS

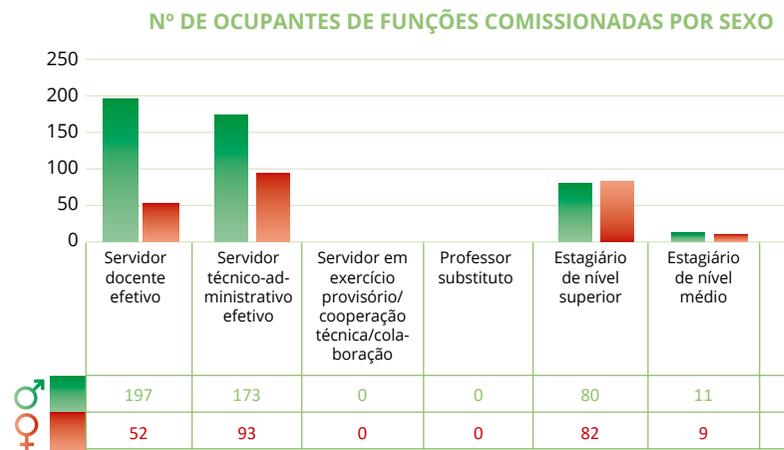
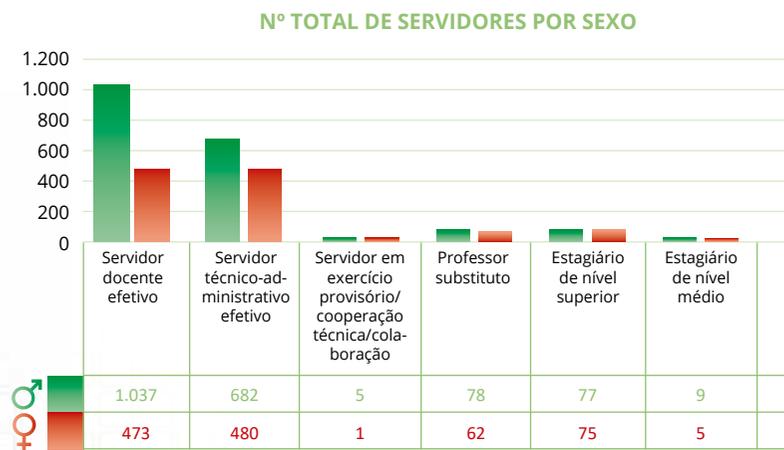
CONFORMIDADE LEGAL:

A Gestão de Pessoas do IFRN é órgão seccional, subordinado ao órgão setorial na área de pessoal no MEC, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/MEC, que, por sua vez, é subordinada ao órgão central do Sipec (atualmente, Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital). A legislação que trata do Regime Jurídico Único dos servidores é a Lei nº 8.112/1990 e os demais atos normativos disponíveis na página Conlegis, ferramenta cujo conteúdo

é de competência do órgão central do Sipec. No que se refere às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, em matéria de gestão de pessoas, são tomadas como referência as Resoluções do Consup e as Deliberações do Codir. Além disso, a regulamentação interna específica segue as Notas Técnicas, as Notas Informativas e as Orientações Normativas, as quais encontram-se disponíveis no portal institucional.

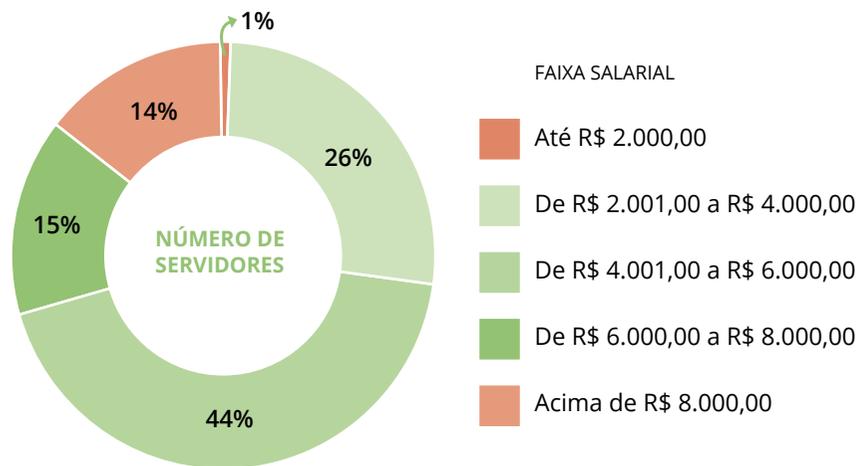
FORÇA DE TRABALHO

Figura 6 - Servidores por sexo



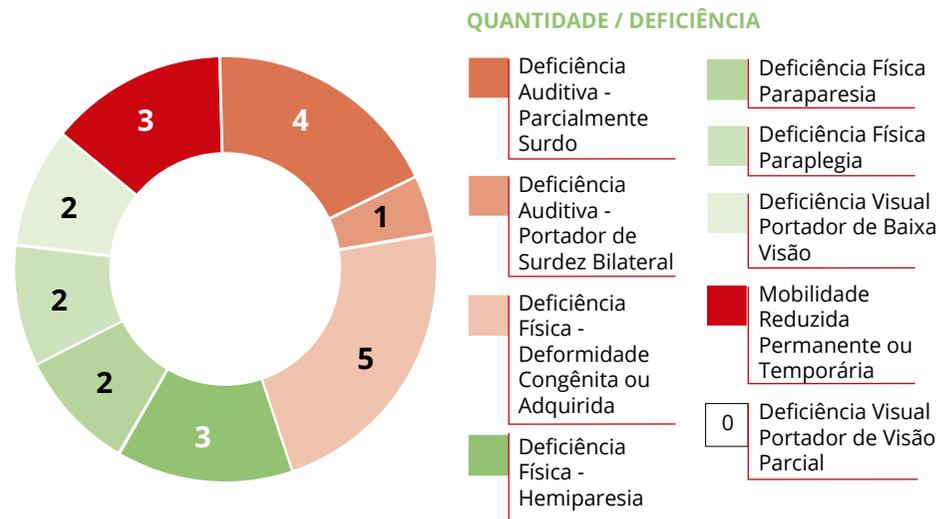
Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

Figura 7 - Servidores por faixa salarial - ativo permanente (vencimento básico)



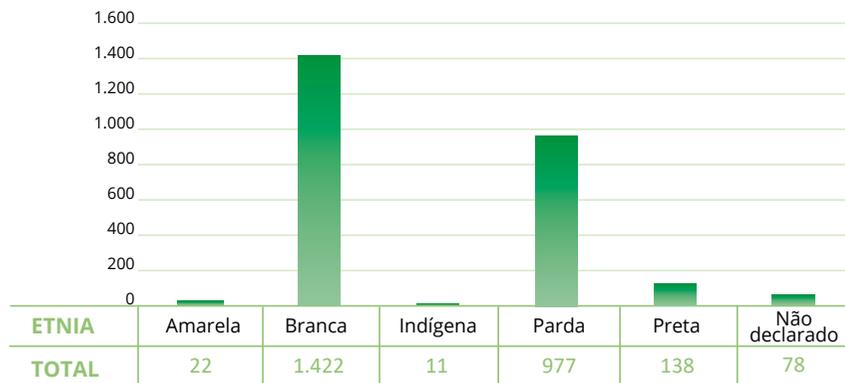
Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

Figura 8 - Servidores por deficiência - ativo permanente



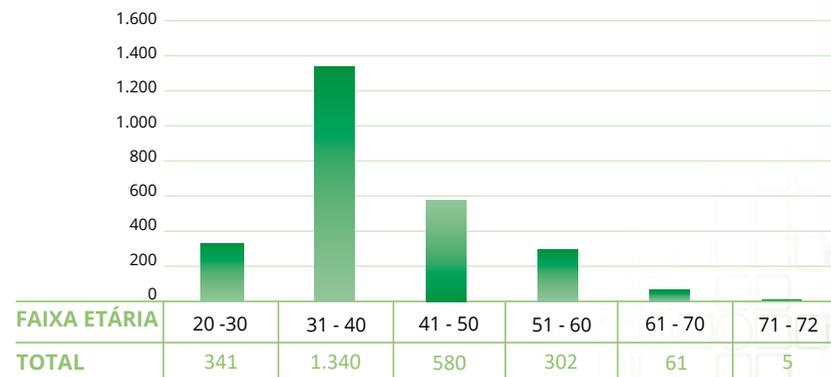
Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

Figura 9 - Servidores por etnia - ativo permanente



Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

Figura 10 - Servidores por faixa etária - ativo permanente



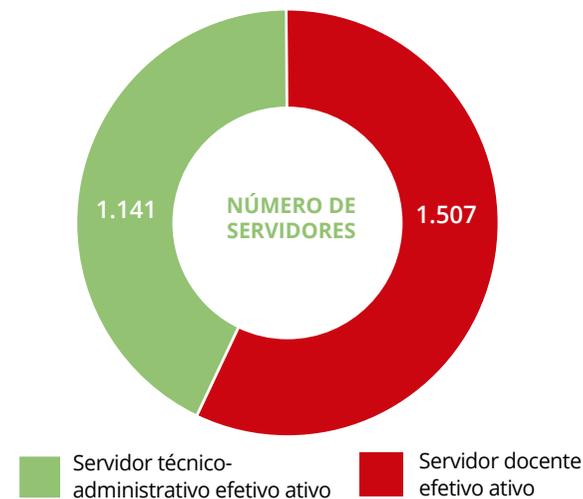
Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

Figura 11 - Servidores por situação funcional



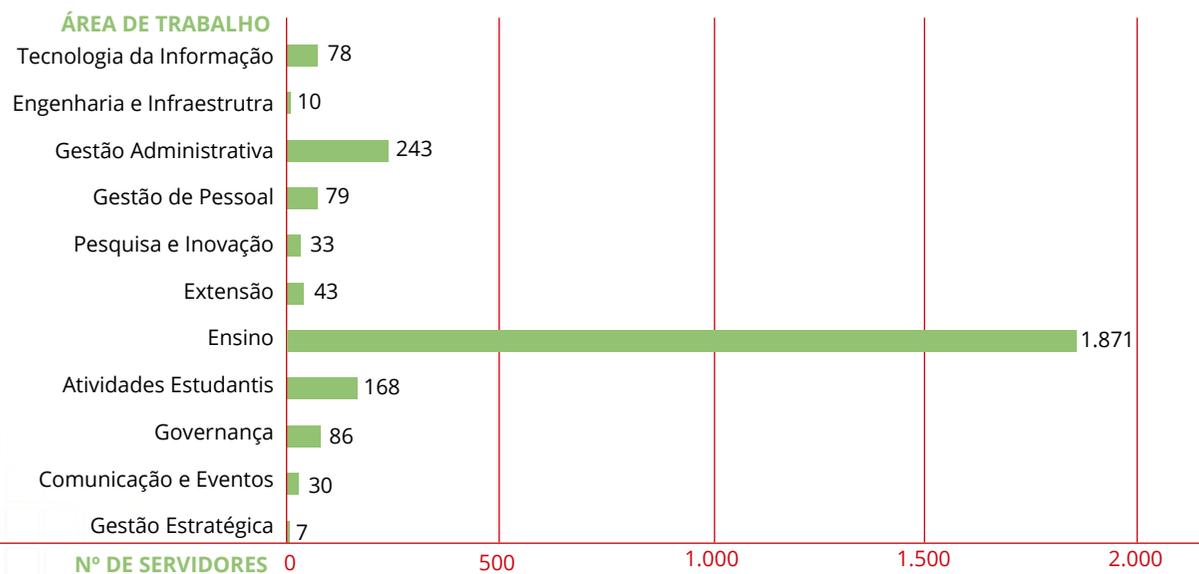
Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

Figura 12 - Servidores por carreira



Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

Figura 13 - Servidores por área de trabalho (Dimensão Estratégica)



Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

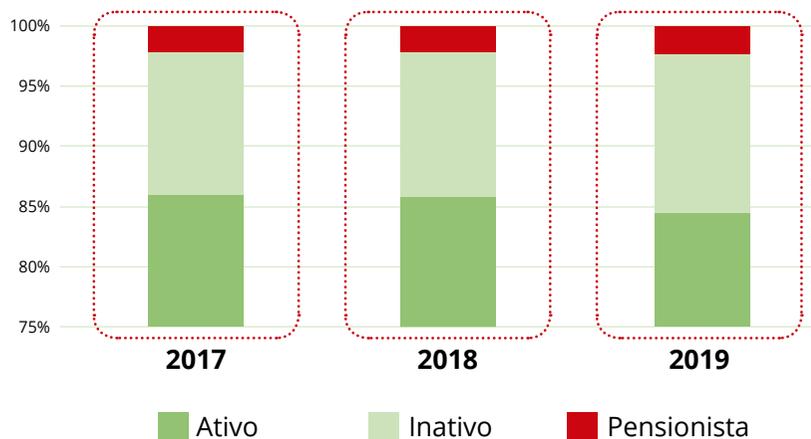
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O recrutamento e a alocação de pessoas no IFRN são realizados através de concurso público, de remanejamento e de processos seletivos simplificados. O concurso público é regido pela legislação federal pertinente à área, em especial o Decreto nº 6.944/2009 e a Portaria nº 450/2002 do Ministério do Planejamento. O processo de remanejamento, por sua vez, é normatizado internamente pela Resolução nº 07/2014-CONSUP e suas posteriores alterações. Os processos seletivos para contratação de professores substitutos e visitantes são normatizados pela Lei nº 8.745/1993 e por notas Técnicas da DIGPE. No ano de 2019, não foi realizado nenhum concurso público; foram realizados 18 processos seletivos para contratação de professor substituto e visitante; e realizados 8 editais de remanejamento.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Despesa com pessoal	2017	2018	2019
Ativo	R\$ 326.395.657,00	R\$ 356.588.393,00	R\$ 358.766.372,41
Inativo	R\$ 44.485.521,80	R\$ 49.875.752,72	R\$ 56.346.809,88
Pensionista	R\$ 8.481.133,08	R\$ 9.021.741,32	R\$ 10.144.987,27

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO/DIMINUIÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

Alteração na remuneração de servidores por motivo de progressões, incentivos à qualificação, entre outros, impactam no aumento da despesa de pessoal ativo. Além disso, o crescente número de aposentadorias, motivado especialmente pelas mudanças nas regras trazidas pela Reforma da Previdência (EC nº 103/2019), impactam no aumento de despesa de pessoal inativo.

Ressalta-se, ainda, conforme relatório extraído do Tesouro Gerencial, as seguintes despesas inerentes a sentenças judiciais e a pagamentos de exercícios anteriores, quanto a inativos e pensionistas no ano de 2019:

Sentenças judiciais: R\$ 65.594,16
Exercícios anteriores: R\$ 446.703,36

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos é regida pelas: a) Lei nº 11.091/2005, que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, regulamentada pelo Decreto nº 5.825/2006, com nova redação dada pela Lei nº 11.784/2008; e b) Resolução nº 15/2007-CD/CEFETRN, de 27 de junho de 2007, que regulamenta a Avaliação de Desempenho. Essa avaliação é realizada por meio do Suap, que envia mensagem de notificação aos servidores sobre a necessidade de resposta aos formulários de auto-avaliação, bem como de avaliação de membro da equipe e dos pares, quando for o caso.

No que concerne aos servidores docentes regidos pela Lei nº 12.772, de 29 de dezembro de 2013, a avaliação de desempenho é regulamentada pela Resolução nº 06/2014-CONSUP, de 21 de março de 2014, que vem sendo analisada desde o ano de 2018, com perspectiva de a atualização do documento ter vigência em breve.

AValiação DE DESEMPENHO EM NÚMEROS

Quantidade de servidores avaliados em 2019	1.066 (667 técnicos administrativos e 399 docentes)
Quantidade de aprovados e reprovados em 2019	1.066 aprovados 0 Reprovados
Quantidade de servidores que concluíram o estágio probatório	133



REMUNERAÇÃO

Conforme estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que altera a remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, a remuneração inicial das categorias ocorre como descrita a seguir:

Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

- Dedicção Exclusiva: R\$ 4.472,64
- 40 horas: R\$ 3.130,85
- 20 horas: R\$ 2.236,32

Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação

- Nível A: R\$ 1.326,72
- Nível B: R\$ 1.606,41
- Nível C: R\$ 1.945,07
- Nível D: R\$ 2.446,96
- Nível E: R\$ 2.744,57

OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

As constantes atualizações relativas aos normativos e às legislações que regem o serviço público, assim como a rotatividade de servidores entre os *campi*, afetam e justificam a necessidade de formação contínua desses profissionais em seu fazer diário, sejam estes ocupantes ou não de cargo de gestão. No que diz respeito à igualdade de oportunidades para o desenvolvimento do servidor, a Política de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) prevê que as oportunidades sejam concedidas de maneira equânime e, para isso, as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento dos servidores são variadas, a depender do objetivo ao qual se destinem (aperfeiçoamento ou qualificação).

A fim de garantir a utilização adequada do recurso de capacitação e, conseqüentemente, a participação do maior número de servidores nas ações de desenvolvimento, a política favorece a realização de eventos locais que possam oportunizar o aperfeiçoamento do servidor sem que este tenha que se deslocar do seu ambiente de trabalho. Apesar do esforço enfrentado pela área de desenvolvimento de pessoal, um fator que causa desigualdades entre a categoria profissional dos técnico-administrativos e a de docentes é a impossibilidade de contratação de substituto no caso de afastamento dos servidores da área administrativa para cursar pós-graduação.

Infelizmente, as ações de desenvolvimento de pessoas no âmbito do IFRN durante o ano de 2019 foram demasiadamente prejudicadas, em virtude de dois principais aspectos, quais sejam: a) contingenciamento dos recursos destinados à capacitação de pessoal; e b) alterações nos regimentos que tratam da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas. O primeiro aspecto impactou severamente na execução de eventos locais planejados para o ano, fossem estes realizados no âmbito do *campus* ou das áreas sistêmicas. Além disso, inviabilizou a participação em eventos

externos, considerando que o recurso investido em capacitações de servidores sofreu um corte de 75%. Já o segundo ponto, trouxe consigo a necessidade de adaptação dos normativos internos e, conseqüentemente, dos procedimentos adotados na esfera de desenvolvimento de pessoal.

Por tudo isso, somando-se, ainda, a disponibilidade de uma equipe reduzida atuando com foco nessa área, considera-se que a queda no número de servidores capacitados, assim como nas horas de capacitação realizadas, em comparação ao ano de 2018, era esperada. A redução representou o equivalente a 38% no número de servidores capacitados e 74% no número de horas de capacitação. Diante disso, comprova-se que foi significativo o impacto da redução de investimentos em cinco meses do ano de 2019 nos indicadores de capacitação. Como estratégia para minimizar os danos, parte do recurso desbloqueado tardiamente foi investido na contratação de empresa especializada para realização de Mapeamento de Competências dos servidores e, ainda, na oferta de capacitações com foco em competências para o exercício 2020, em atendimento aos indicadores do PDI.

Assim, espera-se que o IFRN garanta para o ano de 2020 a disponibilidade orçamentária para viabilizar a oferta dos eventos locais que possam oportunizar a participação de um maior número de servidores, inclusive com a parceria da Enap, além de proporcionar a participação de servidores em eventos externos, quando for necessário.

No que tange às oportunidades de ocupar cargos de gestão, 99,65% dos cargos gerenciais do IFRN são ocupados por servidores efetivos da própria Instituição, sendo dada prioridade a estes para a ocupação desses cargos, considerando-se a vivência e a experiência em educação profissional. A rotatividade de servidores entre os *campi* também afeta a mobilidade dos ocupantes dos cargos de gestão, havendo sempre a necessidade de substituições e conseqüente formação de novos gestores; para essa finalidade, no ano de 2019, não foram ofertadas turmas do Curso de Formação de Gestores para titulares e para servidores que nunca ocuparam cargos de gestão na Instituição, em virtude do bloqueio orçamentário para ações destinadas a capacitações de pessoal.



PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA QVT

EIXOS	AÇÕES EMPREENDIDAS (atividades físicas, palestras, campanhas de saúde, etc.)	Nº DE PARTICIPANTES*
ESTILO DE VIDA	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas esportivas e de exercícios físicos em geral - Práticas integrativas complementares (dança, yoga, meditação, relaxamento, massagem, etc.) - Ginástica laboral - Jogos de raciocínio lógico para treinamento mental - Oficina de cultivo de plantas - Oficina de habilidades sociais - Oficina de planejamento financeiro - Estímulo à alimentação saudável - Atividades de integração social (confraternizações, comemorações, etc.) - Workshop: investimentos em renda fixa - Programas de controle de peso corporal - Oficina de Automaquiagem 	* Servidores Estagiários Terceirizados 630
SAÚDE INTEGRAL	<ul style="list-style-type: none"> - Ação em saúde vocal (Fale Bem) - Palestras sobre saúde bucal - Semana de Proteção à Saúde do Coração - Semana de Prevenção à Hipertensão Arterial - Semana de Promoção à Saúde Mental - Roda de conversa sobre saúde mental - Oficina de primeiros socorros - 01 Campanha de doação de sangue - 15 Campanhas de promoção à saúde nos meses coloridos (janeiro branco, setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, etc.) 	110
POLÍTICA ORGANIZACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Oficina de Gestão do Tempo - Ações de reconhecimento e valorização entre servidores (correio do elogio, faça um elogio, etc.) - Curso de Gestão da Qualidade - Oficina de ferramentas para organização e planejamento no trabalho (método Bullet Journal, método GTD e Trello) - Oficina de criação de livro digital (método Bullet Journal, método GTD e Trello) - Curso de automação de Rotinas do Excel - Análise Ergonômica de Postos de Trabalho - Roda de conversa sobre valorização do servidor público <p>Serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 13 serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de academias de ginástica; - 5 serviços de estruturação das Salas dos Servidores; - 3 serviços de diagnóstico/pesquisa de clima organizacional; - 197 divulgações de informações sobre as ações de Qualidade de Vida no Trabalho (Jornal da QVT, Informes, Boletins Informativos, reuniões com servidores, etc.) 	360

ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO

As ações de capacitação adotadas pelo IFRN estão norteadas pela Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, aprovada pela Resolução nº 34/2019-CONSUP/IFRN e homologada pela Resolução nº 39/2019-CONSUP/IFRN, que tem como alguns de seus objetivos: promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação do IFRN; estabelecer objetivos e metas institucionais, tendo como referência o PDI, para o planejamento das ações de desenvolvimento; nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência; preparar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos ao IFRN; e ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores.

Essa Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN tem como norte a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, regulamentada através do Decreto nº 9.991/2019, assim como a Instrução Normativa nº 201/2019, que dispõe sobre os critérios e procedimentos específicos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, pelos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec).



Nesse sentido, cumpre ressaltar que o ano de 2019 foi fundamental para a consolidação das estratégias de capacitação adotadas pelo IFRN, apesar das mudanças impostas pelos normativos apresentados pelo Governo Federal neste âmbito. Em decorrência dessas novas regulamentações na área de desenvolvimento de pessoal, o IFRN aprovou, no mês de outubro de 2019, o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN para o ano de 2020, apresentando, através desse documento, as necessidades de desenvolvimento dos servidores, assim como o planejamento das ações a serem ofertadas pela Instituição. Esse documento foi elaborado coletivamente, contemplando as demandas de qualificação dos servidores em termos de educação formal, identificadas pela DIGPE através de enquete no Suap realizada no primeiro semestre de 2019, assim como as demandas apresentadas como resultado do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento de Pessoas, feito por meio de preenchimento de formulário eletrônico, em que os *campi* (representados por suas Direções-Gerais, Direções Acadêmicas, Diretorias de Administração e Coordenações de Gestão de Pessoas) e a Reitoria (representada por suas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas) registraram demandas de aperfeiçoamento relevantes para servidores docentes, técnicos-administrativos e gestores, considerando sempre a necessidade de observância aos Objetivos Estratégicos previstos no PDI-IFRN.

Assim sendo, a DIGPE, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (Codepe), é responsável pela coordenação, planejamento, controle e avaliação de todas as ações de desenvolvimento de pessoal. Em conjunto com os setores de gestão de pessoas dos *campi*, operacionaliza as ações com a execução de eventos locais e externos, sejam de capacitação ou acadêmicos. Em 2019, foi implantada a metodologia de projetos para planejamento das ações de capacitação e aperfeiçoamento nos *campi* do IFRN. Com base nisso, os *campi* submeteram seus respectivos projetos ao Edital nº 01/2019-CODEPE/DIGPE/RE, os quais foram avaliados por uma comissão multiprofissional à luz de critérios que favoreciam a construção coletiva do planejamento das ações por meio de comissões locais, o uso de instrumentos de levantamento de necessidades de desenvolvimento, a realização de eventos locais, em detrimento de eventos externos, a participação do maior número de servidores possível nas ações de desenvolvimento de pessoas, além da previsão de acompanhamento e monitoramento do recurso destinado a esta finalidade, entre outros aspectos.

No âmbito da Reitoria, as Pró-Reitorias, Assessorias e Diretorias Sistêmicas, da mesma maneira, planejaram suas ações, de modo a atender, além dos servidores em exercício nessa Unidade, aqueles que se encontram lotados nas unidades descentralizadas, mas com atuações vinculadas a sistêmico. Tais ações foram publicadas em um Caderno de Aperfeiçoamento Sistêmico que foi divulgado previamente aos servidores, contemplando conteúdo programático, carga horária, número de servidores a serem atendidos e datas previstas, no intuito de que estes pudessem programar sua participação nas ações com antecedência.

Infelizmente, o ano de 2019 também foi marcado pelo bloqueio de recursos orçamentários destinados à capacitação, o que, no âmbito do IFRN, representou uma diminuição percentual de 75% do total do recurso previsto para esta destinação. O impacto dessa decisão de gestão foi o cancelamento de muitas das ações que estavam planejadas para o ano, além da não formalização de novos convênios com foco na qualificação dos servidores. Em que pese, o recurso tenha sido desbloqueado antes do fim do ano, a execução das ações previstas foi comprometida em todas as frentes de atuação ligadas a capacitação. De maneira a otimizar o recurso não executado, a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e a Diretoria de Gestão de Pessoas optaram por utilizar parte do recurso na contratação de empresa para subsidiar o Mapeamento de Competências na Instituição, tendo em vista que tal ação é meta estabelecida no PDI e ação indicada como diretriz no Decreto nº 9.991/2019.

CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS

NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS	993 servidores
TOTAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO	5.376 horas
CUSTOS DE CAPACITAÇÃO	R\$ 2.900.000,03

PRINCIPAIS PROGRAMAS

Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN):

- Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Software;
- Convênio no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática.

Convênio UFPE:

- Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado nas áreas de Linguística e Teoria da Literatura.

Convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN):

- Programa de Pós-Graduação em Educação;
- Programa de Pós-Graduação em Ensino;
- Programa de Pós-Graduação em Letras;
- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas;
- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais.

Convênio com a Universidade do Minho:

- Doutorado (Escolas de Educação, Ciências Sociais, Engenharias e Ciências);
- Mestrado (Educação).

Ações de aperfeiçoamento com a oferta de cursos externos.

Ações de aperfeiçoamento através da promoção de cursos ofertados pela própria Instituição.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<ul style="list-style-type: none">• Realizar o mapeamento de competências dos cargos e servidores do IFRN;• Realizar os provimentos necessários devido ao Governo Federal ter relacionado tal ação ao orçamento do órgão e não necessariamente ao dimensionamento de cargos das instituições ou a disponibilidade de código de vaga;• Realização de concurso público para provimento dos códigos de vagas desocupados;• Disseminar a Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, considerando a mudança de cultura necessária para realização das ações de desenvolvimento de pessoas de acordo com o que prevê o Decreto nº 9.991/2019;• Promover a atualização dos documentos de instrução processual e dos <i>check-lists</i> procedimentais no sistema Siape, referentes aos processos de aposentadoria e pensão civil, após a publicação da Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência);• Promover orientação personalizada ao servidor que está em transição para aposentadoria (voluntária ou por incapacidade) em relação aos aspectos legais, impactos sociais, psicológicos e financeiros advindos do processo;• Promover uma melhor comunicação sobre previdência ao servidor empossado na Instituição;• Ampliar a efetividade dos projetos de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho.	<ul style="list-style-type: none">• Alinhar a elaboração do PDP para o ano de 2021, buscando ofertar ações de desenvolvimento com foco nas competências mapeadas;• Atualizar o portal do IFRN, no tocante às temáticas afins à Coordenação de Administração de Pessoal, visando melhorar a comunicação com o servidor ativo em transição para aposentadoria, com o servidor aposentado e com os gestores de pessoal dos <i>campi</i>;• Planejar ações de suporte aos servidores em transição para aposentadoria (voluntária ou por incapacidade) em parceria com a Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor;• Elaborar cartilha educativa sobre previdência direcionada ao novo servidor;• Aprimorar os indicadores e metodologia dos projetos de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho.



5.4 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

O IFRN atende aos requisitos legais para execução de suas licitações e contratos, sendo os principais normativos os que seguem: Leis nº 8.666/93, nº 10.520/2002 e nº 12.462/2011; Lei Complementar nº 123/2006; Decretos nº 7.892/2013; diversas Instruções Normativas editadas pela SLTI, a

exemplo da mais recente, que trata das contratações de serviços continuados, ou seja, IN nº 05/2017. Quanto aos órgãos de controle, são editados normativos, a exemplo de Acórdãos (TCU) e Portarias (AGU), muitas vezes no sentido de esclarecer dúvidas a respeito das interpretações legais.

PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS

Gastos por finalidade¹

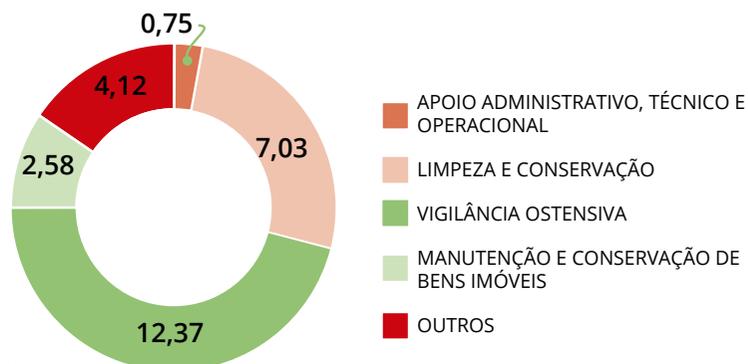


¹despesas liquidadas somando restos a pagar pagos no exercício, excluído despesas de pessoal e benefícios.

Principais gastos por tipos de despesas



Locação de mão de obra (em R\$ milhões)



PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALORES GASTOS EM 2019 (R\$)
Funcionamento/ unidade administrativa	Apoio administrativo, técnico e operacional	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	12.368.782,88
	Manutenção e conservação de bens imóveis (339039-16)		8.432.317,87
	Limpeza e conservação		7.031.357,94
Assistência ao estudante	Fornecimento de alimentação	Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes	1.334.263,98
Funcionamento/ unidade administrativa	Aquisição de material de consumo	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	6.077.191,16
	Vigilância ostensiva		4.120.049,78
	Manutenção e conservação de bens imóveis (339037-04)		2.583.814,32
	Aquisição de combustíveis		857.977,20
Capacitação de Servidores	Passagens aéreas	Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional e com as demandas acadêmicas e administrativas	582.640,70
Tecnologia da Informação	Locação de <i>softwares</i>	Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da Instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap)	991.530,58
Funcionamento/ unidade administrativa	Passagens aéreas	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	348.271,35
	Manutenção e conservação de veículos		667.079,11
	Locação de máquinas e equipamentos		637.499,30
	Serviços gráficos e editoriais		367.557,32
	Serviços de copa e cozinha		731.615,95
	Serviços técnicos profissionais		221.054,09
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		742.251,53
	Produção industrial		661.498,39
	Serviços de telecomunicações		238.290,66
	Seguros em geral		329.518,03
	Serviços gráficos editoriais		367.557,32
	Serviços de áudio, vídeo e foto		399.391,96
	Tecnologia da Informação		Comunicação de dados e redes em geral

CONTRATAÇÕES DIRETAS

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALORES GASTOS EM 2019 (R\$)
Funcionamento/unidade administrativa	Serviços técnicos profissionais	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	577.266,19
	Aquisição de seleção e treinamento		5.122.272,41
	Serviços de água e esgoto		996.508,52
	Serviços de energia elétrica		7.082.174,28
Capacitação de Servidores	Passagens aéreas	Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional e com as demandas acadêmicas e administrativas	652.500,75
Funcionamento/unidade administrativa	Serviços de apoio ao ensino	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	3.876.203,71
	Apoio administrativo, técnico e operacional		185.511,06
	Vigilância ostensiva		507.843,95
	Assinaturas de periódicos e anuidades		335.507,73
Assistência ao estudante	Mercadorias para doação e material destinado a assistência social	Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes	1.275.009,73



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<p>LICITAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança periódica da legislação; • Ampliar a capacitação dos servidores em virtude da constante atualização da legislação, inclusive por força de acórdãos do TCU; • Risco de sofrer processos de apuração de responsabilidade; • Necessidade da implantação de um setor de compras; • Dificuldade de contato com os fornecedores durante as sessões públicas dos pregões, o que torna a licitação mais demorada do que deveria; • Necessidade de padronização dos processos, mesmo compreendendo as peculiaridades de cada <i>campus</i>; • Necessidade da realização de reuniões, pelo menos semestralmente, com a Pró-Reitoria de Administração, para conhecimento das ações afeitas à Dilic; • Valorização dos servidores que atuam como pregoeiros, tendo em vista a grande responsabilidade que assumem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Catalogação e divulgação de processos de referência para servirem de exemplo; • Corrigir o grande número de aquisições e contratações de mesma natureza (padronização); • Implementação de uma função de apoio à gestão, para questões jurídicas específicas do setor; • Implementação de um calendário permanente de capacitação para a equipe; • Fomento à inclusão de FG para servidores que se invistam na função de pregoeiros; • Evitar o grande número de aquisições e contratações de mesma natureza.
<p>CONTRATOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar a Proad e implementar a gestão sistêmica de contratos, integrando Reitoria e os <i>Campi</i>; • Revisar os contratos conforme ocorram alterações no orçamento da Instituição; • Fomentar o uso de TI para o gerenciamento de contratos; • Adequar as atividades de fiscalização da execução contratual; • Manter uma padronização de entendimento e procedimentos num órgão do extenso como o IFRN. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir o setor de contratos na estrutura administrativa da Proad; • Otimizar os serviços e adequar os gastos para uma realidade de maior restrição orçamentária; • Aperfeiçoar o módulo Contratos no Suap; • Ajustar a gestão de contratos institucionalizando as competências da fiscalização técnica, administrativa, setorial e público usuário; • Utilizar a tramitação totalmente eletrônica, inclusive as assinaturas das empresas contratadas, dispensando os meios convencionais como envio pelos correios e emissão de papel.

5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Com relação à gestão do patrimônio institucional, o IFRN cumpre toda a legislação vigente quanto à aquisição via certames licitatórios, em cumprimento à Lei nº 8.666/1993 e demais normativos. Para efetivar o controle patrimonial, a Instituição dispõe de módulo no Suap que acolhe o registro de todos os itens com os respectivos tombamentos, depreciações, transferências e baixas. A conciliação desses registros é realizada mensalmente, com os saldos registrados no Siafi.

Em relação à gestão de infraestrutura, o IFRN, ao desenvolver seus projetos arquitetônicos, adota critérios de sustentabilidade, em obediência ao disposto na Lei 8.666/1993, especialmente às alterações inseridas pela Lei nº 12.349/2010, a qual adicionou o desenvolvimento nacional sustentável como uma das finalidades da licitação, sendo ele incluído como diretriz governamental. Segue priorizando as contratações públicas sustentáveis, conforme Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Fundamenta-se, ainda, nas diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais normas vigentes.

Com relação aos orçamentos dos projetos, estes são preparados de acordo com o disposto no Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. No tocante à gestão da infraestrutura, o IFRN visa garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, normatizada pelo Decreto nº 5.296/2004. Além disso, todos os projetos são elaborados de acordo com as normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente a NBR 9050, que tem como foco a acessibilidade quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Tipo de investimento: OBRA - Valor investido em 2019: R\$ 4.781.542,95

DESCRIÇÃO

- Construção do *Campus* Avançado de Jucurutu;
- Reajuste contratual e aditivo de valor para a obra de construção de quadra coberta no *Campus* Natal-Cidade Alta;
- Aditivo de valor para a obra de ampliação e reformas de salas administrativas do *Campus* Mossoró;
- Reconstrução de muro no *Campus* Currais Novos;
- Aditivo de valor para a obra de construção de cinco salas no *Campus* Apodi;
- Aditivo de valor para a obra de recuperação do piso do ginásio e do deck da piscina do *Campus* Macau.

BENEFÍCIO ESPERADO

- Construção de um *Campus* Avançado visando atender ao município de Jucurutu e região;
- O aditivo contratual de valor teve por objetivo acrescentar o fechamento do ginásio em alvenaria, com a inserção de arquibancadas e melhoria do acesso, visando melhorar a prática de atividades esportivas pela comunidade do *Campus* Natal-Cidade Alta;
- O aditivo contratual do contrato do *Campus* Mossoró visou o ajuste nos quantitativos do projeto, especialmente dos itens de instalações elétricas. A obra tem por objetivo melhorar os ambientes administrativos utilizados pelos servidores, uma vez que o *campus* teve um aumento de funcionários em seu quadro nos anos anteriores;
- A reconstrução do muro do *Campus* Currais Novos foi uma obra de emergência, em virtude de queda de parte da parede causada pelas fortes chuvas que ocorreram no primeiro semestre do ano;
- O aditivo de valor para as cinco salas do *Campus* Apodi deveu-se a correções no quantitativo de concreto armado utilizado na obra, ao acréscimo de movimento de terra para o nivelamento e a pequenos ajustes no projeto arquitetônico (como alterações no revestimento cerâmico e na sala de música, para melhorar a acústica). A obra e suas adequações têm por objetivo a melhoria no ambiente acadêmico, especialmente para as aulas de música;
- O aditivo de valor à obra de recuperação do piso do ginásio e do deck da piscina do *Campus* Macau objetivou aumentar a área de substituição do piso para toda a região ao redor do ginásio, bem como aos acessos.

Tipo de investimento: EQUIPAMENTOS - Valor investido em 2019: R\$ 9.421.715,52

- Em 2019, o IFRN empenhou o montante de R\$ 9.421.715,52 com aquisição de equipamentos (excluindo o valor empenhado para aquisição de veículos). Desse total, equipamentos de TI correspondem a maior parcela do investimento com 25%, mobiliário geral em segundo com 23%, seguido de máquinas e equipamentos energéticos com 19%.

Tipo de investimento: VEÍCULOS - Valor investido em 2019: R\$ 3.006.006,03

- Em 2019, o IFRN empenhou o montante de R\$ 451.548,00 na aquisição de veículos para a repor a frota e o montante de R\$ 2.554.458,03 com a aquisição de combustíveis e manutenção preventiva e corretiva veicular.

AValiação dos Impactos dos Investimentos de Capital

OBJETIVO ESTRATÉGICO	IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	AValiação do Custo-Benefício dos Investimentos Realizados
Promover o planejamento, a execução e o controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física (Macroprocesso: Gestão de obras civis).	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço seguro para promoção de práticas esportivas; • Melhoria das condições de segurança das estruturas metálicas das áreas de vivência e ginásios; • Ambiente estruturado para atender satisfatoriamente aos cursos técnicos; • Melhoramento das condições de salas de aula, administrativas e dos laboratórios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na qualidade dos resultados esportivos e qualidade de vida de alunos; • Promoção da socialização e maior interação entre os alunos; • Boas condições para capacitação de novos alunos do IFRN; • Bom andamento das aulas práticas e desenvolvimento de projetos de pesquisa.
Desenvolver e fortalecer ações de infraestrutura para promoção da sustentabilidade ambiental (preservação ambiental e eficiência energética), em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão (Macroprocesso: Sustentabilidade socioambiental).	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento na produção de energia fotovoltaica pelo IFRN; • Tratamento de esgoto e águas servidas de forma adequada, atendendo à legislação vigente; • Aumento da capacidade de captação das águas pluviais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Economia no custo das tarifas com energia elétrica, redução das emissões de gás carbônico na atmosfera; • A legislação vigente foi cumprida e os líquidos tratados foram usados na irrigação de plantas; • Garantia do abastecimento contínuo de água.
Estabelecer as diretrizes gerais para atendimento da legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica (Macroprocesso: Acessibilidade arquitetônica).	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia do atendimento às normas de acessibilidade realizadas dentro das obras executadas nos <i>campi</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a Lei nº 10.098/2000 e a NBR 5090.
Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades (Macroprocesso: Gestão orçamentário-financeira).	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da reserva técnica para atender parte da demanda dos <i>campi</i> com aquisição de material permanente; • Melhoria nas condições de uso de salas de aula, setores médicos, laboratórios, salas administrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conforto e melhor qualidade na oferta educacional com uma infraestrutura física mais moderna; • Renovação de parte dos equipamentos de informática (computadores e impressoras, por exemplo); • Melhoria na estruturação para os serviços médicos odontológicos ofertados aos discentes; • Garantia dos equipamentos necessários ao funcionamento das novas edificações (salas de aula no <i>Campus</i> Natal Cidade Alta e <i>Campus</i> Avançado Jucurutu).
Promover o planejamento, adequação e atualização material e tecnológica para atividades acadêmicas e administrativas (Macroprocesso: Gestão de materiais e compras).		

LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

O IFRN não dispõe de locações de imóveis. Os imóveis utilizados foram doados ou estão cedidos pelos entes federativos. Em relação a equipamentos locados, a Instituição dispõe apenas de ilhas de impressão, com a locação de impressoras, objetivando reduzir gastos com manutenção de impressora e tonner.

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Não houve desmobilização ou desfazimento de ativos em 2019.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<p>PATRIMÔNIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a movimentação de patrimônio, através das requisições de transferências; • Manter atualizado os termos de responsabilidade dos servidores responsáveis por carga patrimonial; • Inventariar bens permanentes diversos que, por vezes do descuido do responsável, acabam tendo a localização incerta; • Colaborar com os trabalhos da comissão inventariante a fim de que possam executar os desígnios de portaria a contento da administração; • Registrar os itens pela numeração do tomo atribuída no momento de entrada do material e distribuir para os setores solicitantes conforme plano de aquisições. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir junto ao sistema informacional do órgão um mecanismo de controle mais eficaz quanto à responsabilidade atribuída aos servidores que detém carga patrimonial; • Aperfeiçoar a modalidade de aquisição de bens permanentes, colocando o endereço de entrega como sendo o do próprio <i>campus</i> de recebimento a fim de desafogar, ou desobstruir, o depósito da Reitoria, visto que esta não é uma unidade central de distribuição, apesar de assumir este comportamento em casos específicos; • Elaborar uma sistemática, por meio de cronograma, para que sejam loteados os itens ociosos enquanto aguardam a baixa num período trimestral, ou de acordo com o tipo de material, ou de acordo com o valor do bem; • Atender as demandas de incorporação de materiais doados por outros CNPJs de acordo com a legalidade, objetivando o bom funcionamento das instalações da rede de ensino do IFRN de acordo com os projetos a que se destinam.
<p>INFRAESTRUTURA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura existente; • Garantir a acessibilidade de edificações mais antigas; • Padronizar os procedimentos relativos à gestão da infraestrutura; • Garantir edificações mais eficientes e sustentáveis; • Definir diretrizes e critérios para se determinar as obras e serviços a serem executados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Executar o projeto estratégico dos Planos de Manutenção das unidades; • Captar recursos e realizar as obras e adequações de acessibilidade necessárias; • Executar os projetos estratégicos de uso eficiente da água e de energia; • Executar o projeto estratégico de elaboração dos planos diretores das unidades.

5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A área de Gestão de Tecnologia da Informação possui diversos mecanismos de conformidade legal, especialmente no que diz respeito ao processo de contratação de tecnologia da informação. Ainda cabe destacar leis e decretos específicos que não são diretamente relacionados à TI, mas que ensejam o desenvolvimento de soluções tecnológicas que deem suporte aos processos meio e fim da Instituição.

Em 2019, houve a consolidação do processo eletrônico para atendimento ao disposto no Decreto nº 8.539/2015. Com um total de 141.421 processos eletrônicos existentes, o IFRN passou a atender aos elementos dispostos no âmbito do referido Decreto, além de ganho de produção e eficiência na tramitação dos processos.

Em relação ao Decreto nº 8.777/2016, que estabelece a política de dados abertos do Governo Federal, cabe destacar a efetiva implantação do portal de dados abertos do IFRN (dados.ifrn.edu.br), em uma ação de transparência ativa por parte da Instituição. Nesse contexto, foi desenvolvida ferramenta para atualização automática do portal, o que reduz a necessidade de intervenção humana e garante acesso contínuo e atualizado aos dados definidos no Plano de Dados Abertos da Instituição.

Por fim, no que diz respeito a processos de licitação, destacamos a realização dos processos de aquisição com base na Instrução Normativa nº 01/2019, que dispõe sobre os processos de aquisição de ativos e serviços de TIC no âmbito do Executivo Federal. Depois de ações de capacitação e organização dos processos, o IFRN agora atende integralmente os dispostos na respectiva normativa.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O PDTI do IFRN foi construído para atender ao período de 2011 a 2015. A sua construção se deu com base em um diagnóstico realiza-

do com a participação de todas as coordenações de TI dos *campi*, e a partir de um levantamento de necessidades apontadas pelos usuários através de requisições enviadas diretamente à DIGTI ou através dos Planos Anuais de Ações, documento esse que faz parte do modelo de planejamento do IFRN. O Plano de Desenvolvimento Institucional também foi tomado como base para a construção do PDTI, uma vez que foram estudadas as implicações para a infraestrutura de TI de novas demandas que estavam previstas no PDI. No ano de 2018, foi dada continuidade à análise situacional do PDTI, em relação às ações desenvolvidas para permitir o processo de revisão, considerando o PDI vigente e as demandas de governança em tecnologia da informação.

Em 2019, foi dado prosseguimento ao processo de revisão do PDTI, tomando como base o momento institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano de Ação 2016-2020. O PDTI será todo informatizado, para acompanhamento via sistema de gestão da Instituição, possibilitando mais transparência às ações de investimentos em TI. Além disso, o PDTI possuirá todos os elementos constantes do PETI. Após parecer inicial e considerações por parte dos membros do Conselho Superior, o PDTI foi retornado para análise, passando por nova revisão para inclusão de seção específica para tratar do Plano de Capacitação de Servidores de TI do IFRN.

No mês de julho, foi feita uma reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) para aprovação do Plano Anual de Contratações (PAC), em conformidade com a IN nº 01/2019. Cabe destacar, também, a dificuldade na realização das reuniões em virtude do caráter e da composição do Comitê, uma vez que as ações planejadas ao longo do ano sofrem incerteza em relação à disponibilidade financeira. Para 2020, em alinhamento ao Decreto nº 8.638/2016, está prevista a criação do Comitê de Governança Digital, que deverá ser submetida ao Conselho Superior.

No que diz respeito à força de trabalho, a TI do IFRN conta com um total de 104 pessoas, sendo 83 servidores (ocupantes de cargos, tais

como analistas, professores, técnicos e assistente em administração) e 21 estagiários. Essa equipe encontra-se distribuída entre as Coordenações/ Diretoria de Tecnologia da Informação dos *campi* e a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação na Reitoria.

Em média, cada *campus* possui 2 a 3 servidores, na maioria técnicos da área de TI, excetuando-se o *Campus* Natal-Zona Leste, que possui 4 servidores lotados na Coordenação de TI; e o *Campus* Natal-Central, que possui 6 servidores lotados na Diretoria de Tecnologia da Informação. Na Reitoria, nas duas Coordenações de TI, temos um total de 31 pessoas. Em 2019, os *Campi* Canguaretama e São Paulo do Potengi foram contemplados com mais um Técnico de Tecnologia da Informação, e apenas o *Campus* Macau conta com um único servidor na área. Essa falta decorre da não composição dos quadros de alguns *campi*, bem como de exonerações que ainda não foram respostas com concurso público. Portanto, todos os servidores que compõem a força de trabalho de TI do IFRN são servidores da Instituição. O IFRN não possui nenhum contrato de prestação de serviço na área de TI que contenha fornecimento de mão de obra.

É importante ressaltar que, por ter toda sua força de trabalho composta por servidores da Instituição e por ter a cultura de implementar os serviços de TI com a sua própria mão de obra, o IFRN conta com pouquíssima dependência de empresas externas para manter os serviços de TI em funcionamento. Evidentemente, existe a dependência em virtude de utilizar equipamentos que possuem garantia e suporte apenas do fabricante. Nesses casos, como se trata de serviços altamente especializados, nos quais os próprios fabricantes detêm a tecnologia, não é possível mitigar essa dependência pois, pela própria característica e complexidade dos equipamentos de TI, qualquer que seja o fabricante contratado, essa dependência vai continuar existindo.

O IFRN tem-se utilizado principalmente das capacitações oferecidas pela Escola Superior de Redes da RNP. Em virtude de um contrato negociado entre o FORTI, contando com aporte financeiro da Setec, todos os Institutos Federais recebem uma cota de vagas nos cursos da RNP, que podem ser pagos totalmente ou parcialmente por esse referido contrato. Dessa forma, anualmente, aguardamos a liberação do quantitativo de vagas e distribuímos entre os técnicos dos *campi*, utilizando como critério principal o equilíbrio de conhecimento técnico e de participação em cursos. Em 2019, foi mantido o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Infraestrutura e Rede, e estabelecidos critérios para ocupação das vagas oferecidas nesse



tipo de convênio. Além disso, foram ofertadas duas capacitações em Natal, para os cursos de “Gerenciamento de Serviços” e “Fundamentos de ITIL”, o que permitiu qualificar 14 servidores. Também foram atendidos outros 8 servidores que fizeram cursos em outros estados.

Em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, foi executado, em 2019, um curso de capacitação para uso do Suap, que contemplou 42 servidores, que foram capacitados na operação de documentos e processos eletrônicos, além das funcionalidades gerais do Suap. Os demais cursos previstos não foram ofertados em função do contingenciamento orçamentário que, quando revisto, inviabilizou a execução.

Os serviços de TI no IFRN são gerenciados em dois níveis: locais e sistêmicos. Os serviços de TI locais são aqueles oferecidos e gerenciados pelas coordenações de TI de cada unidade (*Campi* e Reitoria) para seus usuários locais. Englobamos nesses serviços aqueles de perfil eminentemente local, tais como, serviço de armazenamento de arquivos institucionais, serviço de impressão, serviço de monitoramento por câmeras de vigilância etc. Por outro lado, os serviços de TI sistêmicos são aqueles oferecidos a todos os usuários indistintamente, independentemente da lotação. Esses serviços são gerenciados pela Diretoria de Gestão de TI, através de sua Coordenação de Infraestrutura e Redes e através de sua Coordenação de Sistemas de Informação. São exemplos desses serviços: o e-mail institucional; o Suap; o Portal do IFRN; e a disponibilização de servidores para projetos acadêmicos ou *sites* de projetos e eventos institucionais.

O gerenciamento e a manutenção desses serviços são feitos pelos equipamentos de TI dos *campi* e da Reitoria, utilizando a Central de Serviço de TI do IFRN como ferramenta de contato com os usuários. Nela, é possível que os atendimentos sejam iniciados por equipes locais e, dependendo do nível ou da complexidade do atendimento, possam ser escalados para nível superior. Todos os atendimentos são rastreados e contam com medição de tempo máximo de atendimento, com classificação e com a avaliação final do usuário.

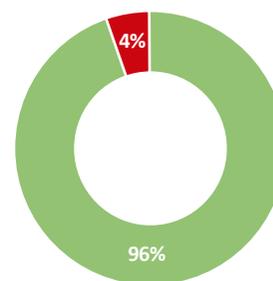
A gestão do processo de desenvolvimento de módulos do Suap foi ainda mais aperfeiçoada com a consolidação do módulo de Demandas, sendo agora todas as solicitações de desenvolvimento controladas e acompanhadas via Sistema, que inclui o debate com os clientes das áreas de negócio, liberação de versões de teste e controle das funcionalidades desenvolvidas e implementadas.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI:

Grupo de Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago de RP em 2019
Investimento	3.033.515,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custeio	4.957.368,15	R\$ 484.444,06	R\$ 3.240.728,62
Total	R\$ 7.990.883,15	R\$ 484.444,06	R\$ 3.240.728,62

Fonte: Tesouro Gerencial.

GASTOS DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO



- Promover a ampliação e a atualização material e lógica das tecnologias da informação.
- Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Administração (Suap).

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI:

Nº Contrato/ Empenho	Objeto do contrato	Valores pagos em 2019
111/2015	Serviço ampliação e manutenção de rede de cabeamento.	R\$ 1.609.115,79
059/2017	Fornecimento de licença de uso de <i>softwares</i> Microsoft na modalidade Enrollment for Education Solutions (EES) para atendimento das necessidades do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.	R\$ 347.533,58
112/2016	Serviço de Link Secundário de Internet	R\$ 180.000,00
158/2017	Contratação da SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL para a prestação de serviços de manutenção dos datacenters da Instituição, com fornecimento de peças e serviços.	R\$ 460.533,33

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
<p>Promover a ampliação e a atualização material e lógica das tecnologias da informação (Macroprocesso: Infraestrutura lógica e redes).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação do projeto estratégico de Contratação do <i>Desktop Virtual</i>, com a aquisição de licenças e equipamentos de datacenter, o que permite a oferta de 600 máquinas virtuais simultâneas; • Investimento de projetos de cabeamento estruturado da ordem de R\$ 1.666.558,36, que permitiu a renovação de ambientes acadêmicos e administrativos e recuperação da estrutura de <i>backbone</i> dos <i>campi</i> do IFRN; • Atendimento de chamados em Central de Serviço, com 20.402 chamados abertos ao longo de 2019 e atendidos pelos diversos <i>campi</i> do IFRN; • Manutenção e sustentação dos serviços de TIC do IFRN, variando da rede sem fio aos laboratórios didáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria nos serviços prestados pela área de Tecnologia da Informação, com resultados de satisfação dos chamados classificado como excelente em 92,20% dos casos; • Índice de disponibilidade de rede mantido no patamar de 99% com o uso do <i>link</i> redundante.
<p>Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da Instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) (Macroprocesso: Sistemas de informação).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação do módulo de Processos e documentos Eletrônicos do Suap, em atendimento ao Decreto nº 8.539/2015; • Implementação do novo módulo de Planejamento Estratégico, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026; • Estruturação do modelo de priorização de demandas do Suap; • Evolução dos módulos do Suap para melhoria dos processos institucionais; • Estruturação do programa de Transformação Digital da Rede Federal, com liderança do IFRN. 	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização das rotinas administrativas e acadêmicas do IFRN, com evolução dos módulos existentes e implementação de novas funcionalidades.
<p>Fortalecer a política de governança em tecnologia da informação (Macroprocesso: Governança em tecnologia da informação).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do processo da política de capacitação, com oferta de cursos internos e integrados a RNP e a Escola Nacional de Administração Pública, com público alvo atingido de mais 40 servidores. • Realização de reuniões <i>on-line</i> para definição e alinhamento das ações de Tecnologia da Informação do IFRN. • Estruturação das ações de contratações alinhadas a IN nº 01/2019-SGD/ME. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes mais claras para o processo de investimento e delineação de ações para a área de gestão de tecnologia da informação.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

No intuito de manter mecanismos e controles que possibilitem a efetiva proteção dos dados, de informações e de conhecimentos produzidos no IFRN, a DIGTI executa atividades em cooperação com a RNP e instituições da Rede Federal para tratar e responder ameaças no contexto de segurança da informação.

Os incidentes e vulnerabilidades detectados pela RNP na rede acadêmica são registrados em um sistema denominado SGIS (Sistema de Gestão de Incidentes de Segurança), e notificações envolvendo a rede do IFRN são tratadas e respondidas por meio deste sistema. No ano de 2019, a DIGTI tratou e respondeu 129 incidentes e 03 vulnerabilidades via SGIS, sendo os principais incidentes relacionados a *hosts* infectados com *malwares* e violação de *copyright* e ampliação de NTP.

Em colaboração com a RNP, a DIGTI faz parte de um projeto piloto que tem por objetivo a formalização de um Centro de Tratamento e Respostas a Incidentes de Segurança da Informação (CTIR ou CSIRT-Computer Security Incident Response Team). O CTIR/CSIRT é responsável por receber, analisar e responder as notificações relacionadas a incidentes de segurança em computação. A formalização do CTIR tem por objetivo dar respaldo para as atividades realizadas pelo CTIR, como a desativação de máquinas virtuais comprometidas, bloqueio de contas de e-mail, etc.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Estruturar o comitê de Governança Digital juntamente com a conclusão da revisão do PDTI e do PSI;
- Aumentar a capacidade dos *links* de Internet centrais, bem como os de conectividade dos *campi*;
- Elevar a qualificação e capacitação dos servidores de TIC;
- Superar as restrições orçamentárias para manutenção do parque de ativos de TIC do IFRN;
- Adotar tecnologias disruptivas ao processo de gestão de TI.

AÇÕES FUTURAS

- Garantir a execução dos projetos estratégicos do PDI;
- Concluir a revisão do PDTI e do PSI;
- Concluir a implementação do módulo de Planejamento Estratégico;
- Induzir ações na comunidade para colaboração com os programas Suap Academy e Suap LABS;
- Estruturar modelo de negócio para cessão do Suap a órgãos públicos;
- Propor modelo para sustentação de ferramentas para colaboração *on-line*, para atividades acadêmicas e administrativas.

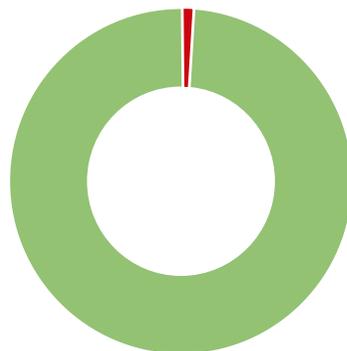


5.7 GESTÃO DE CUSTOS

CONFORMIDADE LEGAL:

Em relação à conformidade, declaramos que o IFRN atua na estreita observância ao sistema de custos do Governo federal, o que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Além disso, apresenta seus resultados, prioritariamente, com base nos sistemas governamentais (Siafi, Tesouro Gerencial, Siape, SIASS) e de administração integrada, como é o caso do Suap.

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO



Áreas finalísticas (Ensino, pesquisa e extensão)

R\$ 5.962.756,00¹

Áreas de apoio (Gestão estratégica, Comunicação e Eventos, Governança, Gestão administrativa, Engenharia e Infraestrutura, Atividades estudantis, Gestão de pessoal, Tecnologia da informação)

R\$ 646.917.998,00²

¹Somatório dos valores alocados nas origens de recursos do ensino, pesquisa e extensão, no plano de ação 2019.

²Diferença entre o total da dotação atualizada e o somatório dos valores alocados nas origens de recursos do Ensino, Pesquisa e Extensão, no plano de ação 2019.

Fonte: Tesouro Gerencial.



ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Programa	Ação	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2080 - Educação de qualidade para todos	20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2.000.923,00	2.000.923,00	2.000.923,00	2.898.951,62	38.278,11	38.278,11
	20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	73.127.970,00	76.047.168,00	73.216.752,00	71.192.119,62	35.097.033,19	34.668.076,68
	2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	20.495.329,00	20.495.329,00	20.495.329,00	20.494.970,96	12.592.620,80	11.667.363,94

Programa	Ação	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total							
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	59.215.000,00	59.215.000,00	67.850.612,00	67.004.094,67	67.004.094,67	67.004.094,67
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	1.156.751,00	1.156.751,00	1.139.259,00	1.139.258,00	1.139.258,00	1.139.258,00
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00

Programa	Ação	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	63.024.000,00	63.024.000,00	65.443.107,00	64.803.323,80	64.803.323,80	64.803.323,80
	20TP - Pessoal Ativo da União	357.917.806,00	357.917.806,00	386.371.998,00	381.855.309,68	381.855.309,68	339.190.319,79
	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	23.323.618,00	23.323.618,00	25.133.533,00	24.153.575,64	24.153.575,64	22.148.401,05
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6.710.856,00	6.710.856,00	7.350.921,00	7.144.187,22	7.144.187,22	6.546.416,97
	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00	2.769.672,18	680.392,57	660.613,56

RELACIONAMENTO ENTRE OS PROGRAMAS E RELEVÂNCIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os programas governamentais apresentados anteriormente, através dos quais o IFRN obteve os recursos utilizados no ano de 2019, estão originalmente previstos na Lei nº 13.249/2016, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. Desse modo, eles estão apresentados também na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019. Os programas dividem-se em dois grandes grupos: 1 - programas de gestão e manutenção e operações especiais; e 2 - programas temáticos. A cada programa, correspondem uma ou mais ações.

Programas de gestão e manutenção e operações especiais:

Programas de gestão e manutenção são descritos no art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual), como aqueles que “expressam e orientam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental”. Já as operações especiais são definidas no art. 4, inciso XII, como “as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações do Governo federal, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”. Os programas utilizados pelo IFRN já foram citados acima:

0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União;

0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais;

0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais;

2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação.

Embora os recursos oriundos desses programas não sejam aplicados nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles relacionados ao atendimento das finalidades legais do Instituto), eles são fundamentais à manutenção da Instituição, uma vez que funcionam como suporte para a execução do programa temático (aquele que atende aos macroprocessos finalísticos). Dentro desses programas, estão incluídas as ações de pagamento de servidores ativos e inativos, bem como de auxílios e benefícios previstos em lei, atendendo ao princípio da legalidade. Essas ações ocu-

pam a maior parte do orçamento institucional e têm influência indireta no cumprimento dos objetivos institucionais, por exemplo, ao subsidiar a força de trabalho que realiza atividades necessárias ao alcance dessas metas. Como exemplos de objetivos alcançados com o apoio indireto desses programas, podemos citar: ministrar educação profissional, ministrar cursos de formação inicial e continuada, fomentar a pesquisa, desenvolver atividades de extensão e ofertar cursos superiores de tecnologia e bacharelado. Dentre as atividades com recursos oriundos dos programas supramencionados, podem ser citadas, por exemplo: o pagamento dos docentes que ministram as aulas; o pagamento dos servidores que trabalham no gerenciamento das ofertas de cursos e no desenvolvimento de ferramentas no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) que auxiliam a gestão de bolsas de pesquisa e extensão.

Além disso, dentro dos programas de gestão e manutenção está inclusa a ação “4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, sendo reconhecidamente umas das forças da Instituição possuir professores e servidores técnico-administrativos bem capacitados. A capacitação permite um melhor conhecimento do seu fazer, por parte dos servidores, garantindo melhores caminhos para a resolução dos problemas, culminando no alcance dos objetivos e finalidades e atendimento do princípio da eficiência.

Programas temáticos:

São descritos no Art. 5º, inciso I, da Lei nº 13.249/2016 (Plano Plurianual), como aqueles que “expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade”. Além disso, os programas temáticos apresentam, dentre outros elementos, um objetivo constituinte. O programa temático com recursos repassados ao IFRN também foi descrito anteriormente:

2080 - Educação de qualidade para todos – O objetivo desse programa está descrito no Plano Plurianual 2016-2019 como “Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo

escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.” Esse objetivo relaciona-se intimamente com os objetivos do IFRN. Seus recursos são empregados diretamente nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles que garantem o ensino, pesquisa e extensão), fomentando suas políticas nessas áreas, além de permitirem as políticas de assistência estudantil e a gestão administrativa do Instituto. É, portanto, o programa cujos recursos apresentam maior versatilidade e heterogeneidade nas despesas.

Por essa razão, vale lembrar as três ações componentes do programa que são aplicadas na Instituição:

20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Seus recursos permitem a ampliação do espaço físico onde são executadas a maior parte das ações institucionais. Ter ambientes agradáveis, seguros e funcionais é um elemento fundamental para atingir os objetivos e finalidades institucionais;

20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Ação mais heterogênea, permite a organização dos processos seletivos para discentes, aquisição de material de consumo e equipamentos utilizados nas aulas e ambientes de apoio, bolsas de tutoria, monitoria e estágio, fomenta as ofertas de cursos de extensão, permite ainda a participação de discentes e docentes em eventos nacionais e internacionais, além de reformas e manutenção dos espaços físicos, dentre outras finalidades, consolidando o alcance de todos os objetivos e finalidades;

2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Permite a compra de equipamentos e materiais de consumo para serem utilizados pelos discentes; a oferta de bolsas de alimentação para estudantes; e, ainda, a realização de aulas externas, dentre outras atividades, melhorando os índices de permanência e êxito discente, garantindo, portanto, a consolidação da oferta de vagas de educação profissional e tecnológica.

ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS:

ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS

PRINCIPAIS DESAFIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades em cumprir a política de execução de 100% dos recursos orçamentários constantes na LOA e liberados pelo MEC via quota limite para execução, devido ao cronograma de liberação de quota limite e o contingenciamento orçamentário; • Execução adequada do orçamento, considerando a liberação de quota limite próxima ao encerramento do exercício.
AÇÕES FUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar o planejamento de aquisições e contratações, para execução do orçamento o mais rápido possível. Quanto mais cedo ocorrerem as aquisições de materiais e a contratação de serviços contados, melhores são as condições para desenvolvimento das atividades, evitando, assim, inscrição de Restos a Pagar para exercícios futuros.

MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

<ul style="list-style-type: none"> • Construção, por parte do setor público, de instrumentos para mensuração de custos e, assim, ter condições de priorizar e cortar ações que precisam ser reforçadas ou descontinuadas; • Manutenção do equilíbrio financeiro do IFRN na perspectiva de indutora de desenvolvimento local, como parte de sua função social.
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar ainda mais os certames licitatórios, com um planejamento mais detalhado e flexível; • Ainda em relação aos certames licitatórios, espera-se aplicar uma melhor especificação do material ou dos serviços a serem contratados e, assim, termos melhores condições para desenvolver as atividades institucionais.

5.8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

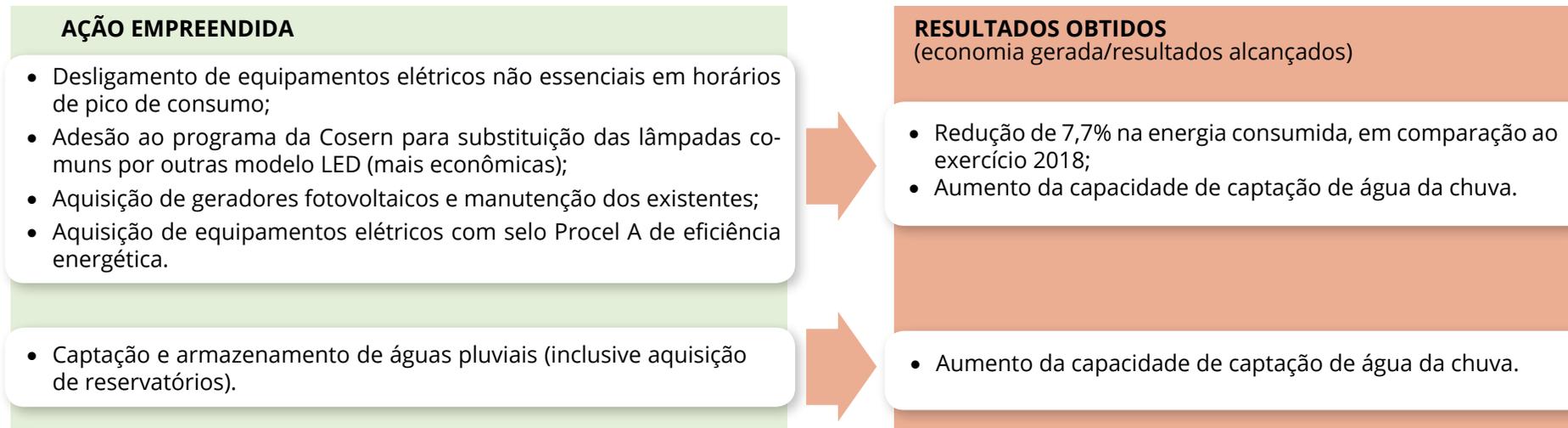
Os critérios de sustentabilidade ambiental adotados são aqueles estabelecidos na legislação, em especial na Instrução Normativa nº 01/2010, com o seu cumprimento em todos os processos licitatórios. Além dessa IN, o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria Geral da União (CGU) é comumente utilizado como base nas licitações por apresentar critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade, trazendo orientações sobre planejamento e avaliação da necessidade de contratações.

Além disso, é realizado um trabalho de orientação junto aos *campi*, para que todos os processos licitatórios obedeçam às normas legais.

Como exemplo, pode-se citar a orientação da necessidade de rigoroso acompanhamento por parte dos fiscais de contratos. Outrossim, é obrigatória a assinatura de declaração de obediência aos critérios de sustentabilidade ambiental como parte da apresentação de proposta por empresa licitante, sendo essa declaração disponibilizada no ato da publicação. Ressalta-se, ainda, que, de acordo com a legislação, cabe aos setores demandantes definir os critérios de sustentabilidade, de acordo com as peculiaridades dos bens a serem adquiridos ou serviços prestados, sempre com as orientações da Diretoria de Licitações.



AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS:



REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

Resíduo poluente	Resultados obtidos (redução alcançada/economia gerada)
<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos como pilhas, baterias e resíduos eletrônicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Coleta e destinação adequada de resíduos perigosos para o meio ambiente, conforme Resolução Conama nº 401/2008, Lei nº 12.305/2010 e demais normativos.
<ul style="list-style-type: none"> Resíduos hospitalares. 	<ul style="list-style-type: none"> Acondicionamento adequado e contratação de empresas para transporte e destinação corretos de resíduos hospitalares, garantindo a segurança, não só da comunidade do Instituto, como também de toda a sociedade.
<ul style="list-style-type: none"> Resíduos comuns. 	<ul style="list-style-type: none"> Separação dos resíduos entre recicláveis e não recicláveis, destinando os recicláveis para a coleta seletiva.
<ul style="list-style-type: none"> Efluentes líquidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição da quantidade de esgoto gerada que infiltra no solo ou vai para a rede coletora, reuso da água em irrigação.

OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

<ul style="list-style-type: none"> execução de compostagem com folhas e material orgânico oriundos dos próprios <i>campi</i>; 	<ul style="list-style-type: none"> reúso de águas pluviais, de condicionadores de ar e de piscina;
<ul style="list-style-type: none"> manutenção de hortas orgânicas em algumas unidades, com aproveitamento dos alimentos e uso para fins didáticos; 	<ul style="list-style-type: none"> redução no uso de materiais descartáveis;
<ul style="list-style-type: none"> aquisição de lixeiras para coleta seletiva em diversas unidades; 	<ul style="list-style-type: none"> racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico.

6

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



6.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR



Cláudio César A. Florencio

Cargo: CONTADOR

CRC nº: 6266-7

Local: NATAL/RN

Data: 23/03/2020

Código da UG: **158155**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) os saldos patrimoniais não refletem a realidade do Órgão, uma vez que ainda estão sendo providenciadas as baixas de bens inservíveis, não localizados e com valores irrisórios, bem como ainda não foram realizados os registros de reavaliação patrimonial;
- b) o saldo da conta Obras em Andamento não corresponde à realidade do Órgão, apesar de que no decorrer deste exercício algumas regularizações foram realizadas;
- c) houve a ausência do registro de obrigações no passivo decorrentes de alguns contratos e de alguns convênios.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PÁG. 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
23/03/2020

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.029.140,00	4.029.140,00	2.188.599,82	-1.840.540,18
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	669.532,00	669.532,00	764.279,20	94.747,20
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	669.532,00	669.532,00	703.279,20	33.747,20
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	61.000,00	61.000,00
Receita Agropecuária	67.781,00	67.781,00	42.945,94	-24.835,06
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	3.249.000,00	3.249.000,00	1.190.005,96	-2.058.994,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.249.000,00	3.249.000,00	1.190.005,96	-2.058.994,04
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	42.827,00	42.827,00	191.368,72	148.541,72
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	14.091,00	14.091,00	28.941,18	14.850,18
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	28.736,00	28.736,00	150.824,52	122.088,52
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	11.603,02	11.603,02



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PÁG. 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMIÇÃO 23/03/2020 PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.029.140,00	4.029.140,00	2.188.599,82	-1.840.540,18
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	4.029.140,00	4.029.140,00	2.188.599,82	-1.840.540,18
DEFICIT			652.720.685,86	652.720.685,86
TOTAL	4.029.140,00	4.029.140,00	654.909.285,68	650.880.145,68
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PÁG. 3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO 23/03/2020 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LÍQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	602.928.613,00	644.065.341,00	639.919.481,35	593.784.214,89	546.395.677,49	4.145.859,65
Pessoal e Encargos Sociais	480.725.687,00	520.224.462,00	513.662.728,15	513.662.728,15	470.302.015,17	6.561.733,85
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	122.202.926,00	123.840.879,00	126.256.753,20	80.121.486,74	76.093.662,32	-2.415.874,20
DESPESAS DE CAPITAL	10.841.158,00	8.815.413,00	14.989.804,33	527.017,45	513.097,45	-6.174.391,33
Investimentos	10.841.158,00	8.815.413,00	14.989.804,33	527.017,45	513.097,45	-6.174.391,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	613.769.771,00	652.880.754,00	654.909.285,68	594.311.232,34	546.908.774,94	-2.028.531,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	613.769.771,00	652.880.754,00	654.909.285,68	594.311.232,34	546.908.774,94	-2.028.531,68
TOTAL	613.769.771,00	652.880.754,00	654.909.285,68	594.311.232,34	546.908.774,94	-2.028.531,68



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PÁG. 4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

EMISSÃO 23/03/2020 PÁGINA 4

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.171.134,02	43.027.627,62	39.633.014,20	38.927.138,20	1.602.963,32	10.668.660,12
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.171.134,02	43.027.627,62	39.633.014,20	38.927.138,20	1.602.963,32	10.668.660,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.082.563,34	17.722.889,73	16.449.562,81	16.372.319,53	301.195,40	3.131.938,14
Investimentos	2.082.563,34	17.722.889,73	16.449.562,81	16.372.319,53	301.195,40	3.131.938,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.253.697,36	60.750.517,35	56.082.577,01	55.299.457,73	1.904.158,72	13.800.598,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	41.123,23	49.464.990,26	49.291.948,26	200.220,81	13.944,42
Pessoal e Encargos Sociais	2.060,78	40.737.359,37	40.736.988,57	-	2.431,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	39.062,45	8.727.630,89	8.554.959,69	200.220,81	11.512,84
DESPESAS DE CAPITAL	1.019,54	591.842,33	590.527,15	2.334,72	0,00
Investimentos	1.019,54	591.842,33	590.527,15	2.334,72	0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	42.142,77	50.056.832,59	49.882.475,41	202.555,53	13.944,42

BALANÇO PATRIMONIAL - PÁG. 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	61.747.280,91	58.478.382,62	PASSIVO CIRCULANTE	133.547.458,60	52.076.741,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	51.206.913,57	49.724.545,86	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	42.273.919,19	40.347.934,02
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.559.696,41	75.651,39	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.053.269,96	5.188.687,57
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	141,96
Estoques	8.949.030,13	8.670.798,98	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	31.640,80	7.386,39	Demais Obrigações a Curto Prazo	90.220.269,45	6.539.977,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE	541.796.371,92	526.039.020,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	51.490,84	25.435,71
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.354,49	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	26.055,13	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.354,49	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	25.435,71	25.435,71
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	133.598.949,44	52.102.176,84
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	469.944.703,39	532.415.225,78
			Resultado do Exercício	-63.872.047,18	-11.463.259,50
			Resultados de Exercícios Anteriores	532.415.225,78	610.484.281,76
			Ajustes de Exercícios Anteriores	1.401.524,79	-66.605.796,48
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	469.944.703,39	532.415.225,78

BALANÇO PATRIMONIAL - PÁG. 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

EMIÇÃO 23/03/2020 PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Imobilizado	541.450.507,88	525.569.952,68			
Bens Móveis	94.635.619,24	101.740.246,29			
Bens Móveis	203.894.478,82	198.381.115,31			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-109.258.859,42	-96.640.868,86			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-0,16	-0,16			
Bens Imóveis	446.814.888,64	423.829.706,39			
Bens Imóveis	454.094.864,86	427.763.518,15			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.279.976,22	-3.933.811,76			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	344.509,55	469.067,32			
Softwares	224.246,11	348.803,88			
Softwares	1.059.987,38	1.043.387,38			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-835.741,27	-694.583,50			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120.263,44	120.263,44			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120.263,44	120.263,44			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	603.543.652,83	584.517.402,62	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	603.543.652,83	584.517.402,62



BALANÇO PATRIMONIAL - PÁG. 3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 3
----------------------	-------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	51.277.090,57	49.794.722,86	PASSIVO FINANCEIRO	121.895.907,19	121.220.718,19
ATIVO PERMANENTE	552.266.562,26	534.722.679,76	PASSIVO PERMANENTE	85.318.574,57	1.885.673,36
			SALDO PATRIMONIAL	396.329.171,07	461.411.011,07

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2019	2018
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	51.390.770,15	67.067.159,62	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	100.726.290,58	98.816.052,86
Execução dos Atos Potenciais Ativos	51.390.770,15	67.067.159,62	Execução dos Atos Potenciais Passivos	100.726.290,58	98.816.052,86
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.664.423,27	976.695,41	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	48.291.547,63	64.655.664,96	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres	931.599,17	644.904,45
Direitos Contratuais a Executar	1.434.799,25	1.434.799,25	Obrigações Contratuais a Executar	99.794.691,41	98.171.148,41
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	51.390.770,15	67.067.159,62	TOTAL	100.726.290,58	98.816.052,86

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-52.726.029,44
Recursos Vinculados	-17.892.787,18
Educação	-9.179.071,74
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-4.234.380,27
Previdência Social (RPPS)	-
Receitas Financeiras	-879.015,16
Operação de Crédito	6.255,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-3.606.576,00
TOTAL	-70.618.816,62

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PÁG. 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	804.911.521,58	753.872.173,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.997.764,37	1.723.566,48
Venda de Mercadorias	42.945,94	32.432,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.954.818,43	1.691.134,48
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.840,19	1.104,52
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.840,19	1.104,52
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	744.890.649,76	749.980.394,54
Transferências Intragovernamentais	735.235.669,85	721.269.617,95
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.654.979,91	28.710.776,59



DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PÁG. 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2019	2018
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	57.379.808,24	1.320.404,62
Reavaliação de Ativos	3.898.713,73	1.253.209,92
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	23.727.022,52	298,71
Ganhos com Desincorporação de Passivos	29.754.071,99	66.895,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	641.459,02	846.703,15
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	641.459,02	846.703,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	868.783.568,76	765.335.432,81
Pessoal e Encargos	479.246.683,62	450.928.629,17
Remuneração a Pessoal	377.599.723,56	353.276.388,87
Encargos Patronais	69.327.242,98	65.595.443,40
Benefícios a Pessoal	32.319.717,08	32.056.796,90
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	67.113.915,26	59.052.968,56
Aposentadorias e Reformas	56.925.127,96	50.031.227,24
Pensões	10.188.787,30	9.021.741,32
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	95.389.953,31	103.178.876,39
Uso de Material de Consumo	9.225.532,27	9.659.106,71
Serviços	67.289.670,55	76.876.908,95
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.874.750,49	16.642.860,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.111,81	3.523,16
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.111,81	3.523,16
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-



DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - PÁG. 3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 3
----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORÇÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2019	2018
Transferências e Delegações Concedidas	92.779.200,69	126.068.901,77
Transferências Intragovernamentais	84.323.330,90	97.313.550,54
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	56.720,00	56.720,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	8.399.149,79	28.698.631,23
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	123.100.604,50	14.022.583,43
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	10.508.349,43	2.953.650,69
Perdas com Alienação	21.006,70	-
Perdas Involuntárias	316.018,88	345.173,36
Incorporação de Passivos	112.014.168,58	-
Desincorporação de Ativos	241.060,91	10.723.759,38
Tributárias	117.797,88	248.715,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46.990,26	12.861,63
Contribuições	70.807,62	235.853,59
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.033.301,69	11.831.235,11
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.028.139,20	11.816.817,88
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.162,49	14.417,23
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-63.872.047,18	-11.463.259,50

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2019	2018

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PÁG. 1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 1
----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.958.311,84	62.841.577,89
INGRESSOS	740.001.085,92	725.072.146,49
Receitas Derivadas e Originárias	2.188.599,82	2.023.637,43
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	764.279,20	590.792,24
Receita Agropecuária	42.945,94	32.536,39
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.190.005,96	1.097.923,60
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	191.368,72	302.385,20
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	737.812.486,10	723.048.509,06
Ingressos Extraorçamentários	2.024.980,79	1.234.677,55
Transferências Financeiras Recebidas	735.235.669,85	721.269.617,95
Arrecadação de Outra Unidade	511.281,48	544.213,56
Demais Recebimentos	40.553,98	-
DESEMBOLSOS	-721.042.774,08	-662.230.568,60
Pessoal e Demais Despesas	-566.471.778,34	-498.678.874,70
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-302.914,38	-129.166,51
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PÁG. 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 2
----------------------	-------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Previdência Social	-67.947.958,27	-57.257.907,35
Saúde	-3.350.599,20	-7.400.000,00
Trabalho	-	-497.000,00
Educação	-493.478.214,05	-432.997.293,65
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-1.029.069,99	-205.506,01
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-94.000,45	-13.000,00
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-269.022,00	-179.001,18
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-68.142.985,61	-65.044.913,62
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-68.086.265,61	-64.988.193,62
Outras Transferências Concedidas	-56.720,00	-56.720,00
Outros Desembolsos Operacionais	-86.428.010,13	-98.506.780,28
Dispêndios Extraorçamentários	-2.064.125,25	-1.193.229,74
Transferências Financeiras Concedidas	-84.363.884,88	-97.306.161,36
Demais Pagamentos	-	-7.389,18



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PÁG. 3



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 23/03/2020	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
-----------	---

ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-17.475.944,13	-19.901.567,70
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-17.475.944,13	-19.901.567,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-17.454.498,27	-19.888.463,70
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.445,86	-13.104,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.482.367,71	42.940.010,19
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	49.724.545,86	6.784.535,67
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	51.206.913,57	49.724.545,86



BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

EMIÇÃO 23/03/2020 PÁGINA 1

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	2.188.599,82	2.023.637,43	Despesas Orçamentárias	654.909.285,68	638.851.901,84
Ordinárias	-	-	Ordinárias	581.855.015,25	559.486.942,37
Vinculadas	2.498.587,32	2.034.689,17	Vinculadas	73.054.270,43	79.364.959,47
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	8.763.752,85	1.286.194,76
Alienação de Bens e Direitos	122.000,00	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	13.350.599,20
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.375.082,50	2.034.689,17	Previdência Social (RPPS)	59.171.348,90	47.736.095,18
Recursos a Classificar	1.504,82	-	Receitas Financeiras	899.914,02	3.699.514,82
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-309.987,50	-11.051,74	Operação de Crédito	-	999.853,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.219.254,66	3.309.387,16
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	8.983.315,35
			Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	735.235.669,85	721.269.617,95	Transferências Financeiras Concedidas	84.363.884,88	97.306.161,36
Resultantes da Execução Orçamentária	630.286.935,78	627.745.090,34	Resultantes da Execução Orçamentária	42.137.578,88	55.833.892,15
Repasso Recebido	588.336.008,30	572.042.328,30	Repasso Concedido	186.651,40	131.101,11
Sub-repasso Recebido	41.950.927,48	55.702.762,04	Sub-repasso Concedido	41.950.927,48	55.702.762,04
Independentes da Execução Orçamentária	104.948.734,07	93.524.527,61	Repasso Devolvido	-	29,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	101.202.932,46	90.585.526,03	Independentes da Execução Orçamentária	42.226.306,00	41.472.269,21
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.745.801,61	2.939.001,58	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	41.715.020,02	40.921.082,12
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	4,50	179,95
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	511.281,48	551.007,14
			Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	110.577.326,99	111.154.764,17	Pagamentos Extraorçamentários	107.246.058,39	55.349.946,16
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	47.402.457,40	48.625.355,71	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	49.882.475,41	6.120.995,61
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	60.598.053,34	60.750.517,35	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	55.299.457,73	48.028.331,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.024.980,79	1.234.677,55	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.064.125,25	1.193.229,74
Outros Recebimentos Extraorçamentários	551.835,46	544.213,56	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	7.389,18
Arrecadação de Outra Unidade	511.281,48	544.213,56	Demais Pagamentos	-	7.389,18
Demais Recebimentos	40.553,98	-			
Saldo do Exercício Anterior	49.724.545,86	6.784.535,67	Saldo para o Exercício Seguinte	51.206.913,57	49.724.545,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	49.724.545,86	6.784.535,67	Caixa e Equivalentes de Caixa	51.206.913,57	49.724.545,86
TOTAL	897.726.142,52	841.232.555,22	TOTAL	897.726.142,52	841.232.555,22

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO
DEZ (Encerrado)

EMIÇÃO 23/03/2020 PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	610.484.281,76	-	-	610.484.281,76
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-66.605.796,48	-	-	-66.605.796,48
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-11.463.259,50	-	-	-11.463.259,50
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	532.415.225,78	-	-	532.415.225,78

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	532.415.225,78	-	-	532.415.225,78
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	1.402.192,44	-	-	1.402.192,44
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-667,65	-	-	-667,65
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-63.872.047,18	-	-	-63.872.047,18
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	469.944.703,39	-	-	469.944.703,39



6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

1.1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFRN foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e compõem a Prestação de Contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

As Demonstrações foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, Manual SIAFI, NB-CASP / NBC – T16 e qualquer outra orientação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central de Contabilidade Federal.

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I - Balanço Patrimonial - BP;
- II - Balanço Orçamentário – BO;
- III - Balanço Financeiro – BF;
- IV - Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e
- V - Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

1.2 – Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Durante o exercício de 2018 não houve mudanças significativas, onde as principais foram implementadas no âmbito da Contabilidade Pública em 2015, e que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, deu continuidade ao conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público.

1.3 – Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

1.3.1 – Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na datado Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

1.3.2 – Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método utilizado ao final do exercício de 2019 para mensuração e avaliação das saídas dos estoques foi o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

1.3.3 – Imobilizado

O imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial os elementos do ativo imobilizado ficam sujeitos à depreciação, uma vez que a amortização e exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação ainda serão implementados a partir do próximo exercício, uma vez que o nosso sistema de controle patrimonial se encontra em sua fase final para a implantação de tais procedimentos.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção serão incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Por outro lado, caso esses gastos não gerem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como despesa do período.

1.3.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade serão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

1.3.5 – Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 020330, disponível no site da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

1.3.6 – Depreciação, Amortização e Exaustão

1.3.6.1 – Bens Móveis

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período estão passando por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, transcrito abaixo, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, estamos adotando a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Diante disso, o registro da Depreciação teve seu início no ano de 2016 para os bens colocados em condições de uso a partir de então, uma vez que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a 1º de janeiro de 2016, sofreram o processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Nota Técnica nº 4/2015 – PROAD/IFRN, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão.

Outrossim, informamos que adotamos a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

O método de cálculo dos encargos utilizado foi o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação, Amortização e Exaustão seguem a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a, sendo depreciado até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

1.3.6.2 – Bens Intangíveis

Os procedimentos de Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito deste IFRN tiveram início no exercício de 2017, apesar de o módulo de amortização do nosso sistema de controle patrimonial ainda estar em fase de adaptação.

O método de amortização adotado pelo IFRN segue o padrão sugerido para toda a Administração Pública Federal, ou seja, o das quotas constantes. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado contra uma conta retificadora do ativo.

A partir de 2017 a conta 12411.00.00 - Softwares (ativo intangível) foi segregada em 12411.01.00 - Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 - Softwares com vida útil indefinida, sendo nos primeiros classificados os softwares sujeitos à amortização.

A vida útil dos Bens Intangíveis deste IFRN, que até o momento 65,04% dos valores registrados eram referentes aos Softwares, é definida pelo prazo de licença do referido Software. Quando o Software adquirido não tem prazo de licença, o mesmo é classificado como vida útil indefinida e não será amortizado. Ao final de cada exercício é realizada consulta aos

setores responsáveis pelo software para saber se o mesmo está em uso, pois caso não esteja será baixado. O valor residual padrão adotado para os Bens Intangíveis no âmbito da IFRN é zero, exceto quando:

- a) haja compromisso de terceiro para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou
- b) exista mercado ativo para ele.

Quanto aos procedimentos da Amortização dos Bens Intangíveis correspondentes ao exercício de 2019, tivemos uma despesa da ordem de R\$ 141.157,77 demonstrados através da conta 3.3.3.2.1.02.00 – AMORTIZACAO DE INTANGIVEL. Salientamos que o saldo da conta 1.2.4.8.1.01.00 – AMORTIZACAO ACUMULADA apresentou um saldo ao final daquele exercício no valor de R\$ 835.741,27, uma vez que no exercício corrente também foram lançadas as despesas de amortização referentes aos exercícios anteriores.

1.3.6.3 – Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos

de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.3.7 – Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não processados. Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, e ainda atende aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade. A partir de 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, a inscrição em Restos a Pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação em cumprimento ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e nos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a sua liquidação não poderia ser efetuada.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

1.3.8 – Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRN e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para este IFRN, implicando na saída de recursos ou na redução de ativos ou ainda na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

1.3.9 – Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

1.3.10 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante

o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRN. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

1.4 – Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

1.4.1 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não-circulante, com base em atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Foram utilizados os seguintes critérios para o devido enquadramento em circulante e não-circulante: a) em relação aos ativos: como circulante, os bens e direitos disponíveis para realização imediata e os que tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte; os demais ativos foram classificados como não-circulante; b) em relação aos passivos: como circulante, os valores exigíveis até o final do exercício seguinte e aqueles correspondentes a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando o Instituto for o fiel depositário, independentemente do prazo de exigibilidade; os demais passivos foram classificados como não-circulante. Aplicações financeiras: são registradas pelos montantes aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Estoques: correspondem aos bens de consumo existentes no final do exercício. Imobilizado: estão demonstrados pelo custo de aquisição e os bens adquiridos a partir de 2016 já sofreram depreciações.

O saldo patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN atingiu, no final do exercício, o montante de R\$ 396.329.171,07, o que corresponde a um decréscimo de aproximado de 14,11% se comparado com o exercício anterior. O déficit financeiro apurado no final do exercício totalizou o valor de R\$ 70.618.816,62 que, de acordo com a legislação vigente, corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

1.4.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Abaixo apresentamos a sua segregação:

Caixa e Equivalentes	2019	2018
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento	4.866.908,76	5.995.978,68
Limite de Saque c/ Vinc. Pgto. – Ordem Pgto.	46.263.857,72	43.652.420,09
Bancos conta Movimento	76.147,09	76.147,09
TOTAL	51.206.913,57	6.784.535,67

Fonte: SIAFI.

Os valores registrados em contas da Caixa Econômica Federal – CEF são decorrentes de depósitos em caução referente a diversas garantias de contratos administrativos da IFRN.

1.4.1.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis até o término do exercício seguinte. Abaixo apresentamos o seu respectivo detalhamento:

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2019	2018
Adiantamentos Concedidos	5.474,39	5.474,39
Tributos a Recuperar/Compensar	70.177,00	70.177,00
Outros Créd. a Rec e valores a curto prazo	1.484.045,02	0,00
TOTAL	1.559.696,41	75.651,39

Fonte: SIAFI.

1.4.1.3 – Bens Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2019, o IFRN apresentou um saldo de R\$ 541.450.507,88 relacionados a imobilizado, um acréscimo de 3,02% quando comparado com o exercício anterior que apresentou um montante de R\$ 525.569.952,68.

Da mesma forma, a conta de depreciação, amortização e exaustão acumulada teve uma variação de 15,87%, uma vez que o saldo em 31/12/2018 era de R\$ 100.574.680,62 e passou para R\$ 116.538.835,64.

1.4.1.4 – Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRN em 31/12/2019 totalizavam R\$ 101.740.246,45 sendo distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Móveis	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramentas	72.066.300,83	64.320.715,31	12,04%	32,42%
Bens de Informática	57.332.071,98	61.627.419,41	-6,97%	31,07%
Móveis e Utensílios	35.630.037,43	34.899.259,09	2,09%	17,59%
Material Cultural, Educ. e de Comunicação	20.677.115,93	19.496.520,00	6,06%	9,83%
Veículos	18.040.342,12	17.884.300,54	0,87%	9,02%
Todos os outros bens móveis	148.610,53	152.900,96	-2,81%	0,08%
(-) Depreciação Acumulada	(109.258.859,42)	(96.640.868,86)	13,06%	
TOTAL	94.487.008,87	101.740.246,45	-7,13%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Dos Bens Móveis registrados no IFRN em 31/12/2019, 35,34% do valor bruto refere-se a **Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas**, seguido pelos **Bens de Informática** com 28,12% e **Móveis e Utensílios** com 17,47%. Juntos, esses 03 (três) grupos representam 80,94% do valor bruto dos Bens Móveis.

No que tange a **Depreciação Acumulada** tivemos um incremento da ordem de 13,06% em virtude de a Instituição ter tido um aumento dos seus bens móveis e o conseqüente aumento do lançamento da depreciação.

Em todos os grupos houve variação positiva em relação ao exercício anterior, refletindo as novas aquisições no decorrer do exercício.

1.4.1.5 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRN em 31/12/2019 totalizavam R\$ 454.094.864,86 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Bens Imóveis	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	395.352.329,47	378.873.095,91	4,35%	87,06%
Bens Imóveis em Andamento	10.340.523,58	2.813.818,25	267,49%	2,28%
Instalações	45.202.409,85	44.976.469,40	0,50%	9,95%
Bens de Uso Especial não registrados Spiunet	2.099.467,37		209.946.637%	0,46%
Todos os outros Imóveis	1.100.134,59	1.100.134,59	0,00	0,24%
(-) Depreciação Acumulada	(7.279.976,22)	(3.933.811,76)	85,06%	
TOTAL	446.814.888,64	423.829.706,39	-0,89%	100,00%

Fonte: SIAFI.

Conforme tabela acima, os **Bens de Uso Especial** correspondem a 87,06% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRN, perfazendo o montante de R\$ 446.814.888,64 em 31/12/2019.

Os valores registrados a título de **Bens Imóveis em Andamento** se referem às obras em andamento no âmbito deste IFRN, mas destacamos que boa parte desse valor é referente a obras que já foram finalizadas, mas ainda não foram baixadas no SIAFI em sua totalidade para posterior inclusão no SPIUnet. Informamos ainda que tal procedimento será realizado no próximo exercício.

Quanto à conta de **Bens de Uso Especial não registrados no Spiunet** retrata a ausência de lançamentos de registro no *Spiunet* no que se referem aos *Campi*: Cidade Alta (R\$ 1.178.037,78), São Paulo do Potengi (R\$ 758.867,45), Currais Novos (R\$ 110.954,76) e Pau dos Ferros (R\$ 51.607,38).

No que se refere as contas de Instalações e Todos os Outros Imóveis podemos observar que os seus valores se mantiveram bem próximos em relação aos 2 exercícios. Tal fato é decorrente da conta de Obras em Andamento ainda não refletir a realidade do Órgão, uma vez que a baixa desta conta refletirá no aumento daquelas.

1.4.1.5.1 - Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

1.4.1.5.2 - Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela

SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.4.1.6 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados a cada 2 anos em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2019, o IFRN apresentou um saldo de R\$ 344.509,55 relacionados a intangível, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Intangível	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Software com Vida Útil Definida	903.205,38	887.455,38	1,77%
Software c/ Vida Útil Indefinida	156.782,00	155.932,00	0,55%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	120.263,44	120.263,44	0,00%
(-) Amortização Acumulada	(835.741,27)	(694.583,50)	20,32%
TOTAL	344.509,55	469.067,32	22,64%

Fonte: SIAFI.

A maioria dos valores registrados nesse grupo são referentes às aquisições de Softwares (2,32%), que tiveram os seus valores registrados pelo valor de aquisição.

Os procedimentos de Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito deste IFRN tiveram início no exercício de 2017, apesar de o módulo de amortização do nosso sistema de controle patrimonial ainda estar em fase de adaptação. No mesmo período também realizamos o desmembramento da conta de Softwares em 12411.01.00 - Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 - Softwares com vida útil indefinida, sendo nos primeiros classificados os softwares sujeitos à amortização.

O método de amortização adotado pelo IFRN segue o padrão sugerido para toda a Administração Pública Federal, ou seja, o das quotas constantes. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado contra uma conta retificadora do ativo.

1.4.1.6.1 - Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Até a presente data, o IFRN não realizou nenhum *impairment* nos seus ativos intangíveis. A avaliação dos ativos do intangível deve ocorrer quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada a cada 2 anos, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

1.4.1.6.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Até o encerramento do exercício de 2019 não houve lançamento a título de ajuste de exercícios anteriores do intangível.

1.4.1.7 - Fornecedores e Contas a Pagar

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2019	31/12/2018	AH%
Nacionais	1.053.269,96	5.188.687,57	-79,70%
TOTAL	1.053.269,96	5.188.687,57	-79,70%

Fonte: SIAFI.

Em 31/12/2019, o órgão 26435 - IFRN apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.053.269,96 relacionado a conta contábil 21.300.00.00 "Fornecedores e Contas a Pagar - CP", referente a obrigações de curto prazo, dos quais, 93,63% desse valor é pertencente a conta de CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - 2.1.3.1.1.04.00.

Do saldo total da conta 2.1.3.1.1.04.00, 87,02% encontram-se repousados sobre os *Campi*: Natal Central (61,52%), São Paulo do Potengi (9,00%), Parnamirim (7,94%), Reitoria (4,67%) e Ipanguaçu (3,90%), conforme tabela abaixo.

UG	CAMPUS	31/12/2019	%
158369	INST.FED.DO RN/CAMPUS NATAL - CENTRAL	606.684,04	61,52%
154840	INST FED RN / CAMPUS SÃO PAULO DO POTENGI	88.743,61	9,00%
152756	INST. FED. DO RN / CAMPUS PARNAMIRIM	78.281,94	7,94%
158155	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	46.033,92	4,67%
158367	INST.FED. DO RN/CAMPUS IPANGUAÇU	38.455,66	3,90%
TOTAL		858.199,17	

Fonte: SIAFI.

Na tabela a apresentada a seguir, relacionamos os saldos na conta de fornecedores com valores mais expressivos em aberto, na data base de 31/12/2019, relativos ao órgão IFRN.

Cabedestacar que o fornecedor "FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (CNPJ 02.852.277/0001-78)" que apresenta um saldo em aberto equivalente a 62,36% (R\$ 656.864,45) do total, seguido da "CONSTRUTORA SOLARES LTDA (CNPJ 02.852.277/0001-

78)” com um saldo a pagar de R\$ 56.324,61 representando um saldo em aberto equivalente a 5,35% e a empresa “CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ 11.955.150/0001-20)” com um valor a pagar de R\$ 33.027,40, respondendo por 3,14% do total.

CNPJ	FORNECEDOR	VALOR	%
02852277000178	FUNDACAO DE APOIO A EDUC. E DESENV. TECN.	656.864,45	62,36
02773312000163	CONSTRUTORA SOLARES LTDA - EPP	56.324,61	5,35
11955015000120	CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA	33.027,40	3,14
02755013000104	GD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	30.202,69	2,87
27593764000194	W P DE LIMA CONSTRUCOES & SERVICOS LTDA	24.513,21	2,33
21587512000176	REALIZA SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI	21.866,20	2,08
21262267000127	REAL SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	21.848,88	2,07
11233325000130	ACROPOLE COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	21.352,34	2,03
01017250000105	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	20.176,40	1,92
07360290000123	SERVAL SERVICOS E LIMPEZA LTDA.	13.606,78	1,29
09002672000100	SMARTWAVE NETWORKS DO BRASIL LTDA	13.105,68	1,24
37979739000105	MONEY TURISMO EIRELI	10.783,04	1,02
TOTAL		923.671,68	87,70

Fonte: SIAFI.

Com relação ao saldo referente ao fornecedor “FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (02852277/0001-78)”, destacamos que esse valor é recorrente da realização do projeto de desenvolvimento do curso de especialização em didática e gestão da educação PROEJA, para atender a demanda de servidores técnico-administrativos e docentes no âmbito deste IFRN.

No que se refere ao valor em aberto em favor da empresa “CONSTRUTORA SOLARES LTDA (02773312/0001-63)”, trata-se dos serviços de manutenção dos *Campi* São Paulo do Potengi e Macau.

Quanto ao valor em aberto da empresa “CONSULT VIAGENS E TURISMO LTDA (CNPJ 11955015/0001-20)”, trata-se dos serviços de emissão de passagens aéreas, principalmente no campus Natal Central.

Não consta saldo para a conta contábil 22.300.00.00 “Fornecedores e Contas a Pagar - LP”, todo referente a obrigações de longo prazo.

1.4.1.8 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Abaixo apresentamos seu respectivo detalhamento:

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2019	31/12/2018	AH%	AV%
INSS	12.880,28	35.102,16	-63,31	0,21
Imp. e Contrib. Diversos Devido	15.878,43	55.619,64	-71,45	0,26
ISS	32.620,04	22.620,89	44,20	0,53
Depósitos retidos de fornecedores	29.061,41	176.935,90	-83,58	0,47
Pensão Alimentícia	435.703,22	402.176,00	8,34	7,07
Planos de Previd. e Assist. Médica	1.669.329,05	1.510.002,34	10,55	27,11
Retenções – Entidades de Classe	214.899,91	220.477,77	-2,53	3,49
Retenções – Emprést. e Financ.	2.215.058,51	2.050.944,03	8,00	35,97
Previdência Complementar	184.705,34	141.740,37	30,31	3,00
Precatórios de terceiros	29.061,41	565.369,25	-94,86	0,47
Depósitos Judiciais	370,80	1.264,09	-70,67	0,01
Depósitos e cauções recebidos	50.711,38	92.092,41	-44,93	0,82
Diárias a pagar	1.404,24	9.710,31	-85,54	0,02
Incentivos à educação	1.266.694,50	1.255.922,42	0,86	20,57
TOTAL	6.158.378,52	6.539.977,58	-414,60%	100%

Fonte: SIAFI.

Com relação as Demais Obrigações a Curto Prazo, as obrigações relativas às retenções – Empréstimos e Financiamentos com 35,97%, seguidas dos Planos de Previdência com 27,11 e com Incentivos à educação com 19,20%, representam 20,57%.

Pudemos observar que as contas: Pensão Alimentícia, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções – Entidades de Classe, Retenções – Empréstimos e Financiamentos, Previdência Complementar, Precatórios de terceiros, Depósitos Judiciais e Depósitos e cauções recebidos referem-se à folha de pagamentos deste IFRN, tiveram os seus pagamentos realizados somente no exercício de 2020.

Os valores de Incentivos à educação referem-se às liquidações de bolsas de doutoramento e de alunos que ficarão para serem pagos nos primeiros dias do exercício seguinte.

Os demais são decorrentes de retenções que foram realizadas na fonte, na qualidade de substituto tributário, nos diversos pagamentos realizados aos fornecedores.

1.4.1.9 – Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído por lançamentos referentes aos depósitos de cauções oriundos de diversos contratos distribuídos no âmbito deste IFRN, no valor de R\$ 25.435,71.

1.4.1.10 – Resultado do Exercício

A apuração do resultado do exercício é efetuada no mês 013 (apuração de resultado), com base na diferença do saldo nas contas das classes 1 - Ativo e 2 - Passivo, assim como na diferença das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA com as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

No exercício de 2019 o IFRN apresentou um resultado negativo de R\$ 63.872.047,18, contra um resultado também negativo em 2018 de R\$ 11.463.259,50. Tal resultado se deve à falta de conciliação da conta de obras em andamento que não tiveram os seus saldos atualizados.

1.4.2 - Balanço Financeiro

1.4.2.1 – Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias são classificadas em Ordinárias e Vinculadas. As Receitas Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Já as Receitas Vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

No exercício de 2019 as Receitas orçamentárias do IFRN totalizaram R\$ 2.188.599,82 já com as deduções da receita. Esse valor representa apenas 0,24% do total dos ingressos do Balanço Financeiro, demonstrando que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes da Inscrição em Restos a Pagar, mais notadamente os Não Processados e as Transferências Financeiras Recebidas, que juntos representam 93,93% dos ingressos.

No exercício de 2019 houve um acréscimo na arrecadação das Receitas Orçamentárias na ordem de 7,53% quando comparado ao ano de 2018. O fator determinante para essa diminuição foi a redução das indenizações e restituições ao erário decorrente de descontos realizados na folha de pagamento de pessoal realizadas no exercício anterior.

Ao final do exercício o Balanço Financeiro apresentou um saldo de R\$ 49.724.545,86.

1.4.2.2 – Deduções da Receita Orçamentária

Houve deduções na receita orçamentária da ordem de R\$ 309.987,50. Esse valor, em sua maioria, originou-se de devoluções de recursos financeiros por parte de empresas cujos valores haviam sido pagos erroneamente. Tal fato se deu pelo registro incorreto do CNPJ da empresa favorecida, ocasionando o pagamento em nome de outra empresa. Diante disso, após devolução por parte dessas empresas, foram realizados os ajustes de pagamentos às empresas corretas. Outra modalidade que compõe essas deduções são as receitas de aluguéis.

1.4.2.3 – Despesas Orçamentárias

No exercício de 2019 as Despesas Orçamentárias representaram 77,36% de todos os dispêndios, sendo 68,74% de Despesas Ordinárias e 8,63% de Despesas Vinculadas. No comparativo com o mesmo período de 2018 as Despesas Orçamentárias tiveram um acréscimo de 2,51%.

No Balanço Financeiro as Despesas Vinculadas são apresentadas pela sua classificação funcional, ou seja, segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.

1.4.3 – Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário são demonstradas as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Elaborado de acordo com o artigo 102 da Lei nº 4320/1964, e adequado às novas normas de contabilidade, evidencia a previsão da receita e a fixação da despesa, suas respectivas atualizações ocorridas durante o exercício, e as despesas liquidadas e pagas por conta da execução orçamentária.

1.4.3.1 – Receitas Orçamentárias

No quarto trimestre de 2019 o IFRN apresentou um montante de R\$ 2.188.599,82 a título de Receita Realizada, ao passo que a sua previsão

inicial e atualizada era de R\$ 4.029.140,00. Dessa receita realizada, 100% foram referentes a Receitas Correntes, não havendo no período nenhuma arrecadação de Receita de Capital.

Dentre as receitas arrecadadas naquele período, as de maior representatividade foram as Receitas de Serviços no valor de R\$ 1.190.005,96, que representa 54,37% de todas as receitas arrecadadas. Em seguida tivemos as receitas Patrimoniais que apresentou uma variação de 34,92% com um valor arrecadado de R\$ 764.279,20.

A maior variação entre a receita prevista e a receita realizada de 446,84% ficou por conta de Outras Receitas Correntes, cujo valor arrecado foi de R\$ 191.368,72 para uma previsão de apenas R\$ 42.827,00. Essa diferença se deu, principalmente, em virtude dos lançamentos de restituição que são realizados na Folha de Pagamento por descontos realizados diretamente na fonte para restituição ao erário.

1.4.3.2 – Despesas Orçamentárias

A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, é classificada em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e de Capital. As Despesas Correntes são todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, por outro lado as de Capital contribuem para a formação ou aquisição de um bem.

1.4.3.2.1 – Despesas Correntes

Das despesas correntes empenhadas até o final de dezembro de 2019, 78,43% foram relativas a Pessoal e Encargos Sociais e 19,28% de Outras Despesas Correntes. Dessas despesas correntes empenhadas, 92,79% foi objeto de liquidação e 85,39% foram devidamente pagas.

No que tange às Outras Despesas Correntes, as suas Despesas Empenhadas equivalem a R\$ 126.256.753,20, sendo superior a Dotação Atualizada que fora de R\$ 123.840.879,00 e isso se deve ao fato de que IFRN também executa orçamento de outros órgãos enviados através de Termos de Execução Descentralizada – TEDs, pois nesses casos os valores da dotação estão no Balanço Orçamentário do órgão concedente, constando em nosso balanço apenas a execução.

Durante o exercício 100% das Despesas Executadas foram decorrentes dos Créditos Iniciais, não havendo abertura de Créditos Suplementar, Especial ou Extraordinários. Também não houve a utilização do superávit financeiro do exercício anterior para abertura de crédito.

1.4.3.2.2 – Despesas de Capital

As despesas de capital empenhadas no exercício de 2019 representaram apenas 2,29% do total das despesas orçamentárias, com um montante de R\$ 14.989.804,33. Com relação ao valor da Dotação Atualizada, esse montante representa os mesmos 2,29%.

1.4.3.3 – Restos a Pagar

O IFRN finalizou o exercício de 2019 com um saldo total de R\$ 229.103.700,81 referente à Execução de Restos a Pagar, cuja composição de 57,44% (R\$ 131.602.268,05) refere-se a conta contábil 6.3.1.0.0.00.00 “Restos a Pagar Não Processados” e 42,56% (R\$ 97.501.432,76) a conta contábil 6.3.2.0.0.00.00 “Restos a Pagar Processados”.

Os Restos a Pagar Não Processados – RPNP são todas aquelas despesas que passaram apenas pela fase de Empenho da Despesa, restando ainda a Liquidação e Pagamento. Por outro lado, os Restos a Pagar Processados são todos aqueles que já passaram pela fase de Empenho e Liquidação.

1.4.3.3.1 – Restos a Pagar Não Processados

Quanto à conta contábil 6.3.1.0.0.00.00 “Restos a Pagar Não Processados” observa-se que seus maiores saldos estão concentrados nas contas contábeis 631700000 – RP NAO PROCESSADOS – INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO (46,05%), 631400000 – RP Não Processados Pago (42,02%) e 631100000 – RP Não Processados a liquidar (9,89%) oriundos dos empenhos de 2019 inscritos em Restos a Pagar e de exercícios anteriores, conforme planilha a seguir:

Conta Contábil	Nomenclatura	Saldo	%
631100000	RP Não Processados a Liquidar	13.017.478,98	9,89
631300000	RP Não Processados Liquidados a Pagar	783.119,28	0,60
631400000	RP Não Processados Pago	55.299.457,73	42,02
631700000	RP Não Processados – Inscrição no Exercício	60.598.053,34	46,05
631900000	RP Não Processados Cancelados	1.904.158,72	1,45
TOTAL		131.602.268,05	100,00

Fonte: SIAFI.

O saldo de maior vulto na conta 631700000 – RP Não Processados – Inscrição no Exercício deveu-se ao à inscrição dos empenhos inscritos em Restos a pagar 2019.

O saldo na conta 631400000 – RP Não Processados Pago se deveu ao fato de Administração deste IFRN ter implementado, de forma ostensiva, o controle dos saldos das contas de restos a pagar, uma vez que já implementou a execução de R\$ 55.299,457,73 no decorrer do corrente ano.

Por outro lado, o saldo na conta 631100000 – RP Não Processados a Liquidar refere-se à inscrição dos empenhos de 2018 em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício. Cabe ressaltar que aquela conta teve o seu resultado bastante diminuído, uma vez que o seu saldo inicial era de R\$ 60.676.492,07, reflexo de uma boa execução financeira deste IFRN.

1.4.3.3.2 – Restos a Pagar Processados

Quanto à conta contábil 6.3.2.0.0.00.00 “Restos a Pagar Processados” observa-se que seus maiores saldos estão concentrados na conta contábil 632700000 – RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO (88,64%) e 632200000 – RP PROCESSADOS PAGOS (11,16%) conforme planilha abaixo:

Conta Contábil	Nomenclatura	Saldo	%
632200000	RP Processados Pagos	49.882.475,41	51,16
632700000	RP Processados – Inscrição no Exercício	47.402.457,40	48,62
632900000	RP Processados Cancelados	202.555,53	0,21
632100000	RP Processados a Pagar	13.944,42	0,01
TOTAL		97.501.432,76	100,0

Fonte: SIAFI.

A expressiva quantia registrada na conta 632200000 – RP Processados Pagos reflete a ostensiva execução financeira desenvolvida no âmbito deste IFRN no decorrer do presente exercício. Ao mesmo tempo em que a conta 632100000 – RP Processados a Pagar traduz a execução orçamentária que está sendo realizada neste Órgão.

O alto valor registrado na conta 632700000 – RP Processados – Inscrição no Exercício se deveu à inscrição dos empenhos que foram liquidados e ainda não pagos ao término do exercício de 2019, cujos valores serão pagos já no início do exercício seguinte.

Por outro lado, o saldo da conta 632900000 – RP Processados Cancelados reflete as anulações dos Restos a Pagar de fornecedores faltantes com a Administração Pública, resultante do ostensivo controle dos saldos dessas contas.

1.4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A sua elaboração tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas – VPD) e 4 (variações patrimoniais aumentativas – VPA).

Por se tratar essa demonstração apenas do Órgão IFRN, as contas intraorçamentárias são apresentadas, sendo excluídas somente na consolidação das demonstrações contábeis no âmbito do ente.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas, sendo que as primeiras decorrem das transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto que as últimas decorrem das transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

1.4.4.1 – Variações Patrimoniais Aumentativas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's do exercício de 2019 e do exercício anterior.

1.4.4.1.1 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Esse grupo apresentou uma variação positiva de 15,91% no comparativo com o exercício anterior. O aumento dessa VPA é decorrente do maior volume de arrecadação de receitas com serviços.

1.4.4.1.2 – Juros e Encargos de Mora

Houve um incremento da ordem de 66,61% no comparativo com o mesmo período do exercício anterior. Isso se deve ao fato de que alguns contratos de aluguéis terem sido pagos em atraso, resultando na cobrança de juros e multas contratuais.

1.4.4.1.3 – Reavaliação de Ativos

Houve uma variação negativa de 211,10% referente à Reavaliação de Ativos no exercício em relação a 2018, oriunda de reavaliações de Bens Imóveis. Esse trabalho de reavaliação teve início em 2015 com o objetivo de reavaliar todos os Bens Imóveis do IFRN com prazo de reavaliação expirado no SPIUnet.

1.4.4.1.4 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Apresentou uma variação de R\$ 298,71 em 2018 para R\$ 23.727.022,52 em 2019. Tal expressividade se deu principalmente em virtude da incorporação de imóveis no Spiunet da ordem de R\$ 22.211.977,18 no Campus de Nova Cruz deste IFRN.

1.4.4.1.5 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Esse grupo, em conjunto com a Incorporação de Ativos, apresentou uma variação positiva de 44.378,11% no comparativo com o exercício de

2018, cuja origem se deveu a uma liquidação de precatórios realizados por este IFRN em favor da Justiça Federal em atendimento a Notas Técnicas específicas.

1.4.4.1.6 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

No final de dezembro de 2019 esse grupo apresentou o valor de R\$ 641.459,02 contra um valor de R\$ 846.703,15 para o exercício mesmo período de 2018, ou seja, uma variação negativa de 24,24% no comparativo.

Tal variação decorre, principalmente, dos valores arrecadados através de Guia de Recolhimento da União – GRU, classificados como Indenizações e Restituições devidas ao IFRN e/ou ao Tesouro Nacional.

1.4.4.2 – Variações Patrimoniais Diminutivas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's.

1.4.4.2.1 – Pessoal e Encargos

No exercício de 2019 o IFRN apresentou uma VPD a título de Pessoal e Encargos no montante de R\$ 479.246.683,62, ou seja, uma variação positiva de 6,28% quando comparado ao ano anterior, que foi de R\$ 450.928.629,17. Desses valores a conta Remuneração a Pessoal responde por 78,79%, seguido por Encargos Patronais com 14,47%.

O aumento dessa VPD decorre principalmente dos aumentos salariais dos servidores deste IFRN mediante progressão na carreira, incentivos a qualificação, contratação de novos servidores, dentre outros. Essa VPD representa sozinha 55,16% de todas as VPD's de 2019.

1.4.4.2.2 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Esse grupo apresentou uma variação positiva de 13,41% em relação ao mesmo período de 2018. O maior destaque dessa variação está na conta de Depreciação de Bens Móveis correspondendo a R\$ 15.387.428,26,

sendo seguido por R\$ 3.346.164,46 referentes à Depreciação de Bens Imóveis e R\$ 141.157,77 pelas Amortizações.

1.4.4.2.3 – Descontos Financeiros Concedidos

No exercício de 2019 houve uma variação negativa da ordem de 40,06% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Tais descontos referem-se, em sua totalidade, aos descontos concedidos nos aluguéis das cantinas dos diversos Campi deste IFRN, em detrimento do baixo movimento de alunos ocasionado pelo recesso escolar.

1.4.4.2.4 – Incorporação de Passivos

Houve uma incrementação da ordem de R\$ 112.014.168,58 nessa conta se comparada ao mesmo período do exercício anterior. Tal fato é resultante de diversas Programações Financeiras – PFs liberadas para atender a demanda de diversos Termos de Execução Descentralizada – TED deste IFRN.

1.4.4.2.5 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Essa conta obteve um acréscimo de 255,77% em relação ao mesmo período de 2019 em virtude, principalmente, da desvalorização de bens imóveis registrados no Spiunet.

1.4.4.2.5 – Perdas Involuntárias

Esse grupo de VPD apresentou um acréscimo de 1,85%, cuja variação se deve ao fato de vários *Campi* deste IFRN continuarem a realizar os procedimentos de baixa de bens móveis, em sua maioria inservíveis para ajuste do patrimônio.

1.4.4.2.6 – Desincorporação de Ativos

Esse grupo de VPD apresentou uma variação negativa de 97,75%, cuja variação se deveu à baixa de bens inservíveis realizadas nos diversos *Campi* deste IFRN. Além disso, seguindo a macrofunção SIAFI 021107 (item 3.1.6.4), foi realizada baixa nas contas de obras em andamento em alguns campi para posterior incorporação no Spiunet.

1.4.4.2.7 – Contribuições

No período de referência, o grupo Contribuições apresentou uma variação negativa de 69,98% no comparativo ao mesmo período de 2018. O maior volume dessas contribuições é decorrente do pagamento das obrigações patronais sobre o serviço prestado por pessoa física, correspondendo a 61,84% seguido pelas obrigações sobre o PIS/PASEP que equivale a 37,72% do total daquela conta.

Sendo assim, a variação apresentada é em virtude de maior volume de pagamentos realizados por serviços prestados por pessoa física, logo o montante recolhido como obrigação patronal também é menor, tendo em vista que valor corresponde ao percentual de 20% sobre os serviços.

1.4.4.2.8 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Houve um incremento da ordem de 265,35% em virtude do pagamento das Taxas de Limpeza em favor das diversas prefeituras, mais notadamente a de Natal.

1.4.4.2.9 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

No exercício de 2019 essa conta apresentou um saldo negativo em relação ao mesmo período do exercício anterior da ordem de 6,74%, cujo maior valor se deve aos diversos incentivos prestados pelo governo federal no incentivo à educação.

1.4.4.2.9 – Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial negativo apresentado em 2019 foi de R\$ 63.872.047,18, contra um resultado também negativo de R\$ 11.463.259,50 que foi apurado no exercício anterior.

O resultado patrimonial de 2019, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, apresentou o supracitado déficit em virtude, principalmente, das transferências intragovernamentais, que, se comparado ao exercício anterior apresentou um aumento da ordem de 457,19%.

1.4.5 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

Assim como a Demonstração de Resultados de Exercícios, a DFC é uma demonstração dinâmica e deve ser incluída no balanço patrimonial.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

No exercício de 2019 tivemos ingressos da ordem de R\$ 740.001.085,92 dos quais 99,36% referem-se às Transferências Financeiras recebidas (R\$ 735.235.669,85) que se tratam do orçamento anual recebido dos diversos órgãos governamentais.

Por outro lado, o IFRN apresentou no exercício de 2019 o total de desembolsos de R\$ 721.042.774,08, dos quais R\$ 566.471.778,34 (78,56%) referem-se ao pagamento de salários e demais encargos dos servidores deste IFRN.

No que se refere ao fluxo de caixa das atividades de investimento deste IFRN no exercício de 2019, tivemos apenas desembolsos da ordem de R\$ -17.475.944,13, dos quais 99,88% foram resultantes da aquisição de ativos não circulantes.

Com isso, pudemos observar que para o exercício de 2019 o IFRN apresentou uma geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da ordem de R\$ 1.482.367,71.



7

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



7.1 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATERIALIDADE DOS TEMAS E LIMITES DO RELATO:

Os temas escolhidos para estarem presentes neste relatório integrado foram determinados a partir do alinhamento entre a função social do IFRN, conceituado como “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais” (PPP, 2012), e conforme as indicações realizadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão Normativa TCU 178, de 23 de outubro de 2019, e da cartilha de orientação para a construção de um relatório de gestão na forma de relato integrado.

Os principais eixos do IFRN, que impactam diretamente na geração de valores para a sociedade, são os de ensino, pesquisa e extensão. Essas áreas buscam organizar os seus objetivos estratégicos de uma maneira que gerem valores substanciais para a sociedade, tais como criar oportunidades de emprego, redução da desigualdade social, melhoria de

vida dos alunos e de toda comunidade beneficiada com a Instituição, melhoria do nível de qualidade do ensino no estado, dentre outros. Dessa maneira, para a seleção das temáticas a serem apresentadas neste relatório, anteriormente, houve uma interligação ao plano de ação do IFRN, pois no planejamento institucional foram eleitas as principais ações e metas para o alcance dos objetivos estratégicos, sendo estes pontos expostos como importantes neste atual Relatório de Gestão.

As áreas sistêmicas, cujos gestores são responsáveis pela execução dos objetivos estratégicos institucionais, são as instâncias de governança que determinam a materialidade dos conteúdos a serem apresentados no Relatório de Gestão. Tal determinação se baseia: i) nos conteúdos estabelecidos pelos normativos nos órgãos de controle; ii) nas atividades que requerem maior esforço institucional (seja por meio de investimento financeiro e/ou de pessoal) e; iii) na estrutura do planejamento anual, que prevê as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano e que serão objeto de análise sobre os resultados no relatório.



7.2 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

A Auditoria Geral do IFRN efetiva, de maneira sistemática, consultas aos sistemas e-Contas e e-Pessoal, bem como ao próprio portal do TCU, para verificar possíveis determinações direcionadas a esta autarquia federal. Nesse contexto, trazemos à baila um retrato das principais informações conexas com as atividades desenvolvidas pelo IFRN e monitoradas pelo Egrégio Tribunal de Contas da União. Desta feita, foram realizados:

- **132** situações no sistema e-Pessoal/TCU foram alimentadas e monitoradas, as quais culminaram com o acolhimento das defesas apresentadas e posterior arquivamento dos processos pelo TCU;
- **66** casos cujos esclarecimentos estão em construção;
- **143** em monitoramento e **2** enviados para análise do TCU.

Notamos que a atuação da Auditoria Interna junto ao Egrégio Tribunal, inicialmente, materializa-se por meio de informações demandadas e de recursos ofertados no sistema, de sorte que o acompanhamento ocorre pelo Sistema e-Pessoal/TCU de maneira contínua.

Tendo em mente o OCI, esta autarquia federal recebe contribuições tanto de seu órgão de Auditoria Interna, como da própria Controladoria Geral da União, e as principais interações ocorrem mediante sistema e-AUD, solicitações de auditoria e reuniões com os gestores. Nesse diapasão, foram exaradas, pela Auditoria Geral, 264 solicitações de auditoria com o fito de demandar à unidade auditada a apresentação de documentos, de informações e de esclarecimentos. Ainda na linha de controles, promovemos 79 monitoramentos das recomendações feitas para o IFRN, por meio do Sistema e-Aud/CGU.

Outro aspecto demandado pela CGU, remete-se ao aspecto correicional, a partir dessa temática, foram viabilizadas 37 inserções de processos de natureza correicional (sindicância e Processos Administrativos Disciplinares) no sistema CGU/PAD e emitidas 162 declarações relacionadas ao Sistema CGU-PAD para o IFRN.

Enfim, as ações proporcionadas pelos órgãos de controle (interno e externo) fomentam o aprimoramento dos controles adotados por cada setor avaliado no IFRN, na medida em que demandam, avaliam, identificam fragilidades e instigam a busca conjunta de soluções, tudo vislumbrando a otimização das ações institucionais no alcance de seus objetivos primordiais.



7.3 INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2.267/2005-TCU

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, são apresentados os resultados de um conjunto de indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômico e de gestão de pessoas, considerando-se o exercício de referência deste relatório de gestão e os qua-

tro exercícios imediatamente anteriores. O quadro 5 apresenta um resumo desses indicadores, detalhados à sequência. No exercício de 2019, os dados foram coletados na Plataforma Nilo Peçanha do MEC, em consonância com as normativas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para acompanhamento unificado. As análises críticas foram realizadas por grupo temático de indicadores (Acadêmicos, Administrativos, Socioeconômico e Gestão de Pessoas), também apresentadas no quadro 5.

Quadro 5 - Indicadores do Acórdão nº 2.267/2005-TCU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2019	2018	2017	2016	2015
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$\frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas ofertadas}}$	3,5	4,92	4,93	10,52	7,57
	Relação Ingressos/Aluno	$\frac{\text{Ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	45,9	53,08	52,08	45,36	50,02
	Relação Concluintes/Aluno	$\frac{\text{Concluídos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	30,0	31,06	27,93	23,35	28,35
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	$\frac{\text{Concluídos}}{\text{Matrículas finalizadas}} \times 100$	65,2	59,36	59,01	57,83	53,95
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$\frac{\text{Retenção}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	9,7	11,41	7,34	19,53	16,13
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$\frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Docentes em tempo integral}}$	26,1	24,04	21,51	26,02	22,46

>>>



ANÁLISE CRÍTICA - INDICADORES ACADÊMICOS

Os indicadores acadêmicos, enquanto conjunto, vêm apresentando bons resultados, com melhoria significativa ao longo do período observado. Tratando-se especificamente do Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes, o resultado indica que a instituição vem cumprindo com a sua função social, tendo o índice se elevado aproximadamente em 10% entre 2018 e 2019. Tal indicador reflete positivamente no Índice de Retenção do Fluxo Escolar, que apresenta retração ao longo dos anos, apontando como efetivas as ações de permanência e êxito da instituição. A relação Aluno/Docente está acima do exigido pelo Acordo de Metas SETEC/MEC.

Em se tratando da Relação Candidato/Vaga, o resultado reflete o número reduzido de candidatos dos processos seletivos do PROEJA e também a procura aquém do ofertado para as vagas destinadas às pessoas com deficiências. O resultado da Relação Ingressos/Aluno, com indicativo de redução entre 2018 e 2019, foi afetado pela extração dos dados realizada em plataformas diferentes. Na plataforma institucional – Suap, tivemos, em 2018, 53,08%; e em 2019, 45,9% demonstrando que não houve queda no indicador, mas, tão somente, uma forma distinta de metodologia de extração de dados pela Plataforma Nilo Peçanha.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2019	2018	2017	2016	2015
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$\frac{\text{Total de gastos correntes}}{\text{Alunos matriculados}}$	14.286,01	15.104,83	15.966,80	12.408,91	12.437,91
	Percentual de Gastos com Pessoal	$\frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100$	84,5	78,16	73,75	71,42	67,11
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$\frac{\text{Outros custeios}}{\text{Gastos totais}} \times 100$	12,9	13,70	16,49	17,87	18,45
	Percentual de Gastos com Investimentos	$\frac{\text{Total de gastos com invest. e inv. fin.}}{\text{Gastos totais}} \times 100$	2,6	3,00	4,35	6,47	10,48

Fonte : Dados 2019 - Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <http://plataformanilopeçanha.mec.gov.br/2020.html>. Dados 2015 a 2018 – Relatório de Gestão 2018 do IFRN.

ANÁLISE CRÍTICA - INDICADORES ADMINISTRATIVOS

Os gastos Correntes por Aluno apresentaram redução em relação aos exercícios de 2018 e 2017, resultado de uma estagnação do orçamento destinado para despesas discricionárias da instituição, bem como dificuldades na execução orçamentária no exercício corrente, devido a bloqueio de recursos orçamentários aprovados na LOA com posterior liberação somente no último trimestre de 2019. Tal situação, somada ao crescimento vegetativo da folha de pagamento de Pessoal, influenciam os Gastos Diretos pela tendência de crescimento no percentual com Gastos de Pessoal e queda no percentual de Gastos com outros Custeios e com Investimentos.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2019	2018	2017	2016	2015
Socioeconômico	Percentual de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	$\frac{AMCRPC}{AMC} \times 100$					
	Até 0,5 S.M. (inclusive)	<i>Onde:</i> AMCRPC = Alunos matriculados caracterizados por classe de renda familiar per capita, em salários mínimos AMC = Alunos matriculados com caracterização	62,9	61,69	59,73	63,82	55,17
	Entre 0,5 e 1 S.M. (inclusive)		21,0	23,43	24,75	22,60	26,58
	Entre 1 e 1,5 S.M. (inclusive)		7,4	7,92	7,61	6,83	9,27
	Entre 1,5 e 2,5 S.M. (inclusive)		4,6	3,82	4,71	4,40	6,01
	Entre 2,5 e 3,5 S.M. (inclusive)		1,8	3,14	3,20	2,35	2,97
	Maior que 3,5 S.M.		2,2				

ANÁLISE CRÍTICA - INDICADOR SOCIOECONÔMICO

Em 2019 houve aumento de 60% nos registros de caracterização socioeconômica, refletindo positivamente no monitoramento da situação de renda dos estudantes, sendo elemento de suma importância para o planejamento e gerenciamento das ações de assistência estudantil. Assim, foi viabilizado o aumento de 5% em atendimentos, entre os programas de Alimentação Estudantil, Auxílio Transporte, Bolsa de Apoio à Formação Estudantil, Auxílio Moradia e Auxílios Eventuais, direcionadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os programas e atendimentos da assistência estudantil impactam positivamente na permanência escolar dos estudantes atendidos, atuando na prevenção de situações de retenção e evasão escolar.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2019	2018	2017	2016	2015
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	4,2	4,09	4,02	3,87	2,65

Fonte : Dados 2019 - Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Dados 2015 a 2018 - Relatório de Gestão 2018 do IFRN.

ANÁLISE CRÍTICA - INDICADOR GESTÃO DE PESSOAS

No ano de 2019 foi expedido o Decreto nº 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Ainda, traz modificações nos regimentos para concessão de afastamento para cursar pós-graduação. Mesmo com os efeitos do novo regimento, o Índice de Titulação do Corpo Docente manteve a trajetória de crescimento, como resultado alcançado por meio de ações como a Política de Formação de Servidores, contemplando convênios com instituições formadoras (MINTER e DINTER), bem como a garantia de professores substitutos. Essa política permite que os docentes da instituição possam se afastar das atividades para cursar os diversos níveis de ensino que compõem o referido índice. Ao longo dos anos esse percentual vem sendo aumentado pelo constante investimento em ações que visam garantir aos servidores a possibilidade de aumentarem o nível de educação formal.



ANEXOS E APÊNDICES



A1 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO



Wyllys Farkatt Abel Tabosa

Presidente do Conselho Superior

Presidente do Colégio de Dirigentes

Presidente do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão

Na função de Presidente das instâncias de governança estratégica do IFRN, declaro o compromisso em assegurar a integridade do presente relatório, tendo compreendido todos os níveis hierárquicos decisórios e suas equipes técnicas para a obtenção e a consolidação das informações, e aprovado o produto final ora apresentado. Considerando a inovação representada pelo formato de relato integrado para o Relatório Anual de Gestão, nos pautamos pelas melhores práticas adotadas pelas organizações, públicas e privadas, assim como seguimos as recomendações e determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União. Nossa opinião é que, atendendo ao dever de prestar contas à sociedade, divulgamos, de forma concisa, transparente e objetiva, os resultados alcançados em 2019 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

A2 GLOSSÁRIO

Accountability – processo pelo qual as entidades do setor público e os indivíduos dentro delas são responsáveis por decisões e ações, incluindo a forma como são geridos os recursos públicos, bem como todos os aspectos relacionados ao desempenho e aos resultados.

Ad referendum – sujeito à aceitação posterior por parte de um colegiado.

Anais – obra que relata os acontecimentos de cada ano.

Balanced scorecard – indicadores balanceados de desempenho. Instrumento gerencial de medição de desempenho de uma Instituição ou Empresa.

Boletim de serviço – determinação da Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo. Neste documento são divulgados os atos de

concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.

Bolsas de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios – TAL – bolsas para alunos regularmente matriculados no IFRN, tendo cursado, com aprovação, as disciplinas correspondentes aos laboratórios para os quais se candidatam, com o objetivo de realizar prática profissional na modalidade de Atividades de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios – TAL.

Campi – forma plural de *campus*.

Campus – unidade de ensino.

Conformidade legal – legislação aplicável a cada área.

Contingenciamento – de acordo com o conceito do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e

Gestão “O contingenciamento consiste no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas. Normalmente, no início de cada ano, o Governo Federal emite um Decreto limitando os valores autorizados na LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias (investimentos e custeio em geral). O Decreto de Contingenciamento apresenta como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores. O poder regulamentar do Decreto de Contingenciamento obedece ao disposto nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)”.

Discentes – alunos.

Docentes – professores.

Egressos – aqueles que deixaram de pertencer à comunidade acadêmica.

Estágio probatório – o estágio probatório está ligado à estabilidade do servidor público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 41, “são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.

Evasão escolar – descontinuidade dos estudos por parte do aluno.

Extensão – processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade.

Fomentar – promover o desenvolvimento, estimular, desenvolver, instigar.

Gestão de riscos – segundo a Instrução Normativa Conjunta nº 01 MP/CGU, de 10 de maio de 2016, artigo 2º, inciso VII, gerenciamento de riscos é conceituado como o “processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização”.

Governança – é definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Incubadoras tecnológicas – têm como objetivo abrigar empresas inovadoras frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando o fornecimento de um ambiente dedicado ao desenvolvimento da empresa através do fornecimento de assessoria empresarial, contábilística, financeira e jurídica.

Indicadores – instrumentos de gestão para medir os resultados e acompanhar metas da Instituição.

Insalubridade – de acordo com a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, “serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Macroprocesso – é o meio pelo qual a Instituição reúne os grandes conjuntos de atividades para cumprir a sua missão.

Multicampi – Instituição com várias unidades.

Parques tecnológicos – segundo Solleiro (1993), um parque tecnológico compreende uma área física delimitada, urbanizada, destinada às empresas intensivas em tecnologia que se estabelecem próximas ou em universidades ou centros de pesquisas com o objetivo utilizarem a capacidade científica e técnica dos pesquisadores e de seus laboratórios.

Periculosidade – de acordo com a Lei nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012, “são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica e roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial”.

Periódicos – publicações de assuntos específicos ou diversos que são publicados regularmente.

Plataforma Lattes – é uma plataforma virtual criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que agrega as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações.

Pluricurricular – que têm múltiplos currículos.

Programa Mulheres Mil – de acordo com o Ministério da Educação, “o objetivo do programa é promover

a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões”.

Qualis – é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

Recurso de capital – segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola) que pertence à categoria capital “deve ser empregada na aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, computadores, mobiliário, etc.)”.

Recurso de custeio – segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola) que pertence à categoria de custeio “destina-se a cobrir despesas relacionadas aquisição de material de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção, etc.) e contratação de serviços (manutenção hidráulica, elétrica, jardinagem etc.)”.

Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) – Sistema desenvolvido pela equipe da Diretoria de Gestão de TI (DIGTI) para a Gestão dos Processos Administrativos do IFRN.

SUAPDevGestão2019 – Sistema de apoio ao Suap, formulado para subsidiar a elaboração deste Relatório.

Termo de Execução Descentralizada – é definido, no Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, como “instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática”.

A3 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

API – Interface de Programação de Aplicativos

ASCE – Assessoria de Comunicação Social e Eventos

Aseri – Assessoria de Extensão e Relações Internacionais

AUDGE – Auditoria Geral do IFRN

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD – Cargo de Direção

Cefet-RN – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

Cern – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos

CGU – Controladoria-Geral da União

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CIS/PCCTAE – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação

Cipe – Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN

CNAT – *Campus* Natal-Central do IFRN

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COADPE – Coordenação de Administração de Pessoal

Codepe – Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal

COASS – Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor

Codipa – Comissão de Diárias e Passagens

Codir – Colégio de Dirigentes

Coen – Comitê de Ensino

Coinre – Coordenação de Infraestrutura e Redes

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Consepex – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Consup – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

Dieng – Diretoria de Engenharia e Infraestrutura

Digae – Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis

DIGPE – Diretoria de Gestão de Pessoas

DIGTI – Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

DOU – Diário Oficial da União

EaD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

Enalic – Equipe Nacional de Licitações e Contratos

Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Encceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

FIC – Formação Inicial e Continuada

Fiern – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Forti – Fórum de Diretores de Tecnologia da Informação/Conif

Funcern – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte

Gabin – Gabinete

GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IF – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

IGC – Índice Geral de Cursos

IN – Instrução Normativa

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

ITCART – Incubadora Tecnológica de Cultura e Artes

ITEN – Incubadora Tecnológica de Energias Renováveis

ITIPAS – Incubadora Tecnológica de Processamento de Alimentos

ITMC – Incubadora Tecnológica de Macau

ITMO – Incubadora Tecnológica de Mossoró

ITNC – Incubadora Tecnológica Natal-Central

ITSeridó – Incubadora Tecnológica do Seridó

ITZN – Incubadora Tecnológica da Zona Norte

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Napne – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

NBC – Normas Brasileira de Contabilidade
NC – Nota de Movimentação de Crédito
NE – Nota de Empenho
Neabi – Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas
NEE – Necessidades Educacionais Específicas
NEPP – Núcleos de Extensão e Prática Profissional
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
Nuarte – Programa de Núcleos de Arte e Cultura
OCI – Órgão de Controle Interno
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAE – Pesquisa de Acompanhamento de Egressos
PAF – Projeto de Autorização de Funcionamento de Curso
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPA – Plano Plurianual
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPP – Projeto Político-Pedagógico
Proad – Pró-Reitoria de Administração
Prodes – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Proeja FIC – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental
Proen – Pró-Reitoria de Ensino
Proex – Pró-Reitoria de Extensão
ProITEC – Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Propi – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
QVT – Qualidade de Vida no Trabalho
RAINT – Relatório de Auditoria Interna
RDC – Regime Diferenciado de Contratação
Regif – Rede de Grêmios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
RFECT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RP – Restos a Pagar
Sebrae-RN – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte
Secitex – Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão
Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Sisu – Sistema de Seleção Unificada
SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suap – Sistema Unificado de Administração Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
TAL – Tutoria de Aprendizagem e Laboratório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
TAM – Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TEM – Tutoria do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UMinho – Universidade do Minho
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Bragança de Vasconcellos
Weintraub

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA**

Ariosto Antunes Culau

REITOR DO IFRN

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

AUDITORA GERAL DO IFRN

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira

**CONSELHO SUPERIOR DO IFRN
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO COLÉGIO DE DIRIGENTES**

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Presidente

Carolina Helena de Gois Dantas

Secretária

**COORDENAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA
EQUIPE DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Amanda Carla Batista Querino da Rocha
Ana Raquel Nunes Rodrigues de Azevedo
Jean Carlo Nascimento Araújo
Kivia Letícia Rodrigues Barroso
Marcos Antônio de Oliveira
Patrícia de Albuquerque Maia
Renata Fernandes da Paz de Oliveira
Solange Marlene Thomaz
Wilken Fregona dos Santos

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Jorge Henrique de Medeiros Santos



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte